

# Relatório e Contas

## 2011

Março de 2012

## Índice

<b>Órgãos Sociais</b>	<b>3</b>
<b>Accionista</b>	<b>4</b>
<b>Rede Comercial e Direcções</b>	<b>5</b>
<b>Principais Indicadores</b>	<b>7</b>
<b>Mensagem do Presidente</b>	<b>8</b>
<b>Enquadramento Macroeconómico</b>	
Economia internacional	12
Economia Cabo-verdiana	
Evolução Global	14
Política Monetária	16
Sector financeiro	17
Perspectivas para 2012	21
<b>Síntese da Actividade</b>	
Posição no sector bancário	23
Actividade Comercial	
Recursos	25
Concessão de crédito	27
Operações de Mercado de capitais	33
Carteira de Investimento e negociação	33
Promoção e Marketing	35
<b>Recursos Humanos</b>	<b>36</b>
<b>Responsabilidade Social</b>	<b>44</b>
<b>Análise da Situação Económico-financeira</b>	
Evolução do Balanço	46
Demonstração de Resultados	54
Rácios Prudenciais	62
<b>Eventos Subsequentes</b>	<b>64</b>
<b>Proposta de Distribuição de Resultado</b>	<b>65</b>
<b>Considerações finais</b>	<b>66</b>
<b>Anexos</b>	<b>68</b>

## Órgãos Sociais

### Mesa da Assembleia-Geral

Presidente	David Hopffer Almada
Secretário	Alfredo Eugénio Barbosa Fernandes
Secretário	Jorge Fernando Gonçalves Alves

### Conselho de Administração

Presidente	Fernando Marques Pereira
Vice-Presidente	Teófilo Figueiredo Almeida Silva
Vogal	António Carlos Moreira Semedo
Vogal	Manuel Fernando Monteiro Pinto
Vogal	Luís de Carvalho Machado

### Comissão Executiva

Presidente	Fernando Marques Pereira
Vogal	António Carlos Moreira Semedo
Vogal	Manuel Fernando Monteiro Pinto

### Conselho Fiscal

Presidente	João Manuel Barata da Silva
Vogais	João Higinio Rosário Silva
Vogais	José Carlos Ramos Cunha
Vogal Suplente	José Carlos Vitória Soulé

## Accionistas

A distribuição do capital social em 31 de Dezembro de 2011, era a seguinte:

Nome do Accionista	Nº Acções Final	CVE	% de Capital Final
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA	70.000	700.000.000,00	70,00%
EMPREITEL FIGUEIREDO, SA	11.110	111.100.000,00	11,11%
SITA, SA	5.447	54.470.000,00	5,45%
ADEGA, SA	3.797	37.970.000,00	3,80%
EDMUNDO BARBOSA & Fº, Lda.	2.782	27.820.000,00	2,78%
PEDRO JOSE SAPINHO RODRIGUES PIRES	1.545	15.450.000,00	1,55%
DAVID HOPFFER ALMADA	1.256	12.560.000,00	1,26%
FRANCISCO BARBOSA AMADO	839	8.390.000,00	0,84%
TERESA JESUS TEIXEIRA B.AMADO	839	8.390.000,00	0,84%
ALUCAR, SA	773	7.730.000,00	0,77%
RACAN, Lda.	773	7.730.000,00	0,77%
JOÃO HIGINO ROSÁRIO SILVA	452	4.520.000,00	0,45%
MÁRIO JORGE MENEZES	387	3.870.000,00	0,39%
	<b>100.000</b>	<b>1.000.000.000,00</b>	<b>100,00%</b>

## Rede Comercial e Direcções

Área	Responsável
<b>Direcção Comercial (DCM)</b>	José Mendes Director
<b>Gabinete de Empresas (GEM)</b>	Ângela Lopes Coordenadora
<b>Gabinete de Particulares (GPA)</b>	Ana Paula Vaz Coordenadora
<b>Agência Sede</b>	Ludmila Ribeiro Gerente Micas Prazeres Sub-Gerente
<b>Agência ASA - Largo Europa</b>	Dulcelinda Baptista Gerente Maria José Brandão Sub-Gerente
<b>Agência Plateau</b>	José Mário Tavares Gerente Inês Fernandes Sub-Gerente
<b>Agência Achada Grande Frente</b>	José Mário Tavares Gerente Joanita Salomão Sub-Gerente
<b>Agência Assomada</b>	Maria Antonina Martins Gerente Isa Miranda Sub-Gerente
<b>Agência São Vicente</b>	Gracinda Nascimento Gerente Leotino Neves Sub-Gerente
<b>Agência Espargos</b>	Albertina Fortes Gerente Graciett Ramos Sub-gerente

## Rede Comercial e Direcções

(Continuação)

Área	Responsável
<b>Agência Santa Maria</b>	Carla Brito Gerente
<b>Agência Boa Vista</b>	Maria Pinto Gerente Rosinda Santos Subgerente
<b>Direcção Suporte Operacional (DSO)</b>	Ana Cruz Directora
<b>Gabinete de Tecnologia e Organização (GTO)</b>	Paulo Monteiro Coordenador
<b>Gabinete de Mercados Financeiros (GMF)</b>	Deisy Bernardino Coordenadora
<b>Gabinete de Gestão de Risco (GGR)</b>	Alberto Jesus
<b>Gabinete de Contabilidade e Planeamento (GCP)</b>	Maria Idalsisa Martins Coordenadora
<b>Gabinete de Marketing (GMK)</b>	Ana Cristina Rodrigues Coordenadora
<b>Gabinete de Suporte à Função Compliance (GFC)</b>	Sofia Mota Chefe de Sector
<b>Gabinete de Assuntos Jurídicos (GAJ)</b>	Carlos Gonçalves Coordenador
<b>Gabinete de Recursos Humanos (GRH)</b>	Christine Rodrigues Sub-chefe Administrativo
<b>Gabinete de Auditoria Interna (GAI)</b>	Osvaldina Martins Chefe de Sector
<b>Gabinete de Apoio Logístico (GAL)</b>	Pedro Gomes Chefe de Sector

## Principais Indicadores

Indicadores em 31 de Dezembro	Mil CVE		
	2010	2011	Δ%
<b>INDICADORES DO BALANÇO</b>			
Activo Líquido	18.274.477	17.978.206	-1,62%
Disponibilidades	3.210.399	2.215.700	-30,98%
Títulos da Dívida Pública	1.895.836	1.715.870	-9,49%
Crédito a clientes	11.682.833	12.827.600	9,80%
Crédito e juros com imparidade	708.973	1.911.862	169,67%
Crédito e juros vencidos (*)	309.073	891.302	188,38%
Imparidade créditos clientes	744.580	1.012.737	36,01%
Recursos de clientes e outros empréstimos	15.574.334	13.902.555	-10,73%
Capitais Próprios	1.496.162	1.558.955	4,20%
<b>INDICADORES DE EXPLORAÇÃO</b>			
Produto Bancário	815.074	916.421	12,43%
Resultado Antes de Impostos	140.304	131.758	-6,09%
Resultado Líquido	130.076	120.743	-7,17%
<b>OUTROS INDICADORES</b>			
<b>Rentabilidade</b>			
Resultado Líquido /Activo	0,71%	0,67%	-0,04%
Resultado Líquido /Capitais Próprios	8,69%	7,75%	-0,95%
<b>Solvabilidade e Transformação</b>			
Capitais Próprios/ Activos	8,19%	8,67%	0,48%
Rácio de Transformação(Crédito/Depósitos) Líquido	75,01%	92,27%	17,25%
Rácio de Solvabilidade (Critério BCV)	14,62%	14,40%	-0,22%
<b>Qualidade dos Activos</b>			
Créditos Vencido/Crédito Total	6,07%	14,90%	8,84%
Crédito e juros com imparidade/Crédito Total	6,37%	7,89%	1,52%
Imparidades dos Creditos / Crédito e juros com imparidade	105,02%	52,97%	-52,05%
Imparidade dos créditos/crédito e juros vencidos (*)	240,91%	113,62%	-127,28%
Qualidade do crédito(crédito em incumprimento sobre crédito total) (*)	2,15%	5,71%	3,56%
<b>Produtividade e Eficiência</b>			
Margem Complementar/Produto Bancário	22,10%	27,10%	4,99%
Gastos Administrativos/Produto Bancário	64,68%	57,29%	-7,39%
(Crédito+Depósitos)/nº Empregados	281.002	240.812	-14,30%
Nº de Empregados	97	111	14,43%
Nº de Agências	9	9	0,00%
Empregado por Agência	11	12	14,43%
(Crédito+Depósitos)/nº Agências	3.028.574	2.970.017	-1,93%

(\*) De acordo com Circular Série A nº 150/DSE/2009, de 28.Dez.2009, do Banco de Cabo Verde

## Mensagem do Presidente



O ano de 2011 foi particularmente difícil para a indústria bancária quer a nível nacional quer internacional.

Efectivamente, assistimos, por exemplo, em Portugal aos quatro principais Grupos financeiros (CGD, BCP, BES e BPI) a apresentarem avultados prejuízos, o que já não se verificava há décadas, fruto da difícil envolvente económica e financeira, que conduziu ao registo, como custo do exercício, de provisões e imparidades no montante de vários milhões de euros.

O sector bancário nacional também não ficou imune à crise internacional, à redução do ritmo da actividade económica e ao agravamento das contas externas e públicas no país, com impacto na perda da qualidade da carteira, especialmente aos sectores da construção, habitação e consumo.

O indicador de liquidez dos bancos foi apresentando igualmente níveis de deterioração crescente ao longo do ano fruto da conjuntura económica, com o aumento da morosidade a alongar drasticamente o ciclo de tesouraria da maioria das empresas, mas também das medidas tomadas pelo Banco de Cabo Verde que implicaram um aumento das disponibilidades mínimas de caixa a manter em depósito junto do Banco Central, em resultado do alargamento da base de incidência, aos depósitos do sector público administrativo.

O Banco Interatlântico não ficou imune, como é óbvio, à situação de abrandamento do crescimento económico que se traduziu, em especial, numa maior dificuldade em

captar e, nalguns casos, reter os recursos de clientes e no aumento de morosidade da economia.

No tocante aos recursos verificou-se uma situação díspar em relação aos segmentos de particulares e de empresas.

No segmento de particulares o Banco manteve um interessante ritmo de crescimento dos recursos captados, com uma variação positiva de 14,47% face a Dezembro de 2010. De realçar aqui o crescimento dos depósitos a prazo de emigrantes que cresceram 12.95% face ao mesmo período.

Em contrapartida, no segmento de empresas e sector público, assistiu-se a uma forte redução nos recursos face também a Dezembro de 2010 ( -28,5%).

Assim, verificamos que os recursos globais decresceram cerca de 11% face a Dezembro de 2010, refletindo a falta de liquidez no mercado em especial no segmento onde a presença do Banco Interatlântico é mais forte, ou seja o segmento empresarial.

Em contrapartida, na vertente do crédito o Banco manteve ao longo do ano um nível de actividade próximo da média do sector, com um reforço nos particulares em detrimento do crédito às empresas face à incerteza do comportamento da economia.

Os valores acima referidos contribuíram para uma ligeira redução das quotas de mercado do Banco, em especial nos recursos, embora continue a ter um peso importante nas empresas, segmento que o Banco elegera como prioritário para o seu crescimento. Este reforço é confirmado pela quota do Banco Interatlântico no número de POS activos em Cabo Verde, onde foi mantida a segunda posição do mercado (quota de 25%), apesar da forte concorrência com a duplicação dos Bancos a actuar no mercado nos últimos dois anos.

Também no número de ATM's por Banco, o BI manteve uma quota significativa de 24%, apenas superada pela registada pelo BCA.

Em resultado da situação económica, continuou a assistir-se a um aumento da morosidade dos clientes, provocando um crescimento do crédito vencido em 170% face ao período homólogo. O indicador de Qualidade do Crédito, definido pelo Banco de Cabo Verde, situou-se em 5,71% em 2011, contra 2,15% em 2010, o que tem de continuar a merecer uma atenção especial de todo o Banco ao longo do exercício de 2012.

Em termos de resultados o Banco atingiu um resultado líquido de 120.743 contos, o que representa uma redução de 7,17% face ao ano anterior.

A margem financeira no exercício corrente situou-se em 668.110 contos, teve um aumento de 5,23% (33.182 contos) relativamente 2010, embora se tivesse verificado um incremento da remuneração média das operações passivas, em resultado da concorrência no mercado, mas que foi compensada pelo crescimento, quer em volume quer em taxa média, pelas operações activas.

Quanto à margem complementar, esta totalizou 248.310 contos, registando um acréscimo de 37,84% (68.164 contos) comparando com o período homólogo, realçando-se aqui o acréscimo verificado nos dividendos recebidos e nas comissões dos serviços prestados.

O aumento da morosidade veio a ter um impacto decisivo nos resultados do Banco, pois assistiu-se a um aumento da imparidade do crédito que se situou no final do ano em 1.012.737 contos, representando um crescimento de 36% face ao ano anterior. De realçar que este valor de imparidade representa 113,62% do valor do crédito e juros vencidos a 31 de Dezembro de 2011, definidos de acordo com a Circular Série A nº 150/DSE/2009, de 28.Dez.2009, do Banco de Cabo Verde, embora registando uma redução de cobertura face aos valores registados no ano transacto (240,91%).

O Banco encerrou o exercício de 2011 com um robusto rácio de solvabilidade de 14%, muito superior ao mínimo legal o que permite o reforço do reconhecimento internacional da segurança e credibilidade do sistema financeiro cabo-verdiano.

Em 2011 o Banco Interatlântico foi, pela 3ª vez consecutiva, considerado pela revista “World Finance” como o melhor Banco em Cabo Verde.

O exercício de 2012 irá certamente ser ainda condicionado pela crise financeira internacional que afecta em especial os países que se têm constituído como os principais parceiros de Cabo Verde e de onde são originários importantes fluxos financeiros.

Tal significa que se irá manter o clima de incerteza com que vivemos durante o ano de 2011, traduzido num ambiente económico marcado pelo aumento dos diferentes riscos inerentes ao sistema bancário e que impõem um reforço de todos os aspectos inerentes ao acompanhamento dos riscos da actividade e uma atitude de grande acompanhamento muito próxima dos clientes.

Em 2012 o Banco continuará, à semelhança do verificado no ano anterior, a pugnar pelo aumento da rentabilidade das operações, aspecto fundamental para a solvabilidade, confiança dos clientes, accionistas e investidores e manutenção dos níveis de empregabilidade, e na busca de uma maior eficiência no serviço aos seus clientes, fazendo bem desde o primeiro momento e mantendo a sobriedade com qualidade de serviço.

Estou seguro que com a dedicação, profissionalismo e atitude ganhadora que caracteriza a equipa do Banco, vamos conseguir superar as dificuldades e exceder as expectativas.

## Enquadramento Macroeconómico

### 1.1.- ECONOMIA INTERNACIONAL

Em 2011 a economia mundial voltou a expandir-se, embora o crescimento económico tenha registado um abrandamento no segundo semestre do ano. Depois de uma primeira metade em que a atividade económica registou um ritmo de crescimento forte, em particular nos países emergentes, o segundo semestre foi caracterizado por uma crescente preocupação com o abrandamento da economia.

Ao contrário do ano anterior, a deterioração dos indicadores económicos em muitas regiões do globo levou a que as estimativas de crescimento para 2011, por parte de instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a OCDE, entre outras, fossem sucessivamente revistas em baixa. Nas estimativas intermédias, de janeiro de 2012, o FMI estimou que o crescimento para a economia mundial ter-se-á cifrado em 2011 em 3,8%, valor inferior aos 4,4% previstos em Janeiro de 2011. O FMI voltou a alertar para o aumento de diversos riscos, nomeadamente de natureza orçamental e financeira.

#### INDICADORES ECONÓMICOS

	Taxas de variação (em %)		Taxas (em %)			
	PIB		Inflação		Desemprego	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011
<b>União Europeia</b>	<b>2,0</b>	<b>1,6</b>	<b>2,1</b>	<b>3,1</b>	<b>9,7</b>	<b>9,7</b>
Área do Euro	1,9	1,5	1,6	2,7	10,1	10,1
<b>EUA</b>	<b>3,0</b>	<b>1,7</b>	<b>1,6</b>	<b>3,2</b>	<b>9,6</b>	<b>9,0</b>
<b>China</b>	<b>10,4</b>	<b>9,2</b>	<b>3,3</b>	<b>5,4</b>	<b>4,1</b>	<b>4,1</b>
<b>Índia</b>	<b>10,1</b>	<b>8,4</b>	<b>12,0</b>	<b>8,9</b>	<b>n.d.</b>	<b>n.d.</b>
<b>Brasil <sup>(a)</sup></b>	<b>7,5</b>	<b>3,8</b>	<b>5,0</b>	<b>6,6</b>	<b>6,7</b>	<b>6,0</b>

Fontes: Eurostat, Institutos de Estatística Nacionais

(a) FMI: World Economic Outlook – setembro de 2011

n.d. – não disponível

O ano de 2011 ficou marcado pelo agravamento da crise da dívida soberana na Europa. Numa primeira fase acentuaram-se as preocupações com a situação da Grécia, devido aos receios de uma reestruturação da dívida helénica, e estas propagaram-se à situação das finanças públicas de outros estados da periferia europeia. Durante este período, Irlanda e Portugal recorreram aos mecanismos de ajuda conjunta da União Europeia (UE) e do FMI.

Assistiu-se, em consequência do agravamento da crise da dívida soberana, a um novo aumento da aversão ao risco por parte de diversos participantes nos mercados financeiros, sobretudo durante o segundo semestre. Tal traduziu-se, por um lado, numa nova fase de alargamento dos *spreads* das obrigações de governo, agora não só de economias periféricas.

Os responsáveis governamentais e os bancos centrais implementaram medidas em 2011 para estabilizar os mercados financeiros e impulsionar a atividade económica.

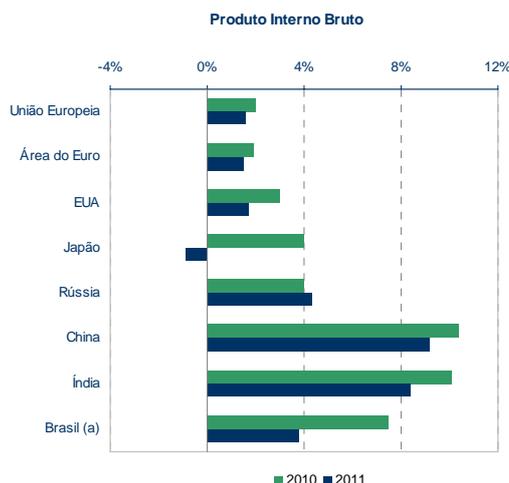
Na Área Euro (AE), após o BCE ter decretado por duas vezes o aumento da taxa diretora no primeiro semestre, elevando-a aos 1.50% em julho, o banco central fez regressar aquela taxa ao nível mínimo de 1.00% no final do ano, com a crise da dívida a intensificar-se e o crescimento a abrandar.

Assistiu-se ao contínuo reforço das medidas não convencionais de política monetária, desde o regresso à compra de obrigações de dívida pública em mercado secundário, à reabertura do programa de compra de obrigações hipotecárias e à reintrodução dos leilões de cedência ilimitada de liquidez por prazos a 6 e 12 meses. Já no final do ano o BCE anunciaria ainda a realização de dois leilões de cedência de liquidez a 3 anos.

Por sua vez, o bloco asiático mostrou novamente um desempenho positivo, apesar dos impactos negativos resultantes das catástrofes ocorridas no 1º trimestre no Japão, e que levaram a que aquela economia permanecesse em contração durante toda a primeira metade de 2011. Ainda relativamente à Ásia, os indicadores

económicos da China mantiveram-se robustos, sobretudo os respeitantes à atividade doméstica, apesar de terem também evidenciado algum abrandamento.

Destaque ainda para o desempenho da atividade económica brasileira, cujo crescimento económico arrefeceu substancialmente durante a segunda metade de 2011, tendo estagnado no 3º trimestre. O Banco Central do Brasil destacou-se no bloco emergente, ao decretar por três vezes, durante o 2º semestre, reduções da taxa diretora, decisões decorrentes do impacto negativo que espera que as turbulências internacionais possam ter sobre a economia brasileira. No final do ano o governo brasileiro anunciou um pacote de estímulo ao consumo destinado a acelerar a atividade económica e a garantir um crescimento de 5% em 2012.



## 1.2.- ECONOMIA CABOVERDIANA

### 1.2.1.- Evolução Global

Segundo o Banco de Cabo Verde, os indicadores da tendência da actividade económica durante o ano de 2011, apontam, em geral, para um abrandamento da

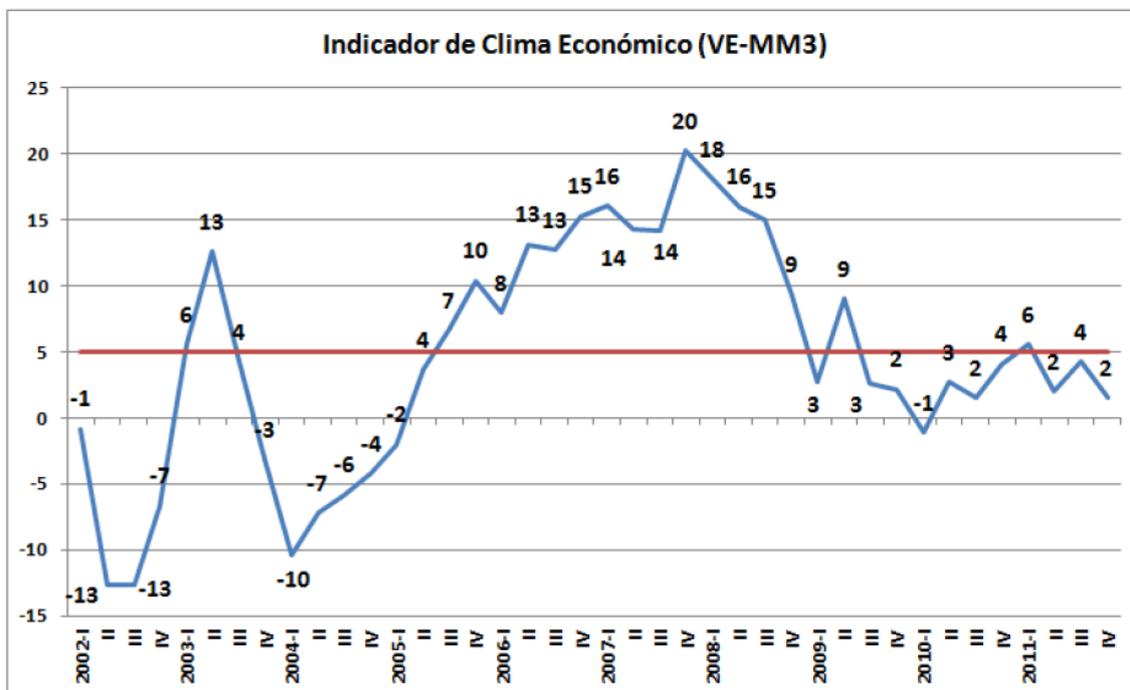
procura interna. Para o comportamento deste indicador contribuíram, por um lado, a redução das importações de bens de consumo duradouros em 0,7% e, por outro, o abrandamento das importações dos bens de consumo não duradouros na ordem dos 2 pontos percentuais.

Relativamente aos indicadores de investimento, os dados ajustados da sazonalidade sugerem também um abrandamento no ritmo de expansão da formação bruta de capital fixo no último trimestre do ano, em resultado da queda das importações de materiais de construção e de bens de equipamento, em 0,5% e 5,8%, respectivamente.

As importações de materiais de transporte pelo contrário cresceram 94,7% em termos homólogos, impulsionadas pelas importações de motores, barcos e autocarros.

Do lado da oferta, os indicadores produzidos pelo Instituto Nacional de Estatísticas apontam igualmente para um abrandamento da actividade económica.

O indicador de clima económico (ver gráfico seguinte) evoluiu negativamente, fixando-se num nível abaixo da média da série o que confirma uma conjuntura económica desfavorável. Este diagnóstico conjuntural resultou da síntese das apreciações transmitidas pelos empresários da construção, comércio em estabelecimento, turismo, indústria transformadora e transportes e serviços auxiliares aos transportes.



Fonte: INE – Síntese económica – 4º trimestre de 2011

A inflação, medida pela variação média anual do índice de preços no consumidor manteve ao longo do ano o perfil ascendente que vinha registando desde Maio de 2010. Em termos médios, a inflação atingiu, em Dezembro, os 4,5%, 2,4 pontos percentuais acima do valor registado em Dezembro de 2010.

### 1.2.2. - Política Monetária

Nas operações de mercado aberto a taxa de colocação dos TRM (14 dias) manteve-se estável nos 4,25%, tendo o Banco de Cabo Verde aceite, no entanto, a colocação de TIM a 28 dias, nos últimos dias do ano, à taxa de 7,25%.

A taxa de colocação dos Títulos da Dívida Pública a 91 dias não registou alterações face ao último semestre do ano transacto, mantendo-se as taxas em de 4,00%. As Obrigações do Tesouro a 10 anos fixaram a sua taxa nos 6,00%.

O coeficiente de reservas obrigatórias manteve-se nos 16%, embora o Banco de Cabo Verde, orientado para a estabilização das reservas externas do país - condição necessária para a sustentabilidade do regime cambial de *peg* unilateral ao euro - e reforço da eficiência do sistema bancário, o Banco de Cabo Verde deliberou, a 2 de Junho de 2011, o alargamento da base de incidência das reservas obrigatórias para incluir 50% dos depósitos do sector público administrativo e, a 1 de Dezembro, a inclusão na base de 100% dos mesmos depósitos. Adicionalmente à implementação desta medida de política, a gestão monetária permaneceu focalizada no ajustamento da liquidez, assimetricamente distribuída no sistema bancário.

### **1.2.3. -Sector Financeiro**

Cabo Verde dispõe hoje de oito Bancos “on-shore” e uma dezena de instituições financeiras a operar na zona “off-shore”.

Segundo o Boletim de Estabilidade Financeira referente ao primeiro semestre de 2011, publicado pelo Banco de Cabo Verde (BCV) já no final do ano de 2011, a concentração da indústria bancária, em linha com a evolução dos anos anteriores, continuou a registar melhorias substanciais, indiciando uma apreciável concorrência entre as instituições.

Segundo ainda o BCV, a boa performance das instituições, em termos de crescimento da actividade bancária e solvabilidade, é um aspecto marcante a registar na globalidade das instituições de crédito cabo-verdianas no final de Junho de 2011. Este crescimento não foi, no entanto, acompanhado por uma evolução favorável da rentabilidade, que acusou níveis de desaceleração face ao período homólogo. Os custos operacionais e as perdas por imparidade de valor registadas na carteira de activos dos bancos, estiveram na base deste comportamento menos favorável.

A composição da estrutura das aplicações dos bancos não apresentou alterações significativas face ao ano transacto, continuando o crédito e os títulos a representar quase a totalidade do Activo, com, respectivamente, 60% e 19%, seguido das Disponibilidades, com 11%. Por sua vez, os depósitos, nas suas diversas modalidades, continuam sendo a principal fonte dos recursos dos bancos. No período em análise, a variação homóloga global dos depósitos é positiva, graças à evolução positiva dos Depósitos à Ordem (10%) que absorveu a variação negativa (-1,6%) registada nos Depósitos a Prazo. Os depósitos de emigrantes somaram 39,6 milhões de contos em Junho de 2011, o que representa uma taxa de variação homóloga de 6,3%.

A par dos recursos provenientes dos depósitos, os bancos tiveram a necessidade de se financiarem com os recursos disponíveis junto do BCV. Esta procura de liquidez para o financiamento da actividade bancária traduziu-se numa redução de 5,6 milhões de contos nos depósitos à ordem no Banco de Cabo Verde, indiciando um aumento do risco de liquidez face ao período homólogo.

Outro dos riscos assinalados pelo BCV é o de crédito, com impacto no aumento da imparidade (líquida de recuperações) em resultado dos efeitos da actual conjuntura económica nacional. O custo do risco elevou-se a 765,8 mil contos, evidenciando um crescimento, em base comparável, de 170,3 mil contos face a Junho de 2010.

Os principais indicadores de rentabilidade do sistema bancário acusaram nos primeiros 6 meses do ano de 2011 valores inferiores aos registados nos períodos anteriores, o que sugere um desempenho menos favorável na gestão de recursos financeiros que são disponibilizados pelos depositantes e credores do sistema. Neste contexto, a rentabilidade do Activo (ROA – Return on Assets) fixou-se em 0,27% (face a 0,32% no período homólogo) e a rentabilidade dos capitais próprios (ROE – Return on Equity) registou o valor de 3,71% (face a 4,45% no período homólogo).

É ainda referido pelo BCV que foram realizados “stress tests” com base nos dados de Junho de 2011, relativos aos quatro maiores bancos do sistema, representativos de mais de 90% do total do activo do sistema bancário nacional, para avaliar as vulnerabilidades das instituições bancárias à materialização dos riscos de crédito, de taxa de juro e de taxa de câmbio, assumindo que as perdas resultantes têm impacto directo sobre o rácio de adequação de capital. Os resultados dos testes de esforço confirmaram, regra geral, a elevada vulnerabilidade do sistema bancário nacional à materialização dos riscos de crédito, sobretudo nos sectores da Construção, Habitação, Consumo e Construção, bem como de taxa de juro, e particularmente de concentração face a um número reduzido mas significativo de contrapartes.

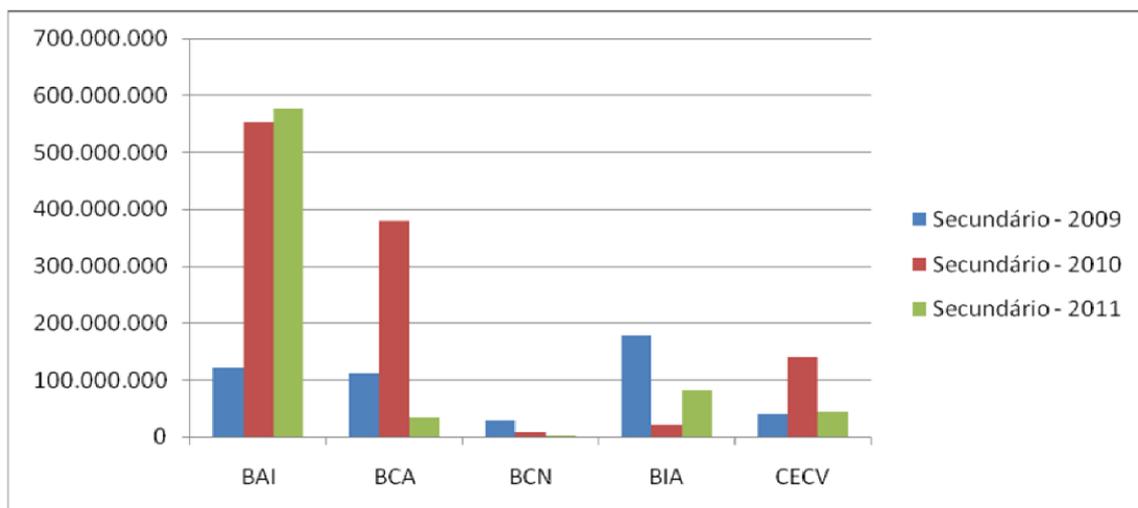
Em 2011 a Bolsa de Valores de Cabo Verde (BVC) realizou várias Ofertas Públicas de Subscrição (OPS), mas, ao contrário do verificado no ano transacto, apenas de dívida pública (Bilhetes do Tesouro e Obrigações do Tesouro) o que se tem de destacar por terem sido realizados pela primeira vez através da BVC.

A Bolsa manteve uma evolução favorável em termos de capitalização bolsista, embora ainda mantenha uma dimensão reduzida. Estão cotadas quatro empresas no segmento accionista e no segmento obrigacionista estão cotadas nove emissões de Obrigações do Tesouro e dezassete emissões de Obrigações de Empresas.

Durante o ano realizaram-se nove operações no mercado primário com um montante global superior a 2,9 milhões de contos.

O Volume de Negócios no mercado secundário foi de 737 mil contos (uma redução de 33% face a 2010), e a capitalização bolsista global atingiu os 22,6 milhões de contos (uma redução de 9,3% face ao ano anterior).

A participação do Banco Interatlântico no mercado secundário permitiu que em 2011 atingisse a 2ª posição do mercado.



Fonte: Bolsa Valores de Cabo Verde

#### **1.2.4. -Perspectivas para 2012**

Para 2012 as perspectivas para a evolução da actividade económica nacional, em linha com o desenvolvimento da conjuntura externa, será marcada por um ambiente de elevadas incertezas. Assim, o Governo aponta, no Orçamento de Estado para 2012, para a implementação de políticas macroeconómicas para suportar a procura, minimizando, por um lado, o impacto corrosivo da crise da dívida soberana nos principais parceiros de Cabo Verde na Zona Euro, e por outro, a redução da dependência na ajuda e fluxos externos.

A conjuntura nos principais países parceiros de Cabo Verde pode constituir sérios riscos à recuperação do turismo e dos investimentos externos realizados no país, podendo igualmente afectar quer as transferências oficiais quer as remessas dos emigrantes. Assume especial relevo a redução dos salários reais nos principais parceiros do país bem como as incertezas que ainda persistem no mercado da dívida soberana, com impactos ao nível da estabilidade do sistema financeiro global.

A política monetária e cambial continuará certamente a ser pautada pela preservação do regime de paridade fixa com o euro e pelo objectivo da estabilidade de preços que terão como instrumentos de suporte, por um lado, a gestão do diferencial das taxas de juro internas com as taxas Euribor e, por outro, a acumulação de reservas externas em níveis sustentáveis.

O relatório do corpo técnico sobre a Segunda Avaliação do Acordo ao Abrigo do Instrumento de Apoio à Política Económica, elaborado por uma equipa de técnicos do FMI de Janeiro de 2012, assinala que "as perspectivas no curto prazo apresentam riscos decorrentes do stress financeiro e da crescente possibilidade de recessão na zona do euro. As autoridades precisam conter a expansão do crédito e minimizar o financiamento interno do orçamento até que o crescimento das importações desacelere e a balança de pagamentos melhore. As reservas estão relativamente

baixas, proporcionando uma cobertura de três meses de importações, dada a exposição de Cabo Verde e a sua paridade cambial. Uma coordenação mais estreita entre as políticas monetária e orçamental ajudaria a encontrar o equilíbrio correcto entre a contenção orçamental e os aumentos da taxa de juro para frear a expansão do crédito e, ao mesmo tempo, assegurar a acumulação de reservas no médio prazo. Caso a desaceleração na zona do euro seja prolongada e o sistema financeiro europeu permaneça enfraquecido, o investimento estrangeiro e o crescimento em Cabo Verde devem diminuir no médio prazo.”

Perspectiva o Governo, mesmo com os riscos assinalados, que o crescimento económico para 2012 deva situar-se no intervalo de [6%; 7%], em função do desenvolvimento da conjuntura económica e financeira internacional, que poderá condicionar a procura externa com consequências sobre as exportações de bens e serviços nacionais e do nível de realização do investimento público, como um importante suporte à procura interna.

Também as expectativas da OCDE e do Banco Africano de Desenvolvimento, expressas na publicação “Perspectivas Económicas em África, 2011” apontam para a continuação do ritmo de crescimento da economia em 2012, que deverá ultrapassar os 6%.

#### African Economic Outlook 2011 - Indicadores Macroeconómicos

	2009	2010	2011	2012
Crescimento real do PIB	3,6	5,3	5,6	6,1
Inflação medida pelo IPC	1,2	2,1	3,0	2,1
Saldo Orçamental % PIB	-6,3	-13,7	-11,3	-8,9
Balança Corrente % PIB	-9,9	-18,4	-15,5	-13,2

## Síntese da Actividade

### 2.1.- Posição no Sistema Bancário

O Banco Interatlântico não ficou imune, como é óbvio, à situação de abrandamento do crescimento económico que se traduziu, em especial, numa maior dificuldade em captar e, nalguns casos, reter os recursos de clientes e no aumento de morosidade da economia.

No tocante aos recursos verificou-se uma situação díspar em relação aos segmentos de particulares e de empresas. No **segmento de particulares** o Banco manteve um interessante ritmo de crescimento dos recursos captados, com uma variação positiva de 14,47% face a Dezembro de 2010. De realçar aqui o crescimento dos depósitos a prazo de emigrantes que cresceram 12,95% face ao mesmo período. Em contrapartida, no **segmento de empresas** e sector público, assistiu-se a uma forte redução nos recursos face também a Dezembro de 2010 (-28,5%).

Assim, verificamos que os recursos globais decresceram cerca de 11% face a Dezembro de 2010, refletindo a falta de liquidez no mercado em especial no segmento onde a presença do Banco Interatlântico é mais forte, ou seja o segmento empresarial. A quota de mercado do Banco registou assim um decréscimo de quase 2%.

	Recursos Totais		Variação	
	Dez-10	Dez-11	Valor	%
<b>Sistema</b>	105.200,30	107.910,30	2.710,00	2,58%
<b>BI</b>	15.499,09	13.847,07	-1.652,02	-10,66%
<b>Quota BI</b>	<b>14,73%</b>	<b>12,83%</b>		<b>-1,90%</b>

Fonte: Site do BCV (posição provisória de Novembro de 2011) e Contas BI (inclui recursos-conta caução)

Em contrapartida, na vertente do crédito o Banco manteve ao longo do ano um nível de actividade próximo da média do sector, com um reforço nos particulares em detrimento do crédito às empresas face à incerteza do comportamento da economia.

A nível do Crédito Global, a quota do mercado do Banco passou de 14,32% para 14,09%, evidenciando uma perda de 23 p.b..

	Credito Bruto		Variação	
	Dez-10	Dez-11	Valor	%
<b>Sistema</b>	100.298,40	110.605,20	10.306,80	10,28%
<b>BI Credito</b>	11.762,35	13.109,33	1.346,98	11,45%
<b>BI Titulos</b>	2.600,76	2.478,97	-121,79	-4,68%
<b>BI Total</b>	14.363,11	15.588,30	1.225,19	8,53%
<b>Quota BI</b>	<b>14,32%</b>	<b>14,09%</b>		<b>-0,23%</b>

Fonte: Site do BCV (posição provisória de Novembro de 2011) e Contas BI (inclui crédito a empregados)

Considerando o volume de negócios (recursos adicionado do crédito), verifica-se que o Banco Interatlântico viu diminuída a sua quota global que se situou nos 13,47%, o que representou uma perda, face ao período homólogo, de 106 p.b..

	Volume de Negócios		Variação	
	Dez-10	Dez-11	Valor	%
<b>Sistema</b>	205.498,70	218.515,50	13.016,80	6,33%
<b>BI Total</b>	29.862,20	29.435,37	-426,83	-1,43%
<b>Quota BI</b>	<b>14,53%</b>	<b>13,47%</b>		<b>-1,06%</b>

Fonte: Site do BCV (posição provisória de Novembro de 2011) e Contas BI

## 2.2.- Actividade Comercial

### 2.2.1.- Recursos

Os recursos dos clientes em Dezembro de 2011 atingiram o montante de 13.902.555 contos, contra 15.574.334 contos em Dezembro de 2010, o que representa um decréscimo de 10,73%.

O segmento de particulares mostrou, no entanto, uma tendência inversa, com o maior crescimento a ser verificado ao nível dos depósitos a prazo de não residentes, com uma taxa de 46,5%. Os depósitos de emigrantes também cresceram a taxas superiores a 12%, quer em depósitos à ordem quer em depósitos a prazo.

No segmento de empresas e sector público assistiu-se a uma forte redução nos recursos face a Dezembro de 2010 (24%). A saída de fundos das empresas encontra diversas explicações:

- a) Pagamento de dividendos às casas mãe por parte de empresas com importantes valores em depósito;
- b) Atraso nos pagamentos dos clientes que motivaram a utilização das poupanças por parte das empresas (via depósitos a prazo) para fazer face às necessidades de pagamentos (em especial ao exterior para pagamento das importações);
- c) O atraso na aprovação do Orçamento de Estado (com as eleições em Fevereiro do corrente ano apenas houve Orçamento de Estado aprovado em final de Junho) o que motivou também atrasos de pagamento por parte do Estado;

d) A mudança política em Portugal que suscitou um atraso temporal nas libertações de verbas das Linhas de Crédito que financiam os principais projectos públicos em curso em Cabo Verde.

	Dez-10	Dez-11	Mil CVE %
<b>Recursos de clientes</b>	<b>15.574.334</b>	<b>13.902.555</b>	<b>-10,73%</b>
<b>Depósitos de Clientes (1)+(2)+(3)</b>	<b>14.206.053</b>	<b>12.681.998</b>	<b>-10,73%</b>
<b>À ordem (1)</b>	<b>6.096.956</b>	<b>5.352.507</b>	<b>-12,21%</b>
DO - Sector público Administrativo	127.788	82.552	-35,40%
DO Residentes	4.740.029	4.009.904	-15,40%
DO - Não residentes	804.905	783.110	-2,71%
DO Emigrantes	424.234	476.941	12,42%
<b>À Prazo (2)</b>	<b>7.953.001</b>	<b>7.169.586</b>	<b>-9,85%</b>
DP Residentes	5.482.905	4.178.865	-23,78%
DP Emigrantes	1.873.262	2.115.867	12,95%
DP - Não residentes	596.835	874.854	46,58%
<b>Poupança (3)</b>	<b>156.095</b>	<b>159.905</b>	<b>2,44%</b>
Poupança Jovem	156.095	159.905	2,44%
<b>Títulos Tesouro -Mercado Secundário</b>	<b>1.226.329</b>	<b>1.097.123</b>	<b>-10,54%</b>
Bilhete de Tesouro - Cliente	0	0	N/A
Obrigações de Tesouro - Cliente	1.210.356	1.087.500	-10,15%
Rendimentos por Receber/Deferidos - BT/OTCliente	15.973	9.623	-39,75%
<b>Outros Recursos</b>	<b>4.837</b>	<b>15.075</b>	<b>211,66%</b>
cheques e ordens a pagar	4.837	15.075	211,66%
<b>Juros e Encargos Similares de clientes</b>	<b>137.115</b>	<b>108.358</b>	<b>-20,97%</b>
Residentes	86.894	49.661	-42,85%
Não residentes	50.221	58.697	16,88%

Em relação aos Títulos do Tesouro colocados no mercado secundário atingiram o montante de 1.087.500 contos, o que representou um decréscimo de 10,15% face ao período homólogo em virtude de uma política que procurou incrementar a captação para a vertente de depósitos.

## 2.2.2. - Concessão de crédito

A carteira do crédito bruto não representado por valores mobiliários totalizou 13.123.467 contos registando um crescimento de 11,48% face ao Dezembro de 2010.

	Dez-10	Dez-11	Mil CVE %
<b>Credito a clientes</b>			
<b>Outros créditos e valores a receber (titulados)</b>	<b>730.854</b>	<b>783.631</b>	<b>7,22%</b>
De outros emissores públicos nacionais	728.415	783.034	7,50%
<b>Rendimentos a receber/Deferidos</b>	<b>9.461</b>	<b>10.810</b>	<b>9,75%</b>
Rendimentos receber Titulos	9.179	10.543	14,86%
Receitas com rendimento diferido	282	267	-5,11%
<b>Imparidade</b>	<b>7.022</b>	<b>10.213</b>	<b>45,44%</b>
<b>Crédito não representado por valores mobiliários Bruto</b>	<b>11.772.316</b>	<b>13.123.467</b>	<b>11,48%</b>
De curto prazo	537.544	592.000	10,13%
De médio e logo prazo	10.290.042	10.357.972	0,66%
Crédito ao pessoal	235.757	261.633	10,98%
<b>Situação Normal</b>	<b>11.063.343</b>	<b>11.211.605</b>	<b>1,34%</b>
<b>Crédito e Juros Vencidos</b>	<b>708.973</b>	<b>1.911.862</b>	<b>169,67%</b>
Capital	699.006	1.897.726	171,49%
Juros vencidos a regularizar	44	0	-100,00%
Despesas de Crédito Vencido	9.923	14.136	42,45%
<b>Imparidade de crédito a clientes e crédito/juros vencidos</b>	<b>737.558</b>	<b>1.002.525</b>	<b>35,92%</b>
<b>Crédito não representado por valores mobiliários Líquido</b>	<b>11.034.758</b>	<b>12.120.942</b>	<b>9,84%</b>
<b>Rendimentos a receber/Deferidos</b>	<b>82.780</b>	<b>76.974</b>	<b>-7,01%</b>
Rendimentos a receber credito	82.780	76.974	-7,01%
<b>Crédito Sobre Clientes (Líquido)</b>	<b>11.682.833</b>	<b>12.827.600</b>	<b>9,80%</b>

No tocante aos diferentes segmentos os saldos apresentaram a seguinte distribuição:

### Crédito não representado por valores mobiliários

Mil CVE				
Descritivo	Credito Normal	Credito Vencido	Total	%
Particular ( P)	4.014.507	396.277	4.410.783	33,61%
Empresa ( E)	7.197.098	1.515.586	8.712.684	66,39%
<b>Total Credito Bruto</b>	<b>11.211.605</b>	<b>1.911.862</b>	<b>13.123.467</b>	<b>100,00%</b>

O crédito a empresas representou 66,39% da carteira de crédito total bruto, enquanto o crédito a particulares representou 33,61%, o que representou um crescimento deste sector face ao ano transacto.

Face ao período homólogo, os créditos na situação vencida tiveram um crescimento de 169%, em virtude do abrandamento nalguns sectores da economia, com o conseqüente aumento da morosidade. O indicador de qualidade do crédito (crédito em incumprimento/crédito total), nos termos da Circular Série A nº 150/DSE/2009, do Banco de Cabo Verde, situou-se em 5,71% contra 2,15% no ano anterior.

O Banco efectua periodicamente análises de imparidade à sua carteira de crédito, sendo que a identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual relativamente a activos financeiros em que a exposição é individualmente significativa e numa base colectiva quanto a activos cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

Os activos que não foram objecto de análise específica são incluídos numa análise colectiva de imparidade, tendo para este efeito sido classificados em grupos homogéneos com características de risco similares (nomeadamente com base nas características das contrapartes e no tipo de crédito). Os “cash-flows” futuros foram

estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em activos com características similares.

Adicionalmente, os activos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objectivos de imparidade foram igualmente objecto de avaliação colectiva de imparidade, nos termos acima descritos.

Para o ano de 2011, foram introduzidas modificações no modelo para que o mesmo traduza ainda com maior rigor o nível de imparidade, com especial destaque para a actualização dos factores de risco e o tratamento dos contratos com crédito reestruturado.

Foram, como é recomendável, actualizadas as séries estatísticas dos factores de risco, ou seja a probabilidade de indícios (PIs), probabilidade de “default” (PDs) e de perda em caso de “default” (LGDs).

Como o Banco utiliza o instrumento de reestruturação de crédito como parte integrante da sua estratégia de redução de morosidade num contexto de agravamento da crise económica e financeira, importava que esta componente crítica dos processos de negócio estivesse contemplada no actual Modelo de cálculo de Perdas por Imparidade.

Neste sentido, o Banco realizou um trabalho de sistematização da informação sobre reestruturações de créditos no seu sistema informático e de concepção e implementação de uma metodologia específica para a estimativa de Perdas por Imparidade para Créditos Reestruturados. Passamos de seguida a descrever o trabalho realizado pelo Banco:

- Sistematização de informação sobre reestruturações: o Banco efectuou um levantamento das reestruturações realizadas no passado e preparou uma base de dados com informação dos contratos reestruturados organizada tendo por base o contrato de crédito reestruturado, o novo contrato de

crédito, a data de reestruturação e o respectivo montante.

- Conceção e implementação de metodologia: a Metodologia de Perdas por Imparidade foi revista para inclusão dos contratos reestruturados nas seguintes componentes:
  - Classificação dos contratos:
    - Na metodologia anterior, na medida em que a reestruturação do crédito incluía a transformação de crédito vencido em vivo, os créditos migravam de posições de indícios ou default para sem indícios;
    - Na nova metodologia, sempre que um contrato é identificado como resultado de uma reestruturação é classificado na posição de indícios ou default do contrato reestruturado. Desta forma, impede-se reposição de provisões no acto da reestruturação. Este contrato irá manter-se com indícios ou default durante um período de quarentena, definido como 24 meses, no qual não se poderão verificar novos indícios sob pena do reinício da contagem do período de quarentena definido.
  - Estimativa de Perdas em caso de Default:
    - Na metodologia anterior, na medida em que a reestruturação do crédito substituí a operação reestruturada, as estimativas de perdas em caso de default (LGD) poderiam estar enviesadas pela inclusão de recuperações induzidas pela operação de reestruturação.
    - Na nova metodologia foram realizados estudos de análise da

probabilidade de novo incumprimento das operações reestruturadas e da perda em caso de default dessas mesmas operações. Com base no estudo referido as estimativas globais de perdas do portfolio de crédito do Banco foram revistas para consideração de um *haircut* à recuperação associada a um movimento de reestruturação, *haircut* esse que decorre da perda estimada dos contratos reestruturados (probabilidade de novo incumprimento e perda em caso de incumprimento);

Adicionalmente, o Banco tinha definido nas estimativas de perdas de portfolios com garantia hipotecária valores de *haircut* para a execução da hipoteca que resultavam do seu entendimento sobre o mercado imobiliário mas não se encontravam suportados por estudos estatísticos.

Neste sentido, na medida em que o Banco concluiu alguns processos de recuperação de crédito por dação ou execução de imóveis e posterior venda, foram realizados estudos para aferir um *haircut* a aplicar nas recuperações de créditos com garantia de hipoteca de bens imóveis.

O estudo realizado baseou-se nos seguintes factores:

- Análise do período médio de tempo para a alienação de imóveis, medido como a diferença média ponderada entre a data de venda do imóvel e a data de entrada do imóvel no balanço do Banco, por execução ou por dação;
- Análise do valor actualizado de recuperação de créditos entre o momento da dação ou execução e o momento da venda do imóvel;
- Extrapolação do valor de recuperação dos imóveis ainda não vendidos pela aplicação da estimativa de tempo médio de venda e por uma estimativa de

valor de venda, a qual decorre do valor de avaliação, caso seja inferior ao valor de balanço, ou do próprio valor de balanço nos restantes casos. Assume-se desta forma a não realização de mais valias e a incorporação de um *haircut* pela desvalorização já percepcionada do imóvel e pelo desconto financeiro.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”, sendo reflectido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

Em 2011 foi registada imparidade no montante de 1.002.525 contos na carteira de crédito não titulado (um crescimento de 36% face ao período homólogo), conforme se indica nos quadros seguintes:

Segmentos 2011	Valor de Balanço	Imparidade	Taxa de Imparidade	Provisões Legais
Habituação	2.675.557	78.648	2,9395%	75.452
Outros Créditos	1.735.226	156.850	9,0392%	89.860
Garantias Pessoais	16.116	35	0,2172%	11
Crédito Geral	8.428.670	757.410	8,9861%	631.441
Garantias Empresas	1.229.967	9.582	0,7790%	1.096
Sector Público	2.700.742	0	0,0000%	0
<b>Total</b>	<b>16.786.278</b>	<b>1.002.525</b>	<b>5,9723%</b>	<b>797.860</b>

Segmentos 2010	Valor de Balanço	Imparidade	Taxa de Imparidade	Provisões Legais
Habituação	2.302.549	48.320	2,0985%	72.134
Outros Créditos	1.359.354	109.740	8,0729%	61.535
Garantias Pessoais	7.246	16	0,2157%	0
Crédito Geral	7.861.255	569.853	7,2489%	365.231
Garantias Empresas	1.486.763	9.630	0,6477%	0
Sector Público	2.712.500	0	0,00%	0
<b>Total</b>	<b>15.729.667</b>	<b>737.558</b>	<b>4,68896%</b>	<b>498.901</b>

Como se pode verificar, registou-se um acréscimo da taxa de imparidade em todos segmentos de crédito, reflectindo os aspectos de conjuntura que já referidos ao longo deste Relatório.

A imparidade acumulada para Outros créditos e valores a receber (Titulados) situou-se em 10.211 contos. Este valor foi obtido com base na taxa de imparidade calculada pela aplicação com base nas estatísticas para o segmento empresa sem indícios e colocou a imparidade total em 1.012.737 contos.

## 2.3.- Operações de mercado de capitais

O acréscimo nos Títulos de Outros Emissores Residentes deveu-se à aquisição no mercado secundário dos seguintes títulos: 50.000 Obrigações da Tecnical Imobiliária (Fevereiro/2011) e 6.000 Obrigações Electra A (Maio 2011). A redução nas obrigações da Câmara Municipal do Sal diz respeito á amortização parcial do Capital Investido, nos termos da respectiva ficha técnica. A redução do Prémio (custo com aquisição) das obrigações da Electra (A e B) resulta dos deferimentos do custo referente ao ano 2011.

<b>Outros residentes nacionais</b>	<b>Dez-10</b>	<b>Dez-11</b>	<b>Varição</b>
OBRIGACOES TECNICIL	150.000	200.000	50.000
OBRIGACOES ASA	180.000	180.000	0
OBRIGACOES ELECTRA A	130.099	136.099	6.000
OBRIGACOES ELECTRA B	155.700	155.700	0
PRÉMIO DA EMISSÃO (Electra A e B)	1.561	1.180	-381
OBRIGACÕES ELECTRA C	32.199	32.199	0
OBRIGACOES SOGEI	999	999	0
OBRIGACOES TECNICIL INDÚSTRIA	6.193	6.193	0
OBRIGACOES FAST FERRY	19.996	19.996	0
OBRIGAÇÕES BCA	6.668	6.668	0
OBRIGAÇÕES C.M.SAL	15.000	14.000	-1.000
OBRIGAÇÕES IFH 2ª FASE	30.000	30.000	0
<b>Total</b>	<b>728.415</b>	<b>783.034</b>	<b>54.619</b>

### 2.3.1.- Carteira de Investimento e de negociação

Os “Activos Financeiros Disponíveis para Venda”, tiveram uma variação positiva de 8,03%, face Dezembro de 2010. Essa variação deveu-se à aquisição de 5.402 acções do Banco Comercial do Atlântico ao preço de 3.100 escudos por acção perfazendo um total de 16.746 contos. De registar que o crescimento é também justificado por mais-valia potenciais que se encontravam registadas em reservas de reavaliação, cujo total em 2011 foi de 8.829 contos, com a seguinte discriminação: participação no BCA em 6.415 contos, participação na Garantia em 484 contos e participação na Visa em 1.930 contos.

## 2.4.- Promoção e Marketing

O Ano de 2011 registou uma moderação no envolvimento do BI em actividades externas, nomeadamente com uma maior selectividade nomeadamente no que concerne à participação nas principais feiras realizadas em Cabo Verde.

No entanto, o Gabinete de Marketing ao longo de 2011 teve a seu cargo, à semelhança dos anos anteriores, diversas responsabilidades onde avultam, em relação à comunicação interna, a alimentação e a gestão dos conteúdos da Intranet e na comunicação externa, a continuidade ao projecto do Novo Site BI que se encontra já em perfeitas condições para o seu lançamento e promoção junto ao público em geral e dos clientes do BI em especial, com novas funcionalidades, novo rosto e em versão bilingue.

Foram ainda desenvolvidas, ainda no âmbito da comunicação externa, a campanha de lançamento de novo produto de poupança, o depósito a prazo *Conta BI Poupança*, e a nova campanha do produto BI Trade Finance, veiculados nos principais jornais da praça, em diferentes portais de grande visibilidade e nos balcões da rede de Agência BI.

De registar ainda a divulgação do prémio *Banking Awards 2011*, atribuída pela prestigiada Revista Britânica *World Finance*, prémio que distinguiu o Banco Interatlântico pelo 3º ano consecutivo.

O Banco Interatlântico, embora registando uma redução face ao ano transacto, encabeçou várias iniciativas como patrocinador, em áreas que abrangem, a educação, a cultura, o desporto, no reforço da sua imagem institucional, e enquadrado na sua política de responsabilidade social.

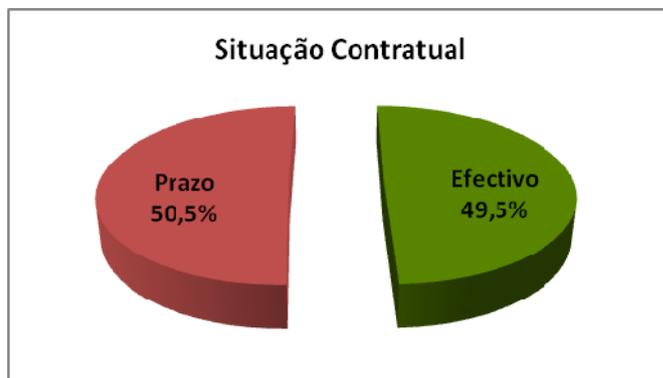
Por último destaca-se o relacionamento com **Entidades Externas**, nomeadamente os contactos permanentes com fornecedores e os órgãos de comunicação, quer seja para fazer cumprir os contratos de protocolos assinados, na divulgação de notícias e campanhas de produtos e serviços e eventos organizados pelo BI.

### 3.- Recursos Humanos

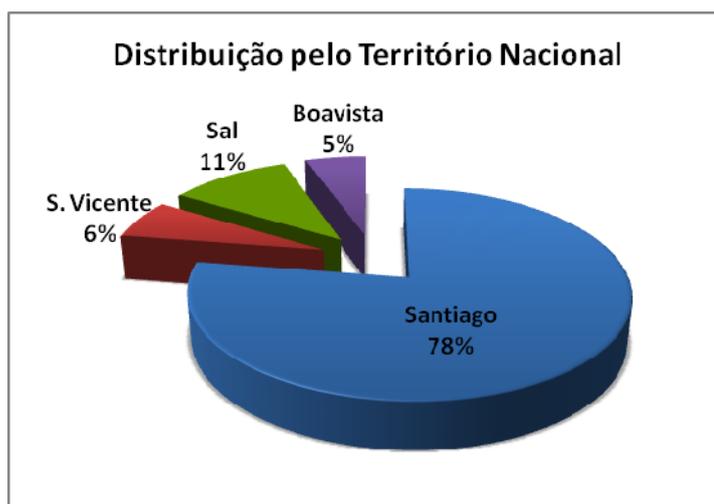
No final do exercício do ano de 2011, o Banco Interatlântico contava com 111 Colaboradores, tendo sido registadas 16 admissões e 3 desvinculações, números, esses, que revelam o forte investimento feito na admissão de novos quadros e na conservação dos já existentes por forma a garantir o bom funcionamento da Instituição e a manutenção da sua filosofia de trabalho. De um total de 19 movimentações (entre entradas e saídas de pessoal), a percentagem de admissões é superior ao quádruplo da de desvinculações.



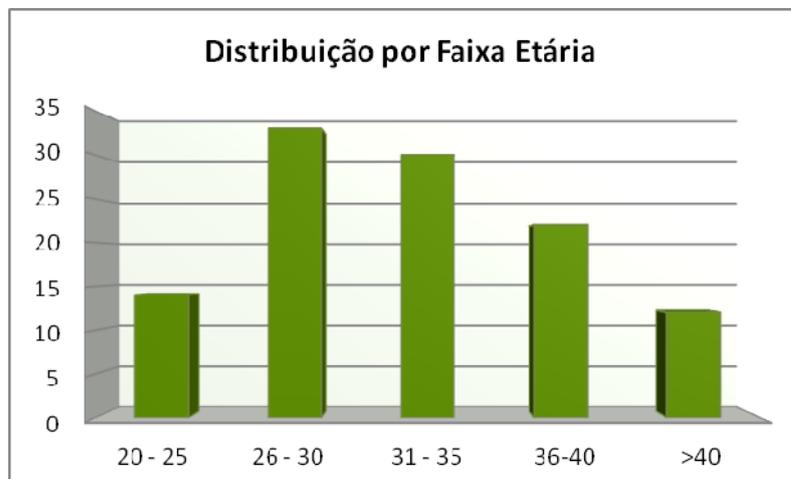
Dos 111 colaboradores no activo, 55 eram efectivos do quadro permanente e 56 possuíam contrato por tempo determinado, o que demonstra o grande equilíbrio existente entre o número de empregados em cada um destes dois tipos de situações contratuais.



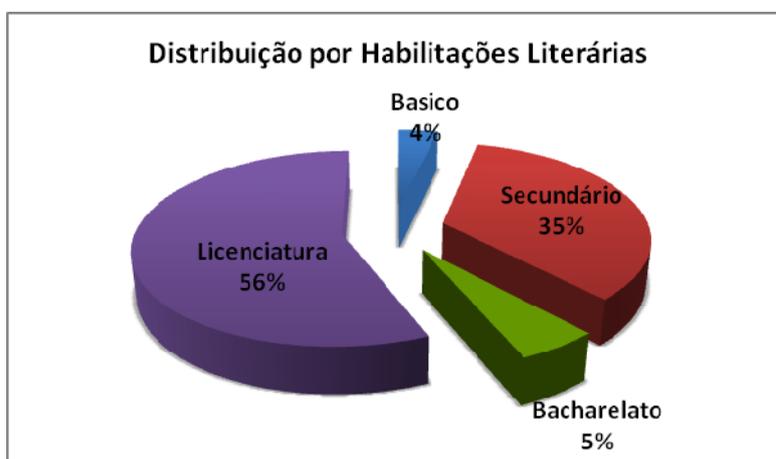
A nível nacional, a ilha de Santiago era a que possuía a maioria dos Colaboradores (86), seguida da ilhas do Sal, S. Vicente e Boavista, com 12, 7 e 6 empregados, respectivamente.



A média de idades dos empregados era de 33 anos, sendo que a maior concentração do pessoal se situava na faixa etária entre os 26 e os 35 anos (representando 57% da totalidade dos empregados), o que se traduziu num maior grau de responsabilidade e de potencialidade; e, com fortes indícios para melhoria da produtividade e rentabilidade do Banco.



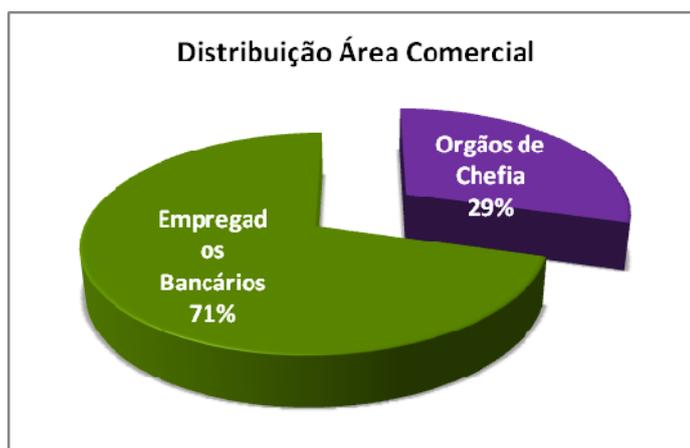
No que concerne às habilitações literárias e às qualificações profissionais, 56% dos Colaboradores detinham formação superior ao nível de Licenciatura e 5% de Bacharelato. De salientar que, à semelhança do ano 2010, os 4 Colaboradores habilitados apenas com o Ensino Básico se mantiveram ao longo de 2011, ao invés da percentagem de licenciados que, tendo aumentado, passou de 50% para 56%, reduzindo a de bacharéis.



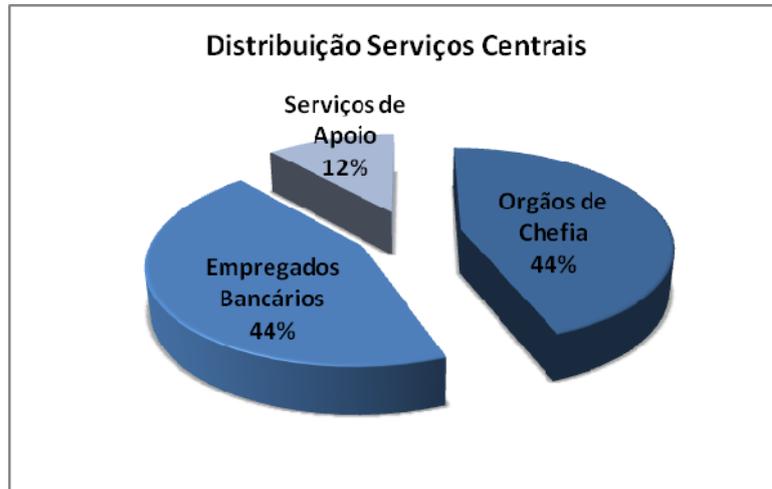
Quanto à distribuição dos Colaboradores por área funcional, constatou-se que 68 estavam afectos à Área Comercial e 43 aos Serviços Centrais.



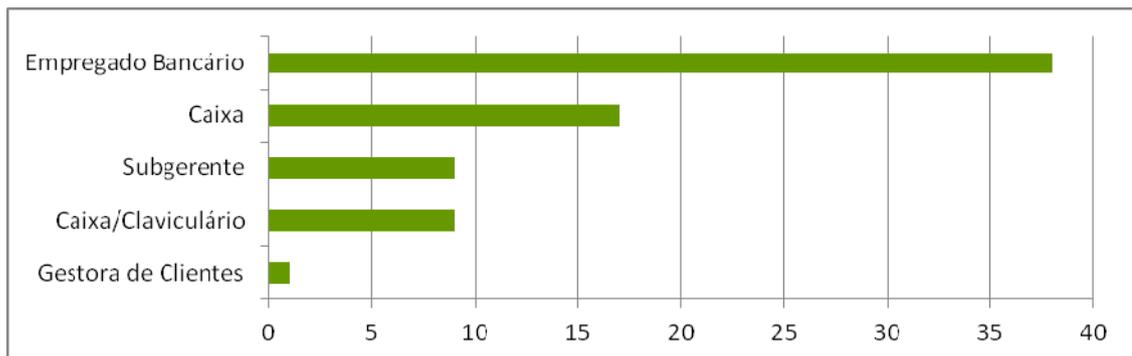
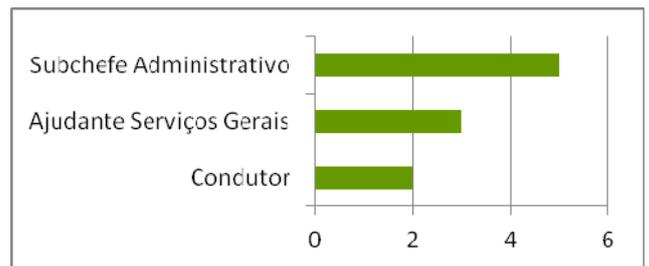
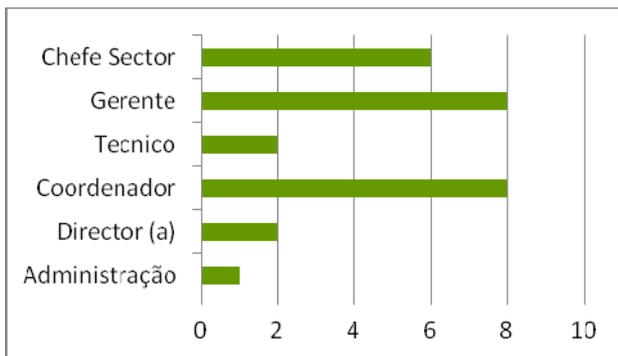
Na Área Comercial, 20 dos Colaboradores desempenharam cargos de chefia e 48 eram Empregados Bancários. Comparativamente com o ano de 2010, verificou-se o mesmo número de cargos de chefia nesta área, tendo, no entanto, ocorrido um acréscimo de 12 elementos no que se refere aos Empregados Bancários.



Nos Serviços Centrais, 19 Colaboradores desempenharam cargos de chefia, 19 eram Empregados Bancários e 5 prestaram serviços de apoio.



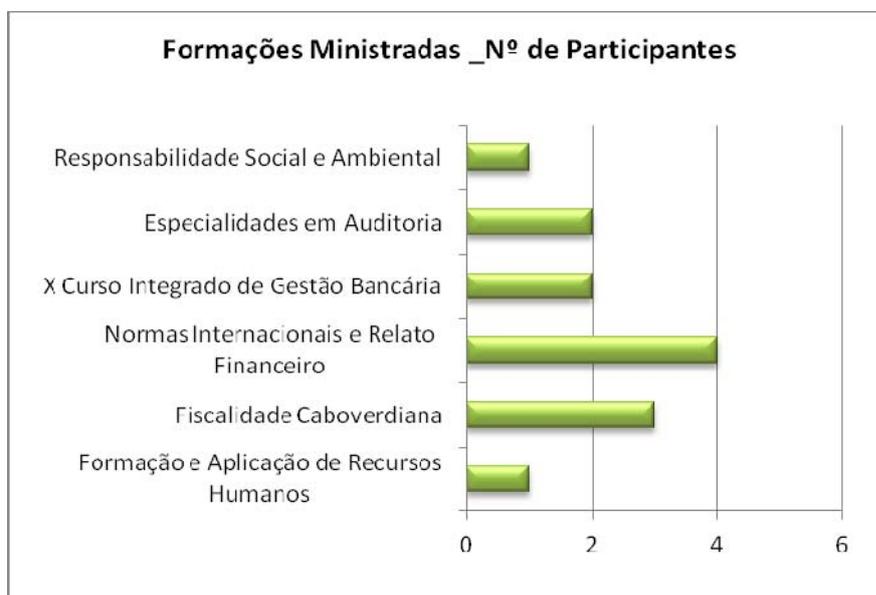
A distribuição por função era a seguinte:



## Formação

Tendo em conta o objectivo traçado pelo Banco relativamente a Formação Vestibular ministrada pelo Instituto de Formação Bancária de Portugal, o facto de não ter ocorrido, em 2011, qualquer formação deste tipo foi devido ao concurso de recrutamento de novos Colaboradores, os quais, após a sua admissão, seriam o principal público-alvo deste tipo de formação. De salientar que as negociações neste âmbito foram iniciadas ainda em 2011 tendo em vista a realização de pelo menos uma sessão no final do ano.

Na totalidade, foram realizadas 6 acções de formação, envolvendo 13 Colaboradores:



O Banco participou a Formação Académica de 18 Colaboradores, no montante global de 713.358 CVE, sendo que um dos Colaboradores estava a frequentar o curso de Licenciatura em Auditoria e os restantes o de Pós-Graduação em Direito Bancário.

## Estágios

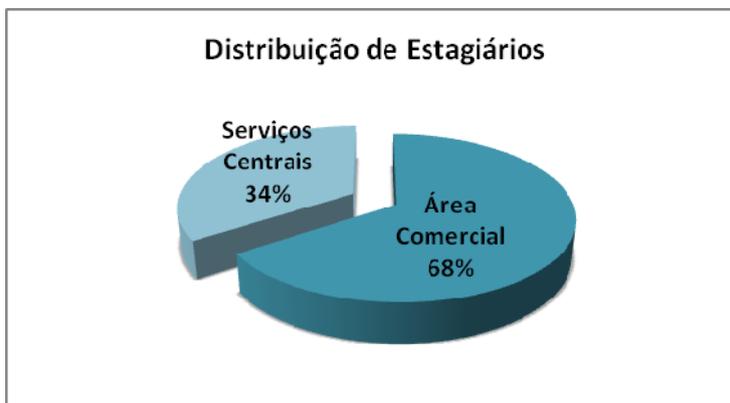
Ao longo do ano de 2011 registou-se uma forte procura ao nível de pedidos de emprego e de estágios e, apesar do investimento feito no concurso de recrutamento, o Banco mesmo assim proporcionou 42 estágios. Tal atitude levou em consideração a preocupação a nível social e o intuito de contribuir para minimizar a inactividade laboral. Dos 42 estágios, 8 foram curriculares e destinados aos alunos finalistas dos cursos de Licenciatura, e os restantes profissionais.



Dos 8 estágios curriculares, 7 foram realizados por alunos da Universidade Jean Piaget (no âmbito do protocolo existente com esta Universidade), e o restante estagiário frequentava a Escola Profissional de Magensinus.

No cômputo geral, foram admitidos 35 estagiários, sendo 1 Curricular, 27 Profissionais e 7 realizaram primeiramente estágio curricular e posteriormente estágio profissional.

Quanto à distribuição dos 35 estagiários, verificou-se que a maioria foi enquadrada na Área Comercial (30) e os restantes nos Serviços Centrais.



Apesar de 2010 ter sido um ano de recessão económica a nível mundial, os colaboradores não deixaram de ser beneficiados. Neste sentido, registou-se um aumento médio do salário de 1,25% e o subsídio de refeição, que a partir do mês de Novembro de 2011, passou a ser no valor 210 CVE diários.



Quanto aos prémios de produtividade, mantiveram-se os fixados em 2010, ou seja, atribuição entre 1 e 2,1 salários consoante os critérios definidos.

No final do primeiro trimestre do ano de 2011 terminou o processo de selecção de candidatos iniciado no último trimestre do ano anterior, tendo sido seleccionados 47

candidatos, dos quais 16 foram contratados em 2011 e 4 em Janeiro de 2012. Os restantes 27 se mantêm em carteira para uma possível futura admissão.

Autonomamente ao processo de recrutamento de novos Colaboradores, decorreu o de avaliação dos empregados, aplicado, igualmente pela empresa Coutinho, Neto & Orey. Esse processo foi composto por uma primeira fase de testes individuais, que teve lugar na cidade da Praia, contando com a presença de todos os Colaboradores; e, posteriormente por entrevistas pessoais realizadas nas diversas ilhas em que o Banco está instalado.

Aproveitando a presença de todos os Colaboradores na capital do país, realizou-se, no dia 09 de Abril de 2011, uma Reunião Geral de Quadros.

## 4.- Responsabilidade Social

Enquadrada na sua política de responsabilidade social, o Banco Interatlântico, continuou a apoiar durante o ano de 2011, embora de forma mais comedida diversas iniciativas promovidas por instituições públicas e privadas, igrejas, associações e ONG's nos domínios do **desporto**, da **cultura**, da **educação**, da **saúde** e das **autarquias locais**, quer sob a forma de patrocínio quer sob a forma de donativo.

Registou-se uma variação negativa de 40,37% face ao ano anterior, que corresponde em termos de valor a uma redução de aproximadamente 7.647 cts, dos patrocínios e donativos concedidos.

O Banco aprovou, durante o ano transacto, 17 donativos no montante de 2.960 contos e 34 patrocínios, no montante de 8.337 contos (no total de 11.297cts).

Os donativos e patrocínios representaram cerca de 8,8% dos resultados líquidos do Banco, elencados da seguinte forma:



Patrocínios	Valor
Patrocínios à Educação	170.000,00
Patrocínios às Câmaras Municipais	942.690,00
Patrocínios à Cultura	987.397,00
Patrocínios a espectáculos	935.050,00
Bolsas de estudo a estagiários	415.133,00
Patrocínios ao Desporto	2.685.003,00
Patrocínio a Associação de Empregados	1.767.700,00
Diversos	433.660,00
<b>Total</b>	<b>8.336.633,00</b>

Donativos	Valor
Donativos a Instituições de apoio às crianças	1.980.000,00
Associação de Empregados do BI	420.000,00
Donativos para a área da Saúde	75.000,00
Donativos para a área da Educação	145.000,00
Diversos	340.000,00
<b>Total</b>	<b>2.960.000,00</b>

## 5.- Análise da situação económico-financeira

### 5.1.- Evolução do Balanço

O Activo líquido ascendeu a 17,9 milhões de contos, o que representou um decréscimo de 1,62% face ao ano transacto, para o qual contribuí fundamentalmente a redução das disponibilidades no Banco Central, as aplicações em Instituições de Crédito e o investimento em títulos de dívida pública.

No lado do Passivo destaca-se a redução dos Recursos de Clientes, compensado parcialmente pelos recursos de Instituições de Crédito.

#### Balanço a 31 de Dezembro

	Dez-10	Dez-11	Dez-11/ Dez10	Mil CVE
			%	Valor
<b>ACTIVO</b>	<b>18.274.477</b>	<b>17.978.206</b>	<b>-1,62%</b>	<b>-296.271</b>
Caixa e Disponibilidades em Bancos Central	3.210.399	2.215.700	-30,98%	-994.699
Disponibilidades à vista sobre Instituições de Crédito	152.402	156.673	2,80%	4.271
Activos financeiros disponíveis para venda	317.996	343.532	8,03%	25.536
Aplicações em Instituições de Crédito	629.204	274.348	-56,40%	-354.856
Títulos de Dívida Pública	1.895.836	1.715.870	-9,49%	-179.966
Crédito a clientes	11.682.833	12.827.600	9,80%	1.144.767
Activos não correntes detidos para venda	0	17.129	N/A	17.129
Outros activos tangíveis	284.501	305.181	7,27%	20.679
Activos intangíveis	5.677	3.859	-32,02%	-1.818
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos	36.737	40.804	11,07%	4.066
Activos por impostos Correntes/diferidos	34.751	52.202	50,22%	17.451
Outros activos	24.141	25.308	4,84%	1.168
<b>PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>18.274.477</b>	<b>17.978.206</b>	<b>-1,62%</b>	<b>-296.271</b>
Recursos de Instituições de Crédito	322.492	1.675.173	419,45%	1.352.681
Recursos de clientes e outros empréstimos	15.574.334	13.902.555	-10,73%	-1.671.779
Passivos Subordinados	513.823	514.017	0,04%	195
Passivos por impostos Correntes/diferidos	5.117	11.362	122,04%	6.245
Outros passivos	362.549	316.144	-12,80%	-46.405
Capital Social	1.000.000	1.000.000	0,00%	0
Prémios de emissão	388	388	0,00%	0
Reservas de reavaliação	16.878	23.966	41,99%	7.088
Outras reservas e resultados transitados	348.820	413.857	18,65%	65.038
Resultado do exercício	130.076	120.743	-7,17%	-9.333

A nível do Activo, justificam-se os seguintes sublinhados por mais relevantes:

A rubrica “Caixa” atingiu o montante de 453.515 contos, sendo 256.912 contos relativo a notas e moedas nacionais e 196.603 em divisas. A rubrica “Depósitos à ordem no Banco de Cabo Verde” inclui os depósitos de carácter obrigatório que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição das disponibilidades mínimas de caixa.

Estas últimas mantiveram-se em 16% ao longo de todo o ano, mas sofreram alterações na sua base de incidência, que passaram a incluir 50% dos depósitos do sector público a partir de Julho de 2011 e a totalidade dos mesmos a partir de 1 de Dezembro de 2011.

O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias no último período de observação do ano teve em consideração o valor dos saldos médios dos depósitos junto do Banco de Cabo Verde durante o período de 16 á 31 Dezembro 2011, que se situou em 1.709.990 contos, enquanto a disponibilidade mínima de caixa obrigatória se situou em 1.649.849 contos (correspondente a 16% dos saldos médios de depósitos no período de 1 á 15 de Dezembro), registando um excesso de reservas de 60.140 contos. O valor registado em final de 2010, incluía uma disponibilidade extraordinária de cerca de 600.000 contos que se venceu em 30 de Dezembro e que só foi reaplicada no início de 2011.

	Dez-10	Dez-11	%
<b>Caixa e Disponibilidades em Bancos Central</b>	<b>3.210.399</b>	<b>2.215.700</b>	<b>-30,98%</b>
<b>Caixa</b>	<b>390.904</b>	<b>453.515</b>	<b>16,02%</b>
Em moeda nacional	236.779	256.912	8,50%
Em divisas	154.125	196.603	27,56%
<b>Banco de Cabo Verde</b>	<b>2.819.495</b>	<b>1.762.185</b>	<b>-37,50%</b>

Mil CVE

Nas **aplicações em Instituições de Crédito** são considerados os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no país e no estrangeiro e que dizem respeito a valores recebidos nos últimos dias do ano e que foram enviados para cobrança já nos primeiros dias úteis de 2012.

O acréscimo dos depósitos em Instituições de Crédito no País diz respeito a depósito existente na nossa conta junto do BCA, para fazer face a transacções entre as duas instituições.

	Mil CVE		
	Dez-10	Dez-11	%
<b>Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito</b>	<b>152.402</b>	<b>156.673</b>	<b>2,80%</b>
<b>Outras Disponibilidades sobre IC`s no País</b>	<b>33.799</b>	<b>102.987</b>	<b>204,71%</b>
Cheques a Cobrar	33.217	87.606	163,74%
Depósitos à ordem	582	15.381	2543,46%
<b>Disponibilidades sobre IC`s no Estrangeiro</b>	<b>118.604</b>	<b>53.686</b>	<b>-96,53%</b>
Cheques a Cobrar	42.171	31.266	-25,86%
Depósitos à ordem	76.432	22.420	-70,67%

Em 31 de Dezembro de 2011, a carteira de Títulos da Dívida Pública era composta exclusivamente por obrigações do Tesouro, no montante total de 1.695.940 contos á taxa média de 5,56%. A variação negativa de 9,41% encontra justificação no reembolso de títulos existentes em carteira á 31-12-2010, não tendo sido subscritos novos ao longo do ano em função das baixas taxas registadas nos leilões.

	Mil CVE		
	Dez-10	Dez-11	%
<b>Títulos da dívida pública</b>	<b>1.895.836</b>	<b>1.715.870</b>	<b>-9,49%</b>
De Dívida pública Caboverdiana	1.872.030	1.695.940	-9,41%
Rendimentos receber Banco	23.806	19.930	-16,28%

Os **Activos Tangíveis (brutos)**, atingiram o montante 852.488 contos representando um crescimento de 9,95%, face a Dezembro 2010. Esse crescimento deveu-se à

aquisição do imóvel onde se situa a Agência da St<sup>a</sup> Maria na Ilha do Sal; a aquisição de 5 viaturas; 9 ATM's; Gerador para a Sede; 10 Computadores e outro material informático, substituição dos aparelhos de ar condicionado nas Agências do Mindelo; Achada S. António e Plateau e compra de mobiliário e equipamento diverso para Departamentos Centrais.

Quanto a abates, foram abatidos ao activo em 2011 dois bens: um gerador cujo valor residual foi de 214 contos destinado a venda (gerando uma mais-valia de 130 contos) e um frigorífico para oferta a uma escola na Ilha de S. Vicente.

Os activos intangíveis registaram um decréscimo de 32,02% face a Dezembro de 2010. As aquisições ocorridas durante o ano centraram-se sobretudo em software para permitir novas funcionalidade no Bin@net e para automatização de transacções SWIFT, de forma a minimizar os riscos operacionais.

Mil CVE			
Activos Intangíveis e Tangíveis	Dez-10	Dez-11	%
<b>Activos Tangíveis</b>	<b>284.501</b>	<b>305.181</b>	<b>7,27%</b>
<b>Activos Tangíveis Bruto</b>	<b>775.312</b>	<b>852.488</b>	<b>9,95%</b>
Terreno	38.732	38.732	0,00%
Imóveis de Serviço Próprio	77.328	114.444	48,00%
Outras Despesas em Edifícios Arrendados	272.859	259.719	-4,82%
Mobiliário e material	43.284	44.161	2,03%
Máquinas de uso administrativo	21.249	22.663	6,65%
Equipamento informático	212.326	245.097	15,43%
Equipamento de transmissão	12.576	13.402	6,57%
Material de Transporte	53.669	66.969	24,78%
Equipamento de segurança	11.486	11.538	0,46%
Outro equipamento	31.647	35.606	12,51%
Outras activos Tangíveis	157	157	0,00%
<b>Amortizações Acumuladas</b>	<b>474.056</b>	<b>529.634</b>	<b>11,72%</b>
<b>imparidade Outros activos tangíveis</b>	<b>16.755</b>	<b>17.673</b>	<b>5,48%</b>
<b>Activos Intangíveis</b>	<b>5.677</b>	<b>3.859</b>	<b>-32,02%</b>
Sistemas de Software	78.892	80.241	1,71%
Amortizações Acumuladas	73.215	76.382	4,33%

O **Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos** considera apenas a participação na SISP cujo valor de aquisição inicial foi de 10.000. Em 2008 a avaliação pela equivalência patrimonial implicou uma valorização de 18.571 contos, em 2009 de 6.246 contos e em 2010 de 5.068 contos (antes de dividendos). Em 2011 o capital próprio da SISP atingiu o valor de 408.036 contos pelo que a participação do BI (10% do capital) atingiu o valor de 40.804 contos.

Em termos da análise das contas da SISP, de 2011, salientamos os seguintes indicadores:

- Activo Líquido de 588,2 milhões de escudos, que representa uma redução de 4,98% face ao ano anterior e Passivo no valor total de 183,02 milhões de

escudos, o que representa uma forte diminuição, 27,31%, face ao ano anterior.

- Os Capitais Próprios registaram um aumento de 37,9 milhões de escudos, (+10,32%) face ao ano transacto.
- Resultado Líquido conheceu um aumento na ordem dos 12,96 milhões de escudos, atingindo o valor de 75,3 milhões de escudos, motivado sobretudo pelo aumento das receitas proveniente dos serviços de Pagamento Automático Vinti4.

Nos **Outros Activos**, estão registados as comissões a receber do Estado pelos serviços prestados relativos aos pagamentos dos impostos dos contribuintes nas Agências do BI, cujo montante, em 31-12-2011, atingia os 6.387 contos; devedores diversos (11.998 contos); Cheques em trânsito (3.529 contos); custos administrativos (3.051 contos); receitas deferidas (2.525 contos), subsídio de falhas de caixa (1.589 contos para serem pago no início de janeiro de 2012); fundo maneio (210 contos) património artístico (606 contos); despesas a CGD (218 contos) e outros (63 contos). Em relação a Imparidade sobre os mesmos activos, houve um reforço de 1.184 contos.

Outros Activos	Dez-10	Dez-11	%
<b>Residente</b>	<b>26.081</b>	<b>29.958</b>	<b>14,87%</b>
Comissões a Receber do estado	5.690	6.387	12,25%
Património Artístico	606	606	0,00%
Receitas Deferidas	4.320	2.525	-41,54%
Custos Deferidos	2.737	3.051	11,51%
Falhas de Caixa	1.436	1.589	10,66%
Fundo Maneio	210	210	0,00%
Cheques Devolvidos - Pendentes Compensação	0	0	0,00%
Cheques em trânsito	2.310	3.529	52,79%
Visa - Regularização	0	62,53	100,00%
Outros Devedores	8.772	11.998	36,77%
<b>Não Residente</b>	<b>1.744</b>	<b>218</b>	<b>-87,47%</b>
Valores a Reembolsar - CGD	1.744	218	-87,47%
<b>Total</b>	<b>27.824</b>	<b>30.177</b>	<b>8,45%</b>

A nível do **Passivo**, justificam-se os seguintes sublinhados por mais relevantes:

O crescimento dos “**Recursos de Outras Instituições de crédito no país**” tem a ver com a reclassificação das empresas Seguradoras que anteriormente estavam classificadas como recurso de clientes. Em relação aos recursos nas “Instituições Financeiras no Estrangeiro” temos que destacar a Linha de “Trade Finance” com a Caixa Geral de Depósitos Paris, que em 31-12-2011 atingia um montante de 93.331 contos, a Linha de Crédito da Agência Francesa de Desenvolvimento “ AFD”, no valor de 98.182 contos, a Linha de Tesouraria junto da CGD no montante de 1.388.792 contos e da conta Unicre em 1.840 contos.

	Dez-10	Dez-11	%
<b>Recursos de IC's</b>	<b>322.492</b>	<b>1.675.173</b>	<b>419,45%</b>
Do país	1	89.071	
Do estrangeiro	319.428	1.582.146	395,31%
Encargos a pagar	3.063	3.955	29,13%

Nas **Responsabilidades Representadas por Títulos** está registada a emissão de obrigações subordinadas subscrita em Julho de 2008 no montante de 500.000.000\$00, cuja taxa, após a realização de uma Assembleia Geral de Obrigacionistas em 2009, passou a ser fixa e no valor de 6,0% até 2013.

Nos **Outros Passivos** registou-se um decréscimo de 15,24%, sendo que os recursos conta caução dos Créditos documentários e créditos viaturas decresceram 17,53% e outros credores em 14,64%

	Mil CVE		
	Dez-10	Dez-11	%
<b>Outros passivos</b>	<b>362.549</b>	<b>316.144</b>	<b>-12,80%</b>
Recursos - conta caução	75.787	62.504	-17,53%
Credores – Diversos	286.761	253.639	0

Os Outros Passivos têm o seguinte desdobramento:

	Mil CVE	
Outros Credores	Dez-10	Dez-11
Recursos - conta caução	75.787	62.504
Imposto retido na fonte	15.777	18.067
Pensão a pagar aos pensionista	133.508	113.132
Subsidio de falhas	2.416	2.362
Outros custos com pessoal	18.822	29.490
Custo administrativos Pagar	33.957	19.869
Outros credores	27.042	9.754
Sobra de Caixa	2.381	2.485
Anuidades dos Cartões R24	3.677	4.685
Anuidades dos Cartões Visa	5.672	9.392
Conta caução - compensação	17.122	6.025
Compensação Sisp	1.496	11.547
ATM - VINTI 4	24.891	26.830
<b>Total</b>	<b>362.549</b>	<b>316.144</b>

## 5.2.- Demonstração de Resultados

O Resultado Líquido fixou-se em 120.743 contos e teve um decréscimo de 7,17% face ao mesmo período do ano anterior. Esse decréscimo deve-se fundamentalmente ao aumento da imparidade do crédito, pois o Banco apresentou um bom desempenho quanto ao crescimento das margens financeira (5,23%) complementar (37,84%) e manteve uma estabilidade nos custos de estrutura.

### Demonstração de Resultados a 31 de Dezembro

Mil CVE

	Dez-10	Dez-11	%
Juros e Proveitos Equiparados	1.103.092	1.222.851	10,86%
Juros e Custos Equiparados	468.164	554.740	18,49%
<b>Margem Financeira</b>	<b>634.929</b>	<b>668.110</b>	<b>5,23%</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	8.900	19.614	120,39%
Rendimentos de serviços e comissões	124.866	147.957	18,49%
Encargos com serviços e comissões	34.961	26.098	-25,35%
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	0	-9	N/A
Resultados de reavaliação cambial	40.877	51.265	25,42%
Resultados de alienação de outros activos	182	131	-27,86%
Outros resultados de exploração	40.282	55.450	37,65%
<b>Margem Complementar</b>	<b>180.145</b>	<b>248.310</b>	<b>37,84%</b>
<b>Produto Bancário</b>	<b>815.074</b>	<b>916.421</b>	<b>12,43%</b>
<b>Custos de Estrutura</b>	<b>527.202</b>	<b>525.055</b>	<b>-0,41%</b>
Custos com Pessoal	190.337	208.540	9,56%
Gastos gerais administrativos	273.442	251.000	-8,21%
Amortizações do exercício	63.424	65.515	3,30%
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	164.862	265.315	60,93%
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	12.226	-2.103	-117,20%
Resultados em empresas associadas	5.068	7.810	54,10%
<b>Resultado Antes de Impostos</b>	<b>140.304</b>	<b>131.758</b>	<b>-6,09%</b>
Imposto Corrente/Deferidos	10.228	11.015	7,69%
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>	<b>130.076</b>	<b>120.743</b>	<b>-7,17%</b>

Os **Juros e Proveitos Equiparados** registaram um crescimento de 10,86%. Este crescimento deve-se aumento dos juros do crédito concedido em 12,71% e dos juros dos títulos emitidos pelas empresas residentes em 14,91%. O juro das aplicações diminuiu 40%, fruto da redução da liquidez excedentária do Banco que implicou uma diminuição nas aplicações em TRM e TIM.

Os **Juros e Custos Equiparados** registaram um crescimento de 18,49%, Este crescimento é devido ao aumento dos juros dos depósitos de clientes em 13,42%. Na rubrica de “Juros dos títulos no mercado do secundário” regista-se um decréscimo de 13,27%, fruto de uma menor utilização deste recurso ao longo do ano, e os “Juros das obrigações emitidas” que atingiu o montante de 29.860 contos.

Detalhando a evolução das principais componentes da margem financeira verificou-se:

- Crescimento dos Juros dos Crédito não representado por valores mobiliários de 123.395 contos (+14,40%) com maior peso nos empréstimos médio longo prazo que fixou-se em 533.761 contos (crescimento de 9,69%);
- Aumento nos juros dos Outros Créditos e Valores a Receber (titulados) de Outros Emissores Residentes em 5.846 contos (14,91%), deve-se aquisição de 50.000 Obrigações Tecnical Imobiliária (Fevereiro/2011), 6.000 Obrigações Electra A (Maio 2011). Também contribui para o aumento a evolução da taxa Euribor em 2011 face ao ano de 2010;
- Diminuição dos Juros das Aplicações em IC's em 15.500 contos (-40,01%), que é justificado pela redução da liquidez do Banco e consequente menor aplicação em TRM e TIM.;
- Crescimentos dos Juros dos Depósitos a Prazo em 93.890 contos (+27,98%), sendo que nos depósitos à ordem de residentes aumentaram 10,25% e nos depósitos a prazo de Emigrantes aumentaram 26,64%;

- Diminuição dos juros dos títulos colocado no mercado secundário em 11.346 (-13,27%);
- Os Juros dos passivos subordinados que atingiram o valor de 29.860 contos;
- Aumento dos Juros outros recursos em IC's deveu-se ao maior recurso às Linhas de Tesouria disponibilizadas pela CGD em virtude da posição de liquidez do Banco;

	Mil CVE		
	Dez-10	Dez-11	%
<b>Margem Financeira</b>	<b>634.929</b>	<b>668.110</b>	<b>5,23%</b>
<b>Juros e Rendimentos Similares</b>	<b>1.103.092</b>	<b>1.222.851</b>	<b>10,86%</b>
<b>Juros crédito concedido</b>	<b>1.064.348</b>	<b>1.199.606</b>	<b>12,71%</b>
Descontos	10.509	13.160	25,22%
Créditos em conta corrente	130.678	155.637	19,10%
Descobertos	48.777	42.460	-12,95%
Outros créditos	16.789	20.461	21,88%
Empréstimos	610.075	687.710	12,73%
Recuperação de juros vencidos	33.380	53.250	59,52%
Credito ao pessoal	6.748	7.672	13,71%
Comissões recebidos associadas aos Custos Amortizados	67.727	76.724	13,28%
Outros créditos e valores a receber (titulados)	139.665	142.532	2,05%
De Dívida Pública Caboverdiana	100.461	97.482	-2,97%
De outros residentes	39.204	45.050	14,91%
<b>Juros de Aplicações em IC's</b>	<b>38.744</b>	<b>23.244</b>	<b>-40,01%</b>
Juros de aplicações em IC's no país	38.005	22.781	-40,06%
Juros de aplicações em IC's no estrangeiro	740	464	-37,26%
<b>Juros e Encargos Similares</b>	<b>468.164</b>	<b>554.740</b>	<b>18,49%</b>
<b>Juros de Depósitos de Clientes</b>	<b>335.543</b>	<b>380.584</b>	<b>13,42%</b>
Ordem	22.608	24.925	10,25%
A prazo residentes	200.782	199.538	-0,62%
A prazo não residentes	23.724	45.120	90,19%
Poupança jovem	6.038	6.655	10,23%
Poupança Emigrantes	82.392	104.345	26,64%
<b>Títulos Mercado Secundário</b>	<b>85.524</b>	<b>74.178</b>	<b>-13,27%</b>
<b>Juros de Recursos de IC's</b>	<b>10.707</b>	<b>61.924</b>	<b>478,34%</b>
<b>Outros Juros</b>	<b>6.529</b>	<b>7.900</b>	<b>21,00%</b>
<b>Passivos Subordinados</b>	<b>29.860</b>	<b>30.154</b>	<b>0,98%</b>

Quanto à **margem complementar** totalizou 248.310 contos um acréscimo de 68.165 contos comparando com período homólogo (crescimento de 37,84%).

	Dez-10	Dez-11	%
			Mil CVE
<b>Margem Complementar</b>	<b>180.145</b>	<b>248.310</b>	<b>37,84%</b>
<b>Rendimentos de instrumentos de capital</b>	<b>8.900</b>	<b>19.614</b>	<b>120,39%</b>
<b>Rendimentos dos Outros Serviços Prestados</b>	<b>124.866</b>	<b>147.957</b>	<b>18,49%</b>
<b>Por garantias prestadas</b>	<b>36.682</b>	<b>40.976</b>	<b>11,71%</b>
Garantias e avales	36.682	40.976	11,71%
<b>Outras operações sobre instrumentos financeiros</b>	<b>40.727</b>	<b>57.951</b>	<b>42,29%</b>
Outras operações sobre instrumentos financeiros	40.727	57.951	42,29%
<b>Por Serviços Prestados</b>	<b>46.926</b>	<b>48.877</b>	<b>4,16%</b>
Transferencias de Valores	575	592	2,94%
Gestão de cartões	26.683	26.030	-2,45%
Anuidades	6.205	7.394	19,15%
Montagem de operações	0	0	N/A
Prestação serviço diversos	13.462	14.861	10,39%
<b>Por Operações Realizadas</b>	<b>531</b>	<b>153</b>	<b>-71,20%</b>
Sobre títulos - em operações da bolsa valores	531	153	-71,20%
<b>Encargos com serviços e comissões</b>	<b>34.961</b>	<b>26.098</b>	<b>-25,35%</b>
Garantias e avales	1.672	1.050	-37,21%
Outros Serviços Prestados	33.289	25.048	-24,75%
<b>Resultado em activos Disponíveis Para Venda</b>	<b>0</b>	<b>-9</b>	<b>N/A</b>
Resultado em activos Disponíveis Para Venda	0	-9	N/A
<b>Resultados de Reavaliação Cambial</b>	<b>40.877</b>	<b>51.265</b>	<b>25,42%</b>
<b>Perdas em operações cambiais</b>	<b>36.705</b>	<b>21.713</b>	<b>-40,84%</b>
Em divisas	15.442	13.951	-9,65%
Notas e moedas estrangeiras	21.263	7.762	-63,49%
<b>Ganhos em operações cambiais</b>	<b>77.582</b>	<b>72.979</b>	<b>-5,93%</b>
Em divisas	27.214	29.352	7,86%
Notas e moedas estrangeiras	50.367	43.627	-13,38%
<b>Resultados de alienação de outros activos</b>	<b>182</b>	<b>131</b>	<b>-27,86%</b>
<b>Outros Resultados de Exploração</b>	<b>40.282</b>	<b>55.450</b>	<b>37,65%</b>
<b>Outros Encargos e Gastos Operacionais</b>	<b>21.581</b>	<b>23.038</b>	<b>6,75%</b>
<b>Impostos Indirectos</b>	<b>13.186</b>	<b>18.009</b>	<b>36,58%</b>
Imposto selo	0	0	N/A
Imposto sobre transporte rodoviário	53	50	-5,08%
Taxas	3.967	4.530	14,18%
Outras custos de exploração	9.165	13.429	46,51%
<b>Quotizações e Donativos</b>	<b>5.219</b>	<b>3.115</b>	<b>-40,30%</b>
<b>Outros Encargos e Gastos Operacionais</b>	<b>3.177</b>	<b>1.914</b>	<b>-39,74%</b>
<b>Outros Rendimentos e Receitas Operacionais</b>	<b>61.864</b>	<b>78.489</b>	<b>26,87%</b>
Reembolso de despesas	199	190	-4,31%
Rendimentos da prestação de serviços diversos	20.207	23.408	15,84%
Taxa de Serviços	37.981	44.904	18,23%
Outros Rendimentos e Receitas Operacionais	3.477	9.986	187,22%

- Os Rendimentos Instrumentos de Capital, fixaram-se em 19.614 contos registando um aumento de 120% Esse crescimento deve-se aos dividendos recebido do BCA (total 17.500 contos enquanto que 2010 foi de 5.947 contos), os dividendos da Sociedade de Tabacos de Cabo Verde manteve-se ao mesmo valor do período homólogo, enquanto os dividendos Garantia situou-se em 1.100 contos com um decréscimo de 44,39%;
- Os Rendimentos de Outros Serviços Prestados aumentaram 18,49% relativamente ao ano de 2010, atingindo um volume 124.866 contos. As operações sobre o estrangeiro (Transferências) aumentaram 42,29%; as comissões dos cartões Visa em 56,41% na sequência do aumento das transacções dos cartões; comissões das garantias e avales em 19,68% e as comissões dos créditos documentários aumentaram 5,49%;
- Os Encargos com Serviços e Comissões tiveram um decréscimo de 25,35% face ao mesmo período do ano anterior. Em Dezembro de 2011, os encargos com serviços e comissões situou-se em 26.096 contos enquanto em Dezembro de 2010 foi 34.961 contos. Essa diminuição deve-se à diminuição das comissões pagas aos correios pelos pagamentos dos pensionistas e diminuição das comissões com Visa;
- Os Resultados de Reavaliação Cambial tiveram um acréscimo de 25,42% face ao período homólogo. Os ganhos em operações cambiais situaram-se em 72.979 contos contra 77.582 contos em 2010, enquanto as perdas em operações cambiais foram de 21.713 contos contra 36.705 em 2010;
- Os Outros Resultados de Exploração tiveram uma variação positiva de 37,65%. Os Outros rendimentos de exploração fixaram-se em 78.489 contos contra 61.864 contos em 2010. Esta evolução resultou do aumento das prestações de serviço da R24 que teve uma variação positiva de 16,24%;

aumento das taxas de serviço em 18,23% e outros proveitos relacionados com as transferências

O **Produto Bancário**, em consequência dos acréscimos verificados nas margens financeiras e complementar, registou um acréscimo de 12,43% em relação ao Dezembro de 2010.

Os **custos de estrutura** – (custos com pessoal, fornecimentos e serviços de terceiros e amortizações) – diminuíram 0,41% face a ano de 2010. O indicador “custos de estrutura em percentagem do produto bancário” – Cost to income – situou-se em 57,29% enquanto em 2010 foi de 64,68%,

Em relação a 2010, os **custos com pessoal** aumentaram 9,56% (+16.203 contos), em consequência reclassificação e promoção dos colaboradores; aumento dos estagiários remunerados; ajustamento salarial de 1,25%; aumento de subsidio de alimentação para 210 CVE diário, a partir de Novembro de 2011, aumento de quadro de pessoal no 2º semestres de 2011, e, o que se verificou pelo primeira vez, por recomendação dos auditores externos, foram provisionados os dias de férias de 2011 que os colaboradores têm direito devido ao trabalho efectuado em 2011, mas que apenas gozarão, por se vencer esse direito, no ano de 2012. Assim, o Banco registou este acréscimo de custo, que, na prática, duplicou no ano o custo das férias, no montante de cerca de 8.864 contos. Assim, na mesma base de 2010, os custos com pessoal tiveram um acréscimo de apenas 4,9%.

Relativamente aos **Órgãos de Gestão e Fiscalização**, o valor de crescimento de 3,77%, deriva do facto de no ano transacto o prémio de produtividade ter sido em parte pago em contrapartida da provisão constituída para o mesmo prémio destinado aos trabalhadores. Colocados os valores na mesma base, houve de facto uma redução das remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização em 8%, como se comprova no quadro seguinte:

Descritivos	Valores Acumulados			
	Dez-11	Dez-10	Variação 2011-2010	
<b>Remuneracoes dos ogãos de gestão e fiscalização</b>	<b>29.523</b>	<b>32.235</b>	<b>-2.712</b>	<b>-8%</b>
Remuneracao mensal	20.829	20.829	0	0%
Subsidio de ferias	1.204	1.204	0	0%
Subsidio de natal	1.204	1.204	0	0%
Subsidio de gestao	1.440	1.440	0	0%
Previdencia social adm	748	748	0	0%
Premio de produtividade	4.098	6.810	-2.712	-40%

Os **Gastos Administrativos** decresceram 8,21% face ao período homólogo. Para tal contribuiu a redução das publicidades e edições em 29,88% (-11.064 contos); diminuição em serviços especializados em 9,35% (-11.351 contos); formação de pessoal em 66,88% (6.785 contos); diminuição em comunicação expediente em 11,04% (-2.062 contos) e Seguros em 15% (-998 contos).

Os Gastos Administrativos que registaram maior crescimento em 2011 foram:

- Recrutamento de Pessoal que se situou em 7.802 contos;
- Agua Energia e Electricidade com aumento de 12,31% (2.553 contos), refletindo o grande aumento dos preços verificado no mercado em virtude do aumento do preço do petróleo e que tem passado directamente para a economia;
- Impressos e Materiais de Expediente que registaram um crescimento de 8,45% (1.036 contos).
- Rendas e Aluguer com o crescimento de 535 contos que se deveu ao aluguer dum espaço no Edifício Sede. Em contrapartida tivemos, no 2º Trimestre de 2011, a aquisição da agência da Stª Maria que resultou numa diminuição de rendas num valor mensal de 174 contos.

O aumento das amortizações do exercício reflectiu principalmente o investimento contínuo em informática, a remodelação dos equipamentos e aquisição de viaturas. As Amortizações do Exercício fixaram-se em 65.515 contos, um acréscimo de 3,3% face ao período homólogo.

	Mil CVE		
	Dez-10	Dez-11	%
<b>Custo de Estrutura</b>	<b>527.202</b>	<b>525.055</b>	<b>-0,41%</b>
<b>Custos com pessoal</b>	<b>190.337</b>	<b>208.540</b>	<b>9,56%</b>
Remuneração de Órgãos de Gestão e Fiscalização	27.730	28.775	3,77%
Remuneração de empregados	105.539	111.972	6,10%
Remuneração adicionais	5.121	8.661	69,12%
Outras remunerações	32.735	38.912	18,87%
Encargos sociais	19.211	20.220	5,25%
Outros custos com pessoal	0	0	N/A
<b>Gastos gerais administrativos</b>	<b>273.442</b>	<b>251.000</b>	<b>-8,21%</b>
Água, Energia E Combustíveis	20.733	23.286	12,31%
Impressos E Material De Consum	10.900	12.247	12,36%
Publicações	0	0	N/A
Outros Fornecimentos De Tercei	1.365	1.066	-21,88%
Rendas E Alugueres	27.807	28.342	1,93%
Comunicacoes E Desp De Expedic	18.681	16.619	-11,04%
Deslocacoes, Estadas E Represe	7.139	8.835	23,75%
Publicidade E Edicao De Public	37.026	25.962	-29,88%
Conservacao E Reparacao	4.579	4.586	0,17%
Transportes	3.429	3.451	0,62%
Formacao De Pessoal	10.145	3.360	-66,88%
Seguros	6.268	5.270	-15,92%
Serviços Especializados	121.455	110.104	-9,35%
Outros Serviços De Terceiros	3.914	7.883	101,42%
<b>Amortizações do Exercícios</b>	<b>63.424</b>	<b>65.515</b>	<b>3,30%</b>
<b>De outros activos intangíveis</b>	<b>3.670</b>	<b>3.167</b>	<b>-13,70%</b>
De outros activos intangíveis	3.670	3.167	-13,70%
<b>Outros activos tangíveis</b>	<b>59.753</b>	<b>62.348</b>	<b>4,34%</b>
De imóveis de serviço	1.250	1.530	22,40%
Obras em edifícios arrendados	14.686	14.641	-0,30%
De equipamento	43.818	46.177	5,38%

O Resultado Líquido cifrou-se em 120.743 contos o que comparativamente ao ano anterior evidencia um decréscimo de 7,17%.

### **5.3.- Rácios Prudenciais**

No domínio da solidez financeira, o Banco observou todos os indicadores prudenciais exigidos pelo Banco de Cabo Verde, apresentando para todos os rácios valores acima do mínimo legalmente exigido, destacando-se o rácio de solvabilidade com um valor de 14,40%, ligeiramente abaixo do ano transacto (14,62%), mas bastante acima do limite legal de 10%.

Os fundos próprios elegíveis atingirão o valor de 1.925.641 contos e os fundos próprios de base os 1.470.758 contos. De realçar este último valor que permitiu ao Banco encerrar o exercício com um rácio de 11,0% (10,98% no ano anterior) nos fundos próprios de base ou seja o “core Tier one” é superior ao rácio de solvabilidade exigido pelo Banco de Cabo Verde o que permite ao BI afirmar que cumpre as regras mais exigentes a nível da solvabilidade bancária que estão em preparação e nível da regulamentação internacional.

<b>Gestão do Capital</b>	<b>Dez-10</b>	<b>Dez-11</b>	<b>Varição</b>
<b>Fundos Próprios de Base</b>	<b>1.408.569</b>	<b>1.470.759</b>	<b>62.190</b>
Capital Social	1.000.000	1.000.000	-
Reservas e Prémios	495.604	560.642	65.038
Resultado Líquido	65.038	60.372	(4.666)
Resultados Transitados e outros (Impacto transição para NIRF)	(152.073)	(150.256)	1.818
<b>Fundos Próprios Complementares</b>	<b>508.439</b>	<b>511.983</b>	<b>-</b>
Obrigações subordinadas	500.000	500.000	-
Outras Reservas de reavaliação		11.983	
Deduções aos Fundos Próprios Complementares	8.439	-	N/A
<b>Deduções aos Fundos Próprios totais</b>	<b>40.512</b>	<b>57.101</b>	<b>16.589</b>
Participações em Instituições de Crédito	40.512	57.101	16.589
Excesso na concentração de risco	-	-	-
<b>Total dos Fundos Próprios Elegíveis</b>	<b>1.876.496</b>	<b>1.925.641</b>	<b>49.145</b>
<b>Total do Activo Ponderado</b>	<b>12.833.436</b>	<b>13.371.553</b>	<b>538.117</b>
<b>Rácios</b>	<b>Dez-10</b>	<b>Dez-10</b>	<b>Varição</b>
Fundos Próprios de Base	10,98%	11,00%	0,02%
Fundos Próprios Complementares	3,96%	3,83%	-0,13%
Deduções aos Fundos Próprios totais	-0,32%	-0,43%	-0,11%
<b>Rácio de Solvabilidade</b>	<b>14,62%</b>	<b>14,40%</b>	<b>-0,22%</b>

Em relação aos outros rácios prudenciais, o Banco registou no fim do ano transacto os seguintes excessos de cobertura/ diferenças em relação aos mínimos legalmente exigidos:

<b>Rácio Prudencial</b>	<b>Valor Mínimo</b>	<b>Valor observado em 2011</b>
	100% dos	
Cobertura do Imobilizado	Fundos Próprios	215,00%
Cobertura das Responsabilidades		
Exigíveis até 7 dias	20,00%	25,64%
Exigíveis até 30 dias	20,00%	61,49%
Exigíveis até 90 dias	20,00%	81,76%
Exigíveis em prazo > 90 dias	20,00%	93,61%
Títulos da Dívida Pública	632.943 Contos	1.695.940 Contos

## 6.- Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes dignos de registo.

## 7.- Proposta de distribuição de resultados

Tendo em conta a política de capitalização do Banco Interatlântico e o resultado líquido do exercício de 2011, propõe-se a seguinte distribuição:

- Para Reserva Legal, 10% (dez por cento);
- A distribuir pelos Accionistas, 24,8% (vinte e quatro virgula oito por cento);
- O restante a afectar a Outras Reservas

### Distribuição de resultados 2011

	<u>Distribuição</u>	%
Lucro líquido	120.743.027,84	100,00%
Reserva Legal (10%)	12.074.302,78	10,00%
Outras Reservas	78.668.725,06	65,15%
A Distribuir pelos accionistas	<u>30.000.000,00</u>	24,85%

Nota: Em Assembleia-Geral do Banco Interatlântico, realizada no dia 24 de Abril de 2012, foi aprovada a aplicação de resultados do exercício de 2011, nos termos propostos, tomando os Senhores accionistas conhecimento que a distribuição de dividendos ficava condicionada à não oposição do Banco de Cabo Verde, nos termos do anexo à carta daquele Banco refª GAC/024/12, de 27 de Janeiro de 2012.

## 8.- Considerações finais

O Exercício económico de 2011 foi, sem margem para dúvida, particularmente difícil para a actividade bancária, resultado da persistência da crise económica e financeira internacional que afecta de forma particular os países europeus, alguns dos quais parceiros privilegiados de Cabo Verde. A exposição dos Bancos nacionais ao sector da imobiliária turística e a persistência da profunda crise que afecta este sector obrigou a um reforço significativo de imparidade sobre as operações ligadas a este sector de actividade, com impacto negativo nos resultados dos bancos.

O Banco Interatlântico, registou, no exercício que ora finda, uma evolução muito positiva da sua actividade, a nível do crédito, onde registou uma taxa de crescimento superior ao verificado no sector. No entanto, a nível dos depósitos verificou-se uma contracção importante, devido essencialmente a uma drástica redução das disponibilidades do segmento empresarial da carteira do Banco, que suplantou de longe, o bom desempenho verificado a nível do segmento de particulares.

Apesar do crescimento registado a nível do crédito e da decréscimo dos depósitos, os resultados líquidos do exercício registaram, uma ligeira diminuição em relação ao exercício de 2010, devido à forte concorrência verificada a nível da captação de recursos, e a um reforço prudencial de imparidade, particularmente no sector da imobiliária turística. Estes resultados permitem no entanto proporcionar uma rentabilidade dos capitais próprios, a um nível ainda satisfatório, considerando as referências a nível internacional.

O Rácio de Solvabilidade do Banco continua ainda a um nível adequado de 14,4%.

O Banco continua a gozar duma boa notoriedade e credibilidade, reforçadas pela sua participação activa, cedendo fundos, no mercado monetário interbancário num contexto marcado por falta de liquidez generalizada no sistema bancário nacional.

Os recursos humanos da Instituição beneficiaram de um esforço considerável de formação no sentido de adaptar as suas competências às exigências do exercício das suas funções e à melhoria da qualidade do serviço prestado.

Pelos resultados alcançados, agradecemos em primeiro lugar os nossos clientes pela confiança e preferência demonstradas.

Os nossos agradecimentos vão ainda para as seguintes entidades:

Os nossos accionistas, pela confiança depositada no Conselho da Administração e pela atenção com que acompanha o desenvolvimento da Instituição.

O Banco de Cabo Verde, pela sua reforçada atenção em matéria de supervisão e pelos esforços permanentes, visando garantir a solidez e a credibilidade do sistema financeiro nacional, num contexto particularmente difícil.

Os membros do Conselho Fiscal, pelo acompanhamento das actividades do Banco;

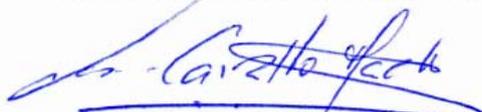
Os trabalhadores e colaboradores do Banco, pela dedicação, profissionalismo e os esforços consentidos para consecução dos objectivos alcançados.

Praia, 31 de Março de 2012.

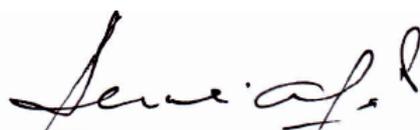
  
Fernando Marques Pereira



Manuel Fernando Monteiro Pinto



Luis de Carvalho Machado



Teófilo Figueiredo Almeida Silva



António Carlos Moreira Semedo



## ANEXOS



### BALANÇO 2011

ACTIVO	Dez-11			Dez-10	De/11-Dez/10	
	Activo Bruto	Provisões, imparidade e amortizações	Activo líquido		Variação	
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2.215.700.044	0	2.215.700.044	3.210.398.906	-994.698.862	-30,98%
Disponibilidades em outras instituições de crédito	156.672.871	0	156.672.871	152.402.156	4.270.715	2,80%
Activos financeiros disponíveis para venda	383.614.091	-40.082.275	343.531.816	317.996.205	25.535.611	8,03%
Aplicações em instituições de crédito	274.348.014	0	274.348.014	629.203.908	-354.855.894	-56,40%
Títulos de Dívida Pública	1.715.869.719	0	1.715.869.719	1.895.835.869	-179.966.150	-9,49%
Crédito a clientes	13.840.337.318	-1.012.737.403	12.827.599.916	11.682.833.152	1.144.766.763	9,80%
Activos não correntes detidos para venda	17.129.270	0	17.129.270	0	17.129.270	N/A
Outros activos tangíveis	852.488.286	-547.307.566	305.180.720	284.501.379	20.679.341	7,27%
Activos intangíveis	80.241.276	-76.382.136	3.859.140	5.676.737	-1.817.597	-32,02%
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	40.803.629	0	40.803.629	36.737.292	4.066.337	11,07%
Activos por impostos correntes	29.078.616	0	29.078.616	5.437.470	23.641.146	434,78%
Activos por impostos diferidos	23.123.383	0	23.123.383	29.313.125	-6.189.742	-21,12%
Outros activos	30.176.944	-4.868.542	25.308.402	24.140.509	1.167.892	4,84%
<b>Total do Activo</b>	<b>19.659.583.461</b>	<b>-1.681.377.922</b>	<b>17.978.205.540</b>	<b>18.274.476.708</b>	<b>-296.271.168</b>	<b>-1,62%</b>
<b>PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>						
Recursos de outras instituições de crédito			1.675.172.571	322.492.007	1.352.680.564	419,45%
Recursos de clientes e outros empréstimos			13.902.554.959	15.574.334.165	-1.671.779.206	-10,73%
Passivos Subordinados			514.017.241	513.822.623	194.618	0,04%
Provisões			0	0	0	N/A
Passivos por impostos correntes			0	320.588	-320.588	-100,00%
Passivos por impostos diferidos			11.362.345	4.796.608	6.565.737	136,88%
Outros passivos			316.143.564	362.548.578	-46.405.015	-12,80%
<b>Total do Passivo</b>			<b>16.419.250.680</b>	<b>16.778.314.570</b>	<b>-359.063.891</b>	<b>-2,14%</b>
Capital			1.000.000.000	1.000.000.000	0	0,00%
Prémios de emissão			388.453	388.453	0	0,00%
Reservas de reavaliação			23.965.978	16.878.385	7.087.593	41,99%
Outras reservas			560.253.792	495.215.893	65.037.899	13,13%
resultados Transitados			0	0	0	N/A
Resultados transitados ajustamentos			-146.396.392	-146.396.392	0	0,00%
Resultado do exercício			120.743.029	130.075.799	-9.332.770	-7,17%
<b>Total do Capital próprio</b>			<b>1.558.954.860</b>	<b>1.496.162.138</b>	<b>62.792.722</b>	<b>4,20%</b>
<b>Total do Passivo e do Capital Próprio</b>			<b>17.978.205.540</b>	<b>18.274.476.708</b>	<b>( 296.271.168)</b>	<b>-1,62%</b>

Responsável da Contabilidade,

*Handous*

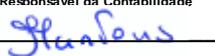
*António Sérgio da Fonseca*

*Handous*

**Demonstração de Resultado 2011 Comparativo**

	Dez-11	Dez-10	De/11-Dez/10	
<b>Juros e rendimentos similares</b>	<b>1.222.850.585</b>	<b>1.103.092.294</b>	<b>10,86%</b>	<b>119.758.290</b>
<b>Juros e Rendimentos Créditos</b>	<b>1.199.606.118</b>	<b>1.064.348.005</b>	<b>12,71%</b>	<b>135.258.113</b>
Juros Crédito não rep. por valores mobiliários	980.350.731	856.955.650	14,40%	123.395.082
Juros dos Títulos de dívida	97.481.525	100.461.452	-2,97%	-2.979.927
Juros títulos dos outros residentes	45.050.113	39.203.678	14,91%	5.846.435
Comissões dos Créditos	76.723.748	67.727.225	13,28%	8.996.523
Juros das Aplicações	23.244.467	38.744.289	-40,01%	-15.499.823
<b>Juros e encargos similares</b>	<b>554.740.274</b>	<b>468.163.607</b>	<b>18,49%</b>	<b>86.576.667</b>
Juros e Depósitos	<b>503.610.462</b>	<b>421.067.242</b>	<b>19,60%</b>	<b>82.543.220</b>
Juros Depósitos Clientes	429.432.809	335.543.299	27,98%	93.889.509
Juros dos T. M. S	74.177.653	85.523.943	-13,27%	-11.346.290
Juros Obrigações Emitidas	30.154.278	29.860.215	0,98%	294.063
Juros Recurso IC's	13.075.601	10.707.176	22,12%	2.368.425
Juros Prémio Obrigações	7.899.933	6.528.974	21,00%	1.370.959
<b>MARGEM FINANCEIRA</b>	<b>668.110.311</b>	<b>634.928.687</b>	<b>5,23%</b>	<b>33.181.624</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	19.613.743	8.899.588	120,39%	10.714.155
Rendimentos de serviços e comissões	147.956.996	124.866.119	18,49%	23.090.876
Encargos com serviços e comissões	26.098.066	34.960.670	-25,35%	-8.862.604
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	(9.000)	-	#DIV/0!	-9.000
Resultados de reavaliação cambial	51.265.418	40.876.513	25,42%	10.388.905
Resultados de alienação de outros activos	130.950	181.532	-27,86%	-50.582
Outros resultados de exploração	<b>55.450.253</b>	<b>40.282.289</b>	<b>37,65%</b>	<b>15.167.964</b>
Outros Proveitos de Exploração	78.488.750	61.863.564	26,87%	16.625.186
Outros Custos de Exploração	23.038.497	21.581.275	6,75%	1.457.222
<b>MARGEM COMPLEMENTAR</b>	<b>248.310.294</b>	<b>180.145.371</b>	<b>37,84%</b>	<b>68.164.922</b>
<b>PRODUTO BANCÁRIO</b>	<b>916.420.605</b>	<b>815.074.058</b>	<b>12,43%</b>	<b>101.346.546</b>
Custos com pessoal	208.539.866	190.336.509	9,56%	18.203.357
Gastos gerais administrativos	250.999.797	273.441.734	-8,21%	-22.441.936
Amortizações do exercício	65.514.842	63.423.551	3,30%	2.091.291
<b>CUSTO DE ESTRUTURA</b>	<b>525.054.505</b>	<b>527.201.793</b>	<b>-0,41%</b>	<b>(2.147.288)</b>
Provisões líquidas de reposições e anulações	-	-	-	-
<b>Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e re</b>	<b>265.315.234</b>	<b>164.862.483</b>	<b>60,93%</b>	<b>100.452.751</b>
Constituição	1.322.763.426	1.155.166.242	14,51%	167.597.184
Reposições e anulações	1.057.448.192	990.303.759	6,78%	67.144.433
<b>Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações</b>	<b>2.102.893</b>	<b>(12.226.101)</b>	<b>-117,20%</b>	<b>14.328.994</b>
Constituição	2.102.893	-	#DIV/0!	2.102.893
Reposições e anulações	-	12.226.101	-100,00%	(12.226.101)
Resultados em empresas associadas	7.809.716	5.068.062	54,10%	2.741.654
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>	<b>131.757.689</b>	<b>140.303.945</b>	<b>-6,09%</b>	<b>(8.546.256)</b>
Correntes	-	320.588	-100,00%	(320.588)
Diferidos	11.014.660	9.907.558	-	-
<b>RESULTADO APÓS IMPOSTOS</b>	<b>120.743.029</b>	<b>130.075.799</b>	<b>-7,17%</b>	<b>(9.332.770)</b>

Responsável da Contabilidade



A Administração.



## **Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório e Contas do Conselho de Administração do Banco Interatlântico**

Exm<sup>os</sup> Senhores Accionistas

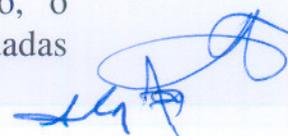
Em cumprimento do disposto no artigo trigésimo terceiro dos Estatutos do Banco Interatlântico, durante o ano de 2011 o Conselho Fiscal acompanhou o funcionamento e a evolução dos negócios do Banco, analisou e verificou os principais actos de gestão e procedeu à análise mensal das contas e das demonstrações financeiras.

Nos termos da alínea f) do referido artigo dos Estatutos do Banco, o Conselho Fiscal debruçou-se, ainda, sobre o Relatório sobre o Sistema de Controlo Interno emanado pelo Conselho de Administração tendo emitido um parecer que ficou registado em Acta, de 31 de Maio de 2011, e anexado ao Relatório mencionado, posteriormente enviado ao accionista Caixa Geral de Depósitos para ser presente às autoridades de supervisão bancária em Portugal.

No âmbito das atribuições cometidas ao Conselho Fiscal, examinámos o Relatório e Contas do Conselho de Administração referentes ao exercício de 2011, que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro e as respectivas demonstrações financeiras que incluem a demonstração de resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa e as variações patrimoniais.

Analisámos, ainda, o conteúdo do relatório do auditor Deloitte & Associados, SROC S.A., que autentica a veracidade e conformidade plena das contas e das demonstrações financeiras do Banco Interatlântico e verificámos a sua concordância com a informação financeira constante do Relatório do Conselho de Administração em todos os aspectos materialmente relevantes.

No desenvolvimento da sua acção fiscalizadora, cujas principais conclusões ficaram registadas em Acta da reunião ordinária anual de 2012 e comunicadas ao Conselho de Administração do Banco, o Conselho Fiscal entende que as verificações e análises efectuadas



proporcionam uma base aceitável para expressar o seu parecer sobre os documentos apresentados a esta Assembleia Geral, pelo que é de parecer que a Assembleia Geral aprove:

- o Relatório do Conselho de Administração;
- as Contas e as Demonstrações financeiras do exercício de 2011.

O Conselho Fiscal entende manifestar o seu agradecimento ao Conselho de Administração cuja colaboração simplificou o exercício das suas funções.

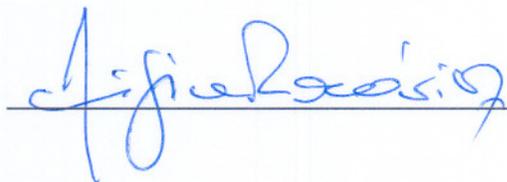
Cidade da Praia, 23 de Abril de 2012

O Presidente do Conselho Fiscal



(João Manuel Barata da Silva)

Os Vogais do Conselho Fiscal



(João Higinio do Rosário Silva)



(José Carlos Ramos Cunha)

---

## RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

### **Introdução**

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Interatlântico, S.A.R.L. (“Banco”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011, que evidencia um total de mCve. 17.978.206 e capitais próprios de mCve. 1.558.954, incluindo um resultado líquido de mCve. 120.743, a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração dos fluxos de caixa e a Demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo (Notas 1 a 35).

### **Responsabilidades**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### **Âmbito**

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Interatlântico, S.A.R.L. em 31 de Dezembro de 2011, bem como o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Lisboa, 23 de Abril de 2012



---

Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira



BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.R.L.  
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS  
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	Notas	2011	2010
Juros e rendimentos similares	22	1.222.850	1.103.092
Juros e encargos similares	23	(554.740)	(468.164)
<b>MARGEM FINANCEIRA</b>		<u>668.110</u>	<u>634.928</u>
Rendimentos de instrumentos de capital	24	19.614	8.900
Rendimentos de serviços e comissões	25	147.957	124.866
Encargos com serviços e comissões	25	(26.098)	(34.961)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	5	(9)	-
Resultados de reavaliação cambial	26	51.265	40.877
Resultados de alienação de outros activos	27	131	182
Outros resultados de exploração	28	55.452	40.282
<b>PRODUTO BANCÁRIO</b>		<u>916.422</u>	<u>815.074</u>
Custos com pessoal	29	(208.540)	(190.337)
Gastos gerais administrativos	30	(251.000)	(273.442)
Amortizações do exercício	10 e 11	(65.515)	(63.424)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	18	(265.316)	(164.862)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	18	(2.103)	12.226
Resultados em empresas associadas	12	7.810	5.068
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>		<u>131.758</u>	<u>140.303</u>
Impostos			
Correntes	13	-	(321)
Diferidos	13	(11.015)	(9.908)
		<u>(11.015)</u>	<u>(10.229)</u>
<b>RESULTADO APÓS IMPOSTOS</b>		<u>120.743</u>	<u>130.074</u>
Número médio de acções ordinárias emitidas		100.000	97.260
Resultado por acção		1,21	1,34

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.R.L.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	Frémios de emissão	Reservas de reavaliação	Reservas		Outras reservas e resultados transitados		Total	Lucro do exercício	Total
			Legal	Outras reservas	Resultados transitados	Total			
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	388	6.734	78.635	321.695	(146.396)	253.934	193.955	1.055.011	
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	400.000	
Despesas incorridas no aumento de capital	-	-	-	(2.091)	-	(2.091)	-	(2.091)	
Distribuição do resultado do exercício de 2009:									
Incorporação em reservas e resultados transitados	-	-	19.395	77.532	-	96.977	(96.977)	-	
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(96.978)	(96.978)	
Rendimento integral do exercício	-	10.144	-	-	-	-	130.074	140.218	
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	388	16.873	98.030	397.136	(146.396)	348.320	130.074	1.496.160	
Distribuição do resultado do exercício de 2010:									
Incorporação em reservas e resultados transitados	-	-	13.008	52.029	-	65.037	(65.037)	-	
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(65.037)	(65.037)	
Rendimento integral do exercício	-	7.083	-	-	-	-	120.743	127.831	
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	388	23.966	111.038	449.215	(146.396)	413.857	120.743	1.558.954	

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.R.L.

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Alterações no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		
Varição no exercício	8.832	13.617
Efeito fiscal	(1.744)	(3.473)
Total do rendimento integral do exercício reconhecido em reservas e resultados transitados	<u>7.088</u>	<u>10.144</u>
Resultado líquido do exercício	120.743	130.074
Total do rendimento integral do exercício	<u>127.831</u>	<u>140.218</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.R.L.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>		
Recebimento de juros e comissões	1.309.857	1.179.979
Pagamento de juros e comissões	(591.906)	(466.634)
Recuperação de crédito e juros vencidos	60.416	81.089
Resultados cambiais	51.265	40.877
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à actividade operacional	42.919	45.215
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(466.366)	(457.822)
Pagamentos de impostos sobre o rendimento	(23.963)	(32.361)
<b>Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacionais</b>	<u>382.222</u>	<u>390.343</u>
<b>(Aumentos) diminuições nos activos operacionais:</b>		
Activos financeiros disponíveis para venda	(16.714)	(5.250)
Aplicações em instituições de crédito	355.455	713.955
Créditos sobre clientes	(1.406.286)	(1.710.091)
Títulos de dívida pública	176.090	(101.090)
Outros activos	(16.772)	16.945
	<u>(908.227)</u>	<u>(1.085.531)</u>
<b>Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:</b>		
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	1.351.787	(415.901)
Recursos de clientes	(1.659.803)	2.077.660
Outros passivos subordinados	194	(118)
Outros passivos	(29.629)	(71.895)
	<u>(337.451)</u>	<u>1.589.746</u>
<b>Caixa líquida das actividades operacionais</b>	<u>(1.245.678)</u>	<u>504.215</u>
<b>Fluxos de caixa de actividades de investimento</b>		
(Aumentos) diminuições nos activos de investimento:		
Activos intangíveis	(1.350)	(5.056)
Outros activos tangíveis	(83.941)	(73.187)
Dividendos recebidos	23.357	12.048
<b>Caixa líquida das actividades de investimento</b>	<u>(61.934)</u>	<u>(66.195)</u>
<b>Fluxos de caixa de actividades de financiamento</b>		
Aumento de capital	-	400.000
Despesas incorridas no aumento de capital	-	(2.091)
Dividendos distribuídos	(65.038)	(96.978)
<b>Caixa líquida das actividades de financiamento</b>	<u>(65.038)</u>	<u>300.931</u>
<b>Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes</b>	<u>(990.428)</u>	<u>1.129.294</u>
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	3.362.801	2.233.507
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	2.372.373	3.362.801

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Interatlântico, S.A.R.L. (Banco) é um banco comercial, constituído em Julho de 1999, que resultou da integração do património líquido da Sucursal da Caixa Geral de Depósitos, S.A. em Cabo Verde, mediante a qual lhe foram transmitidos todos os direitos e obrigações de que a Sucursal era titular em 30 de Junho de 1999.

O Banco tem por objecto o exercício da actividade bancária e as funções de crédito em geral, bem como a prática de quaisquer operações financeiras ou de investimento referentes a títulos ou participações, desde que devidamente autorizadas.

O Banco tem sede na cidade da Praia, República de Cabo Verde, e dispõe de uma rede de nove agências, das quais cinco se encontram localizadas na ilha de Santiago, duas na ilha do Sal, uma na ilha de São Vicente e outra na ilha da Boavista.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2011 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de Abril de 2011, e estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração do Banco admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), nos termos do Aviso nº 2/2007, de 19 de Novembro, emitido pelo Banco de Cabo Verde.

2.2. Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Especialização de exercícios

Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos em Escudos de Cabo Verde ao câmbio médio do Banco no último dia útil de cada mês. As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como acções, classificados como disponíveis para venda, que são registadas em capital próprio até à sua alienação.

Nos exercícios de 2011 e 2010, o câmbio do Escudo de Cabo Verde face ao Euro manteve-se fixo em 1 Euro/110,265 Escudos de Cabo Verde. Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o câmbio face ao Dólar Norte-Americano (USD) era o seguinte:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
1 USD	85,423	82,908

c) Instrumentos financeiros

i) Activos financeiros

Os activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor acrescido de custos directamente atribuíveis à transacção. O Banco não tem activos detidos para negociação, ou outros activos financeiros registados ao justo valor através de resultados, pelo que quando do reconhecimento inicial os activos financeiros foram classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

a) Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Esta categoria inclui o crédito a clientes (incluindo crédito titulado a empresas), valores a receber de outras instituições de crédito e outros saldos a receber registados em “Outros activos”. Inclui ainda os títulos de dívida emitidos pelo Estado de Cabo Verde, uma vez que foram adquiridos em mercado primário pelo Banco essencialmente para detenção até à maturidade, e que não existe mercado secundário activo.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

*Reconhecimento de juros*

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

*Crédito vencido e anulações de capital e juros*

Os juros de créditos vencidos são anulados três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados sobre os créditos acima referidos apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados, sendo registados na rubrica “Juros e rendimentos similares”.

De acordo com as políticas em vigor no Banco, a totalidade do capital em dívida de operações com prestações em atraso é classificada em crédito vencido 30 dias após o vencimento. Periodicamente, o Banco abate ao activo os créditos considerados incobráveis por utilização da imparidade constituída, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação do Conselho de Administração. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao activo são reflectidas na demonstração de resultados a crédito da rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”.

b) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda, que correspondem a acções de empresas, são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, em “Reservas de reavaliação”. No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registados nas rubricas “Resultados de activos financeiros disponíveis para venda” ou “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”, respectivamente.

Os dividendos e os rendimentos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica “Rendimentos de instrumentos de capital” quando é estabelecido o direito do Banco ao seu recebimento.

Justo valor

Conforme acima referido, os activos financeiros enquadrados na categoria de “Activos financeiros disponíveis para venda” são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor dos instrumentos financeiros é determinado com base nos seguintes critérios:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos;
- Relativamente aos títulos de rendimento variável não transaccionados em mercados activos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) o Banco recorre a avaliações de entidades externas, as quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo entre outros factores as expectativas de evolução da actividade futura da empresa, as taxas de juro e o prémio de risco de mercado e a volatilidade.

ii) Imparidade de activos financeiros

Activos financeiros ao custo amortizado

O Banco efectua periodicamente análises de imparidade dos seus activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente em empréstimos e contas a receber.

A identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual relativamente a activos financeiros em que a exposição é individualmente significativa e numa base colectiva quanto a activos cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes. Os seguintes eventos podem constituir indícios de imparidade:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, nomeadamente atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

O Banco efectua uma análise individual de clientes que apresentem responsabilidades superiores a mCve. 20.000 (mCve. 50.000 em 31 de Dezembro de 2010) ou que apresentem situações de incumprimento há mais de 180 dias.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os activos que não foram objecto de análise específica são incluídos numa análise colectiva de imparidade, tendo para este efeito sido classificados em grupos homogéneos com características de risco similares (nomeadamente com base nas características das contrapartes e no tipo de crédito). Os cash-flows futuros foram estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em activos com características similares.

Para este efeito o Banco definiu os seguintes segmentos da sua carteira de crédito concedido:

- Crédito a empresas
- Crédito à habitação
- Garantias prestadas
- Outros créditos a particulares

Adicionalmente, os activos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objectivos de imparidade foram igualmente objecto de avaliação colectiva de imparidade, nos termos acima descritos.

As perdas por imparidade calculadas na análise colectiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”, sendo reflectido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

Activos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.2. c) i), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas directamente em capital próprio, na rubrica “Reservas de reavaliação”.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efectuada pelo Banco uma análise da existência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda.

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações”.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Para além dos indícios de imparidade acima referidos para activos registados ao custo amortizado, a Norma IAS 39 prevê os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado;
- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas em “Reservas de reavaliação”. Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são reflectidas em resultados do exercício.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital próprio não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Banco efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem ser revertidas.

d) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, incluindo custos ou proveitos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos financeiros incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, dívida emitida e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de activos, registados em “Outros passivos”.

As operações de venda com acordo de recompra, nomeadamente de Obrigações do Tesouro e Bilhetes do Tesouro são registadas na rubrica “Recursos de clientes e outros empréstimos” mantendo-se os correspondentes títulos registados na carteira do Banco.

Os passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efectiva.

e) Activos recebidos por recuperação de créditos

Os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos são registados em “Activos não correntes detidos para venda”.

Estes activos não são amortizados. Periodicamente, são efectuadas avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de créditos. Caso o valor de avaliação, deduzido dos custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor de balanço, são registadas perdas por imparidade.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate do activo, sendo os ganhos ou perdas registados nas rubricas “Outros proveitos e custos de exploração”.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)f) Outros activos tangíveis

São registados ao custo de aquisição, deduzidos das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica “Gastos gerais administrativos”.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	<u>Anos de vida útil</u>
Imóveis de serviço próprio	50
Mobiliário e material	12
Máquinas e ferramentas	5 - 6
Equipamento informático	4
Instalações interiores	8
Material de transporte	5 - 4
Equipamento de segurança	5
Outro equipamento	6

Os terrenos não são objecto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pelo Banco como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em média, ao longo de um período de 10 anos.

As amortizações são registadas em custos do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis, de acordo com a Norma IAS 36 – “Imparidade de activos”. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica “Imparidade de outros activos”. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do período, caso em períodos seguintes se verifique um aumento do valor recuperável do activo.

O cálculo das amortizações tem em consideração uma estimativa de valor residual dos equipamentos, nomeadamente no caso das viaturas.

O Banco avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada para os activos tangíveis.

g) Activos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades do Banco.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

h) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica inclui as participações em empresas em que o Banco tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão (“associadas”). Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Banco se situa entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto, ou se inferior a 20%, o Banco faça parte do órgão de gestão e tenha influência directa na definição das políticas relevantes da empresa.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Estes activos são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo custo de aquisição, o qual é posteriormente ajustado com base na percentagem efectiva do Banco nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas.

i) Impostos sobre lucros

Em 31 de Dezembro de 2011, o Banco está sujeito ao Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR), à taxa de 25%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,5%.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Impostos correntes

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Impostos diferidos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos activos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Banco correspondem ao impacto da adopção das NIRF e à valorização de activos disponíveis para venda.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

j) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

k) Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – “Benefícios dos empregados”.

Os prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são reflectidos em “Custos com pessoal” no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

l) Comissões

As comissões relativas a operações de crédito que correspondem essencialmente a comissões de abertura e gestão do crédito, são reconhecidas pela aplicação do método da taxa efectiva ao longo do período da vida das operações, independentemente do momento em que são cobradas ou pagas.

As comissões associadas a garantias prestadas, créditos documentários e anuidades de cartões são objecto de diferimento linear ao longo do correspondente período.

As comissões por serviços prestados são reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de actos únicos.

m) Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

n) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

o) Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração do Banco. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras do Banco incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em crédito concedido

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.2. c) ii). Deste modo, a determinação da imparidade em activos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efectuado pelo Banco com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade por análise colectiva é efectuada com base em parâmetros históricos determinados para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

O Banco considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta as regras definidas pela Norma IAS 39.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)Determinação de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda

Conforme descrito na Nota 2.2. c) i) b), as menos-valias resultantes da valorização destes activos são reconhecidas por contrapartida das “Reservas de reavaliação”. Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas nas Reservas de reavaliação devem ser transferidas para custos do exercício.

No caso de instrumentos de capital, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjectividade. O Banco determina a existência ou não de imparidade nestes activos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na Norma IAS 39 (ver Nota 2.2. c) ii)).

Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

De acordo com a Norma IAS 39, o Banco valoriza ao justo valor alguns instrumentos registados como activos financeiros disponíveis para venda. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização, tal como descrito na Nota 2.2. c). As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objectiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis do Banco sobre o correcto enquadramento das suas operações o qual é no entanto susceptível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

p) Adopção de novas Normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas

Conforme referido na Nota 2.1, na preparação das demonstrações financeiras o Banco utilizou as Normas e Interpretações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) que são relevantes para as suas operações em vigor em 31 de Dezembro de 2011.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2011, foram adoptadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011:

<u>Norma/Interpretação</u>	<u>Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)</u>	
<b>NORMAS OU INTERPRETRAÇÕES NOVAS OU REVISTAS:</b>		
IAS 24 - "Entidades relacionadas" (Alterada)	1-Jan-11	Esta revisão vem trazer algumas clarificações relacionadas com as divulgações a efectuar de partes relacionadas, em particular no tocante a entidades ligadas à administração pública.
IFRIC 19 – Extinção de passivos financeiros através de instrumentos de capital próprio	1-Jul-10	Esta interpretação vem fornecer orientações sobre a contabilização das transacções em que os termos de um passivo financeiro são renegociados e resultam numa emissão pela entidade de instrumentos de capital próprio em favor de um seu credor com a resultante extinção da totalidade ou de parte desse passivo financeiro.
IAS 32 – Instrumentos financeiros: apresentação	1-Fev-10	Clarificação do standard ao nível da apresentação entre capital próprio e passivo
<b>EMENDAS:</b>		
IFRIC 14 e IAS 19 – Emenda (O limite sobre um activo de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimo e respectiva interacção)	1-Jan-11	Clarifica a composição e tratamento contabilístico de requisitos mínimos de financiamento de responsabilidades com benefícios a empregados associados a serviços futuros.

A aplicação destas normas não teve efeito materialmente relevante nas demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2011.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, encontram-se disponíveis para adopção antecipada, à data de aprovação destas demonstrações financeiras.

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
<b>NORMAS OU INTERPRETAÇÕES NOVAS OU REVISTAS:</b>		
IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e separadas”	1-Jan-13	A norma estabelece princípios a aplicar na contabilização de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas quando uma entidade opte, ou seja exigido pelos reguladores locais, por apresentar demonstrações financeiras em separado (não-consolidadas).
IFRS 9 - "Instrumentos financeiros" (Alterada em 2009)	1-Jan-15	<p>Este normativo representa a primeira fase do processo de alterações em curso ao IAS 39 – “Instrumentos financeiros. Classificação e mensuração” e IFRS 7 – “Instrumentos financeiros: Divulgações”. O texto do novo normativo introduz alterações aos actuais critérios de classificação e mensuração de activos financeiros, sendo de destacar:</p> <p>a) Os instrumentos de dívida não detidos para negociação que sejam detidos com o objectivo de recebimento dos fluxos contratuais de capital e juros sobre o montante do investimento inicial, deverão ser registados pelo seu custo amortizado. Os instrumentos de dívida não enquadráveis nestas características deverão ser registados pelo seu justo valor por contrapartida de resultados do exercício;</p> <p>b) Os instrumentos de capital deverão ser registados ao justo valor por contrapartida de resultados, encontrando-se disponível uma opção para designação irrevogável destes instrumentos que não sejam detidos para negociação, no momento do seu reconhecimento inicial, para registo ao justo valor por contrapartida de capitais próprios. A utilização desta opção determina que as posteriores valorizações do instrumento (incluindo valias realizadas nas vendas mas excluindo dividendos recebidos) sejam integralmente reconhecidos por contrapartida de uma rubrica de reservas;</p> <p>c) O enquadramento da classificação e mensuração de activos financeiros com derivados embutidos deverá ser efectuado considerado a totalidade das características do instrumento, deixando de ser possível proceder à separação do derivado e do contrato de acolhimento;</p> <p>d) Em 28 de Outubro de 2010, o IASB introduziu alterações na norma IFRS 9, incorporando novos requisitos de contabilização para passivos financeiros e transpondo para a IFRS 9 os requisitos da IAS 39 de reconhecimento e desreconhecimento de activos e passivos financeiros. A Classificação e Mensuração de passivos financeiros mantém-se (genericamente) face ao disposto na IAS 39, com a excepção do efeito do risco de crédito próprio.</p>
IFRS 11 – “Empreendimentos conjuntos”	1-Jan-13	A nova norma estabelece que as partes envolvidas num empreendimento conjunto deverão determinar o tipo e a forma de contabilização do empreendimento conjunto através da avaliação dos direitos e obrigações decorrentes da operação. O empreendimento conjunto poderá ser classificado como “joint operation”, no caso em que as partes envolvidas tenham direitos sobre os activos e obrigações sobre os passivos relacionados com o acordo, ou como “joint venture”, no caso em que as partes envolvidas tenham direitos sobre os activos líquidos relacionados com o acordo.
IFRS 12 – “Divulgações de interesses noutras entidades”	1-Jan-13	A norma estabelece a divulgação de informação que permita aos utentes das demonstrações financeiras de uma entidade avaliar a natureza e os riscos associados aos interesses que a entidade possua noutras entidades, nomeadamente, o efeito desses interesses na sua posição e desempenho financeiros e nos seus fluxos de caixa.
IFRS 13 – “Mensuração do justo valor”	1-Jan-13	A norma define o que é justo valor e estabelece uma estrutura para a sua determinação. É ainda estabelecida uma hierarquia para o justo valor, de acordo com os inputs utilizados nos modelos de valorização. A norma estabelece ainda requisitos de divulgação relacionados com a determinação do justo valor.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
<b>EMENDAS:</b>		
IFRS 7 – Emenda (Divulgações de instrumentos financeiros)	1-Jul-11	Esta emenda pretende uma maior qualidade nas divulgações sobre activos financeiros que tenham sido transferidos mas que continuam a ser, ainda que parcialmente, registados nas contas porque não cumprem com os requisitos para o reconhecimento; e activos financeiros que foram desconhecidos porque cumprem com os requisitos, mas em que a entidade continua a ter algum envolvimento. Com esta emenda pretende-se ainda clarificar as situações em que uma entidade efectua operações de transferência de activos de montantes muito significativos próximo do final dos períodos de reporte, de modo a atingir um determinado objectivo ao nível das demonstrações financeiras (window dressing).
IAS 12 – Emenda (Impostos diferidos: Recuperação de activos subjacentes)	1-Jan-12	O objetivo das alterações é permitir uma excepção ao princípio de que a medição dos passivos e activos por impostos diferidos deve reflectir a forma pela qual a entidade espera recuperar ou liquidar o valor contabilístico dos seus ativos e passivos. A emenda proposta permite que, em determinadas circunstâncias, a mensuração de passivos e activos por impostos diferidos reflectindo uma presunção de que o valor contabilístico do activo subjacente será recuperado totalmente pela venda.
IAS 1 - Emenda ("Presentation of Items of Other Comprehensive Income")	1-Jul-12	As alterações à norma incluem algumas modificações à forma como o rendimento integrado é apresentado.

Estas normas apesar de aprovadas pelo IASB não foram adoptadas pelo Banco no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adopção.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Caixa		
· Moeda nacional	256.912	236.779
· Moeda estrangeira	196.603	154.125
Depósitos à ordem no Banco de Cabo Verde		
· Moeda nacional	1.762.185	2.819.495
	<u>2.215.700</u>	<u>3.210.399</u>

Os depósitos à ordem constituídos no Banco de Cabo Verde visam satisfazer as exigências de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com as disposições do Banco de Cabo Verde, estas disponibilidades deverão corresponder a 16% da média das responsabilidades efectivas em moeda nacional e estrangeira, para com residentes e emigrantes.

Nos exercícios de 2011 e 2010, estes depósitos não foram remunerados.

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Depósitos à ordem:		
· Caixa Geral de Depósitos, S.A.	2.711	3.612
· Em outras instituições no estrangeiro	19.710	72.821
· Em instituições no país	15.381	582
	<u>37.802</u>	<u>77.015</u>
Cheques a cobrar:		
· Sobre o estrangeiro	31.265	42.171
· Sobre o país	87.606	33.216
	<u>118.871</u>	<u>75.387</u>
	<u>156.673</u>	<u>152.402</u>

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do exercício subsequente.

5. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<u>Instrumentos de capital:</u>		
Valorizados ao justo valor	351.282	325.707
Valorizados ao custo histórico	32.332	32.371
	<u>383.614</u>	<u>358.078</u>
<u>Imparidade:</u>		
Instrumentos de capital (Nota 18)	(40.082)	(40.082)
	<u>343.532</u>	<u>317.996</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Título	2011				
	Valor de aquisição	% de participação	Valor de balanço (líquido)	Reserva de reavaliação (Nota 21)	Imparidade (Nota 18)
<u>Instrumentos de capital valorizados ao justo valor</u>					
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	238.746	5,40%	255.374	26.639	(10.011)
Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.	79.043	4,35%	51.809	956	(28.191)
Visa International Service Association	1.323	n.d.	5.897	4.578	-
	<u>319.112</u>		<u>313.080</u>	<u>32.173</u>	<u>(38.202)</u>
<u>Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico</u>					
A Promotora, Sociedade de Capital de Risco de cabo Verde, S.A.R.L.	15.307	3,79%	13.427	-	(1.880)
Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A.	10.094	0,65%	10.094	-	-
Promoleasing, Sociedade de Locação Financeira, Sociedade Unipessoal Anónima, S.A.	5.250	17,50%	5.250	-	-
Fundo G.A.R.I.	1.681	0,08%	1.681	-	-
	<u>32.332</u>		<u>30.452</u>	<u>-</u>	<u>(1.880)</u>
	<u>351.444</u>		<u>343.532</u>	<u>32.173</u>	<u>(40.082)</u>

n.d. - não disponível

Título	2010				
	Valor de aquisição	% de participação	Valor de balanço (líquido)	Reserva de reavaliação (Nota 21)	Imparidade (Nota 18)
<u>Instrumentos de capital valorizados ao justo valor</u>					
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	222.000	4,99%	232.213	20.224	(10.011)
Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.	79.043	4,35%	51.323	471	(28.191)
Visa International Service Association	1.323	n.d.	3.969	2.646	-
	<u>302.366</u>		<u>287.505</u>	<u>23.341</u>	<u>(38.202)</u>
<u>Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico</u>					
A Promotora, Sociedade de Capital de Risco de cabo Verde, S.A.R.L.	15.307	3,79%	13.427	-	(1.880)
Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A.	10.133	0,65%	10.133	-	-
Promoleasing, Sociedade de Locação Financeira, Sociedade Unipessoal Anónima, S.A.	5.250	17,50%	5.250	-	-
Fundo G.A.R.I.	1.681	0,08%	1.681	-	-
	<u>32.371</u>		<u>30.491</u>	<u>-</u>	<u>(1.880)</u>
	<u>334.737</u>		<u>317.996</u>	<u>23.341</u>	<u>(40.082)</u>

n.d. - não disponível

Banco Comercial do Atlântico, S.A. e Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.

As acções do Banco Comercial do Atlântico, S.A. e da Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. foram valorizadas com base numa avaliação efectuada por uma entidade externa.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o valor de mercado das acções do BCA, apurado com base na respectiva cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde nessa data, era superior e inferior ao valor de balanço em mCve. 28.199 e mCve. 10.504, respectivamente. O Banco optou por valorizar as acções com base na avaliação acima mencionada, dada a reduzida liquidez do título na Bolsa de Valores de Cabo Verde.

A Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L.

O Banco manteve a participação na Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L. registada ao custo histórico, encontrando-se registada imparidade de mCve. 1.880, para reduzir o valor de balanço ao seu valor estimado de realização.

Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o valor de mercado das acções da Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, apurado com base na respectiva cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde nessa data, era inferior ao valor de balanço em mCve. 1.407 e mCve. 2.517, respectivamente. O Banco manteve as acções ao custo histórico, considerando que a empresa tem-se mantido estável, tendo inclusivamente distribuído dividendos, e pela reduzida liquidez do título na Bolsa de Valores de Cabo Verde.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Os principais movimentos relativos a instrumentos de capital classificados como activos financeiros disponíveis para venda durante os exercícios de 2011 e 2010 foram os seguintes:

Banco Comercial do Atlântico, S.A.

No exercício de 2011, o Banco adquiriu 5.402 acções do Banco Comercial do Atlântico, S.A., com um custo de aquisição de mCve. 16.746.

Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A.

No exercício de 2011, o Banco vendeu 6 acções da Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A., pelo montante total de mCve. 39, tendo registado uma menos valia de mCve. 9 na rubrica “Resultados de activos financeiros disponíveis para venda”.

Promoleasing, Sociedade de Locação Financeira, Sociedade Unipessoal Anónima, S.A.

No exercício de 2010, o Banco subscreveu 5.250 acções da Promoleasing – Sociedade de Locação Financeira Unipessoal Anónima, S.A. (Sociedade) representativas de 17,5% do seu capital social pelo valor nominal de mCve. 1 por acção.

6. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Aplicações de crédito no país:		
· No Banco de Cabo Verde:		
- Títulos de intervenção monetária	100.000	200.000
- Títulos de regularização monetária	140.000	400.000
	<u>240.000</u>	<u>600.000</u>
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
· Na Caixa Geral de Depósitos:		
- Depósitos	25.892	21.614
· Outras instituições de crédito	8.625	8.358
	<u>34.517</u>	<u>29.972</u>
Juros a receber	97	116
Proveitos diferidos	(266)	(884)
	<u>274.348</u>	<u>629.204</u>

7. TÍTULOS DE DíVIDA PÚBLICA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<u>Obrigações do Tesouro</u>		
Valor Nominal	1.695.940	1.845.940
<u>Bilhetes do Tesouro</u>		
Valor Nominal	-	26.090
Juros a receber	19.930	23.806
	<u>1.715.870</u>	<u>1.895.836</u>

Conforme descrito na Nota 2.2. c) i) a), estes títulos encontram-se registados ao custo amortizado.

O valor nominal das Obrigações do Tesouro e Bilhetes do Tesouro cedidos com acordo de recompra ascendia, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a mCve. 1.087.500 e mCve. 1.210.356, respectivamente (Nota 16).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)8. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Crédito interno a curto prazo:		
. Descontos comerciais	92.524	93.828
. Empréstimos	29.757	52.538
. Descobertos em depósitos à ordem	280.842	211.154
. Outros créditos	109.027	94.977
Crédito interno a médio e longo prazo:		
. Empréstimos	7.608.222	7.378.297
. Créditos em conta corrente	2.125.804	2.369.663
Crédito externo a curto prazo:		
. Descontos comerciais	7.951	10.247
. Descobertos em depósitos à ordem	11.048	5.916
. Habitação	42.580	40.901
. Outros créditos	18.268	27.984
Crédito externo a médio e longo prazo:		
. Empréstimos	463.027	426.707
. Créditos em conta corrente	160.918	115.375
Crédito ao Pessoal	261.633	235.757
Outros créditos e valores a receber - titulados	783.034	728.415
	<u>11.994.635</u>	<u>11.791.759</u>
Juros a receber	51.117	46.888
Comissões e outros proveitos diferidos	(117.546)	(120.489)
Custos diferidos	268	282
Créditos e juros vencidos	1.911.863	708.973
	<u>13.840.337</u>	<u>12.427.413</u>
Imparidade de crédito a clientes (Nota 18)	(1.012.737)	(744.580)
	<u>12.827.600</u>	<u>11.682.833</u>

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os empréstimos aos colaboradores são remunerados a taxas de juro reduzidas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o saldo da rubrica “Outros créditos e valores a receber – titulados” reflecte o valor de obrigações de empresas nacionais classificadas na categoria de “Empréstimos e contas a receber” (Nota 2.2. c)). Estas obrigações apresentam o seguinte detalhe:

Título	2011	2010
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche A	136.203	130.424
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche B	156.776	156.936
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche C	32.199	32.199
ASA - Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A.	180.000	180.000
Tecniciil - Sociedade Imobiliária de Construções, S.A.	200.000	150.000
IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A.	30.000	30.000
Cabo Verde Fast Ferry, S.A.	19.996	19.996
Câmara Municipal do Sal	14.000	15.000
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	6.668	6.668
Tecniciil Indústria, S.A.	6.193	6.193
Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda.	999	999
	<b>783.034</b>	<b>728.415</b>

As obrigações emitidas pela Electra – Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. e IFH – Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A., têm aval do Estado de Cabo Verde.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o crédito concedido a clientes, excluindo “Outros créditos e valores a receber – titulados” e juros corridos associados, apresentava a seguinte estrutura por sectores de actividade:

	31.12.2011								
	Sector Público Administrativo e Empresas Públicas			Empresas privadas e particulares			Total		
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total
<b>Empresas</b>									
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	-	-	-	5.019	-	5.019	5.019	-	5.019
Pesca	-	-	-	6.407	586	6.993	6.407	586	6.993
Indústrias extractivas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Indústrias transformadoras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	129	-	129	192.467	18.129	210.596	192.596	18.129	210.725
Indústria têxtil	-	-	-	2.032	584	2.616	2.032	584	2.616
Fabrico de prod. quim. e de fibras sintéticas ou artificiais	-	-	-	232	178	410	232	178	410
Indúst. metalúrgicas de base e de prod. metálicos	-	-	-	1.291	839	2.130	1.291	839	2.130
Outras indústrias transformadoras	-	-	-	171.393	2.469	173.862	171.393	2.469	173.862
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás	-	-	-	18.439	151	18.590	18.439	151	18.590
Construção	47.117	-	47.117	1.867.488	49.046	1.916.534	1.914.605	49.046	1.963.651
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.	-	-	-	639.696	14.977	654.673	639.696	14.977	654.673
Transportes, armazenagem e comunicações	100.090	-	100.090	407.659	531.453	939.112	507.749	531.453	1.039.202
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	-	-	-	369.570	283.188	652.758	369.570	283.188	652.758
Actividades de informação e de comunicação	-	-	-	142.876	4.172	147.048	142.876	4.172	147.048
Actividades financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Actividades imobiliárias	-	-	-	895.393	327.081	1.222.474	895.393	327.081	1.222.474
Actividades de consultadoria, científica, técnicas e similares	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Educação	-	-	-	121.657	19	121.676	121.657	19	121.676
Saúde e segurança social	-	-	-	50.614	5.546	56.160	50.614	5.546	56.160
Outras actividades e serv. colectivos, sociais e pessoais	343.528	7	343.535	1.799.651	276.561	2.076.212	2.143.179	276.568	2.419.747
Famílias com empregados domésticos	-	-	-	14.346	601	14.947	14.346	601	14.947
Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>490.864</b>	<b>7</b>	<b>490.871</b>	<b>6.706.230</b>	<b>1.515.580</b>	<b>8.221.810</b>	<b>7.197.094</b>	<b>1.515.587</b>	<b>8.712.681</b>
<b>Particulares</b>									
Habituação	-	-	-	2.190.259	231.367	2.421.626	2.190.259	231.367	2.421.626
Outros fins	-	-	-	1.824.248	164.909	1.989.157	1.824.248	164.909	1.989.157
	-	-	-	<b>4.014.507</b>	<b>396.276</b>	<b>4.410.783</b>	<b>4.014.507</b>	<b>396.276</b>	<b>4.410.783</b>
	<b>490.864</b>	<b>7</b>	<b>490.871</b>	<b>10.720.737</b>	<b>1.911.856</b>	<b>12.632.593</b>	<b>11.211.601</b>	<b>1.911.863</b>	<b>13.123.464</b>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	31.12.2010								
	Sector Público Administrativo e Empresas Públicas			Empresas privadas e particulares			Total		
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total
<b>Empresas</b>									
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	-	-	-	16.828	-	16.828	16.828	-	16.828
Pesca	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Indústrias extractivas	-	-	-	20.913	-	20.913	20.913	-	20.913
Indústrias transformadoras									
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	-	-	-	260.195	10.154	270.349	260.195	10.154	270.349
Indústria têxtil	-	-	-	2.498	883	3.381	2.498	883	3.381
Fabrico de prod. quim. e de fibras sintéticas ou artificiais	-	-	-	198	1.823	2.021	198	1.823	2.021
Indúst. metalúrgicas de base e de prod. metálicos	-	-	-	2.943	905	3.848	2.943	905	3.848
Outras indústrias transformadoras	-	-	-	524.870	2.751	527.621	524.870	2.751	527.621
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás	-	-	-	21.031	1.685	22.716	21.031	1.685	22.716
Construção	-	-	-	1.519.780	55.696	1.575.476	1.519.780	55.696	1.575.476
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.	-	-	-	656.391	48.267	704.658	656.391	48.267	704.658
Transportes, armazenagem e comunicações	32.893	-	32.893	830.474	6.857	837.331	863.367	6.857	870.224
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	-	-	-	550.881	45.745	596.626	550.881	45.745	596.626
Actividades de informação e de comunicação	-	-	-	166.838	2.565	169.403	166.838	2.565	169.403
Actividades financeiras	-	-	-	32.392	2.104	34.496	32.392	2.104	34.496
Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas									
Actividades imobiliárias	-	-	-	1.005.618	54.510	1.060.128	1.005.618	54.510	1.060.128
Actividades de consultadoria, científica, técnicas e similares	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	-	-	-	-	2.252	2.252	-	2.252	2.252
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Educação	-	-	-	128.902	170	129.072	128.902	170	129.072
Saúde e segurança social	-	-	-	34.866	-	34.866	-	-	34.866
Outras actividades e serv. colectivos, sociais e pessoais	356.293	-	356.293	1.516.593	176.143	1.692.736	1.872.886	176.143	2.049.029
Famílias com empregados domésticos	-	-	-	16.606	-	16.606	16.606	-	16.606
Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>389.186</b>	-	<b>389.186</b>	<b>7.308.719</b>	<b>412.510</b>	<b>7.721.229</b>	<b>7.697.905</b>	<b>412.510</b>	<b>8.110.415</b>
<b>Particulares</b>									
Habituação	-	-	-	1.939.348	168.777	2.108.125	1.939.348	168.777	2.108.125
Outros fins	-	-	-	1.426.091	127.686	1.553.777	1.426.091	127.686	1.553.777
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.365.439</b>	<b>296.463</b>	<b>3.661.902</b>	<b>3.365.439</b>	<b>296.463</b>	<b>3.661.902</b>
	<b>389.186</b>	<b>-</b>	<b>389.186</b>	<b>10.674.158</b>	<b>708.973</b>	<b>11.383.131</b>	<b>11.063.344</b>	<b>708.973</b>	<b>11.772.317</b>

9. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica era composta por dois terrenos e um imóvel recebidos por recuperação de créditos vencidos.

10. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de "Outros activos tangíveis" durante os exercícios de 2011 e 2010 foi o seguinte:

Descrição	Valor bruto	Imparidade e amortizações acumuladas	Adições	Transfe- rências	Abates liquidos	Amortizações do exercício	Outros	Valor líquido em 31-12-2011
<b>Imóveis de serviço próprio</b>								
. Terrenos	38.733	-	-	-	-	-	-	38.733
. Edifícios	76.637	(44.195)	27.360	9.096	-	(1.530)	-	67.368
Obras em imóveis arrendados	272.859	(165.247)	-	(7.960)	-	(14.641)	-	85.011
	<b>388.229</b>	<b>(209.442)</b>	<b>27.360</b>	<b>1.136</b>	<b>-</b>	<b>(16.171)</b>	<b>-</b>	<b>191.112</b>
<b>Equipamento</b>								
. Mobiliário e material	43.283	(22.944)	896	(18)	-	(2.474)	-	18.743
. Máquinas e ferramentas	21.249	(14.477)	1.396	18	-	(1.943)	-	6.243
. Equipamento informático	212.326	(178.698)	30.408	2.364	-	(24.544)	-	41.856
. Instalações interiores	12.575	(8.772)	825	-	-	(1.044)	-	3.584
. Material de transporte	53.669	(29.997)	13.300	-	-	(12.079)	-	24.893
. Equipamento de segurança	11.486	(8.004)	53	-	-	(894)	-	2.641
. Outro equipamento	25.351	(15.393)	5.050	-	(214)	(3.183)	-	11.611
Outros activos tangíveis	157	(71)	-	-	-	(16)	-	70
	<b>380.096</b>	<b>(278.356)</b>	<b>51.928</b>	<b>2.364</b>	<b>(214)</b>	<b>(46.177)</b>	<b>-</b>	<b>109.641</b>
<b>Activos tangíveis em curso</b>								
. Despesas em edifícios arrendados	691	-	1.796	(1.136)	-	-	-	1.351
. Equipamento	6.294	(3.011)	3.076	(2.364)	-	-	(918)	3.077
	<b>6.985</b>	<b>(3.011)</b>	<b>4.872</b>	<b>(3.500)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(918)</b>	<b>4.428</b>
	<b>775.310</b>	<b>(490.809)</b>	<b>84.160</b>	<b>-</b>	<b>(214)</b>	<b>(62.348)</b>	<b>(918)</b>	<b>305.181</b>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Descrição	2010							Valor líquido em 31-12-2010
	Saldos em 31-12-2009			Transfe- rências	Abates líquidos	Amortizações do exercício	Outros	
	Valor bruto	Imparidade e amortizações acumuladas	Adições					
Imóveis de serviço próprio								
· Terrenos	2.056	-	36.449	-	-	-	228	38.733
· Edifícios	71.000	(42.946)	-	-	-	(1.249)	5.637	32.442
Obras em imóveis arrendados	233.572	(150.681)	2.705	37.213	(512)	(14.685)	-	107.612
	<u>306.628</u>	<u>(193.627)</u>	<u>39.154</u>	<u>37.213</u>	<u>(512)</u>	<u>(15.934)</u>	<u>5.865</u>	<u>178.787</u>
Equipamento								
· Mobiliário e material	41.291	(20.210)	1.992	-	-	(2.734)	-	20.339
· Máquinas e ferramentas	19.080	(12.534)	2.169	-	-	(1.943)	-	6.772
· Equipamento informático	203.900	(153.080)	8.426	-	-	(25.618)	-	33.628
· Instalações interiores	12.044	(7.745)	531	-	-	(1.027)	-	3.803
· Material de transporte	49.219	(21.005)	4.448	-	-	(8.990)	-	23.672
· Equipamento de segurança	9.172	(7.317)	2.314	-	-	(687)	-	3.482
· Outro equipamento	23.532	(14.744)	4.232	-	(257)	(2.805)	-	9.958
Outros activos tangíveis	157	(55)	-	-	-	(16)	-	86
	<u>358.395</u>	<u>(236.690)</u>	<u>24.112</u>	<u>-</u>	<u>(257)</u>	<u>(43.820)</u>	<u>-</u>	<u>101.740</u>
Activos tangíveis em curso								
· Despesas em edifícios arrendados	35.624	-	3.994	(37.213)	(1.714)	-	-	691
· Equipamento	3.748	(3.011)	2.546	-	-	-	-	3.283
	<u>39.372</u>	<u>(3.011)</u>	<u>6.540</u>	<u>(37.213)</u>	<u>(1.714)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.974</u>
	<u>704.395</u>	<u>(433.328)</u>	<u>69.806</u>	<u>-</u>	<u>(2.483)</u>	<u>(59.754)</u>	<u>5.865</u>	<u>284.501</u>

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica “Imobilizado em curso” inclui mCve. 3.929 e mCve 3.011, respectivamente, referentes à aquisição de um equipamento tipo “Quiosque” ATM com acesso ao site do Banco. No entanto, o projecto não foi concluído devido a dificuldades financeiras da empresa fornecedora do equipamento pelo que o Banco registou uma imparidade para a totalidade do montante (Nota 18).

No âmbito da transição para as NIRF, o Banco apurou um ajustamento negativo em capital próprio de mCve. 17.724 relativo a imparidade do imóvel de serviço próprio, determinado com base em avaliação externa independente. Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a imparidade registada para o imóvel ascende a mCve. 13.743 (Nota 18).

11. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos “Activos intangíveis” nos exercícios de 2011 e 2010 foi o seguinte:

Descrição	Saldos em 31-12-2009			Saldos em 31-12-2010				Saldos em 31-12-2011		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Amortizações do exercício	Valor bruto	Amortizações acumuladas	
	Software	73.835	(69.545)	5.057	(3.670)	78.892	(73.215)	1.349	(3.167)	80.241

12. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o saldo desta rubrica apresenta a seguinte composição:

Entidade	% de participação	Custo de aquisição	2011					2010				
			Valor de balanço	Activo líquido	Passivo	Proveitos	Lucro / (Prejuízo)	Valor de balanço	Activo líquido	Passivo	Proveitos	Lucro
SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L.	10%	10.000	40.804	577.509	169.473	431.379	78.109	36.737	619.157	251.797	385.028	62.390

O Banco classificou a participação na SISIP como Investimento em associadas, não obstante a sua participação ser apenas de 10%, dado que o Banco faz parte do órgão de direcção, o que no entender do Conselho de Administração lhe confere influência significativa na actividade da SISIP, enquadrando-se deste modo nas disposições da Norma IAS 28 – Investimentos em Associadas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

O movimento ocorrido no valor de balanço desta participação nos exercícios de 2011 e 2010 e o respectivo impacto nas demonstrações financeiras pode ser demonstrado da seguinte forma:

Saldo em 31 de Dezembro de 2009	34.816
Resultados em Associadas	5.068
Dividendos recebidos	(3.147)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	<u>36.737</u>
Resultados em Associadas	7.810
Dividendos recebidos	(3.743)
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	<u><u>40.804</u></u>

13. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O Banco está sujeito ao Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR), à taxa de 25%, e uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,5%.

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 eram os seguintes:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<u>Activos por impostos correntes</u>		
. Pagamentos por conta	29.079	5.437
<u>Passivos por impostos correntes</u>		
. Imposto sobre o rendimento a pagar	-	(321)
	<u>29.079</u>	<u>5.116</u>
<u>Activos por impostos diferidos</u>		
. Por diferenças temporárias	23.123	29.313
<u>Passivos por impostos diferidos</u>		
. Por diferenças temporárias	(11.363)	(4.797)
	<u>11.760</u>	<u>24.516</u>

O detalhe do movimento ocorrido nos impostos diferidos nos exercícios de 2011 e 2010 foi o seguinte:

	2011			Saldo em 31.12.2011
	Saldo em 31.12.2010	Variação em		
		Capital Próprio	Resultados	
<u>Ajustamentos de conversão para as NIRF</u>	30.979	-	(11.015)	19.967
<u>Movimentos efectuados por reservas</u>				
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 21)	(6.463)	(1.744)	-	(8.207)
	<u>24.516</u>	<u>(1.744)</u>	<u>(11.015)</u>	<u>11.760</u>
	2010			Saldo em 31.12.2010
	Saldo em 31.12.2009	Variação em		
		Capital Próprio	Resultados	
<u>Ajustamentos de conversão para as NIRF</u>	40.887	-	(9.908)	30.979
<u>Movimentos efectuados por reservas</u>				
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 21)	(2.990)	(3.473)	-	(6.463)
	<u>37.897</u>	<u>(3.473)</u>	<u>(9.908)</u>	<u>24.516</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Nos termos do Decreto-Lei nº 14/2010, de 26 de Abril, os impactos de transição para as NIRF apurados com referência a 1 de Janeiro de 2008 com efeitos nos capitais próprios, que sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do regulamento do IUR, concorrem para a formação do resultado tributável em partes iguais pelo período de cinco anos.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto verificada nos exercícios de 2011 e 2010 pode ser demonstrada como se segue:

	2011		2010	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		<u>131.755</u>		<u>140.305</u>
Imposto apurado com base na taxa nominal	25,5%	33.598	25,5%	35.778
Benefícios fiscais:				
. Rendimentos de títulos da Dívida Pública colocados em mercado secundário	(14,36%)	(18.915)	(15,54%)	(21.809)
. Dividendos	(3,80%)	(5.002)	(1,62%)	(2.270)
. Outros	1,01%	1.331	(1,05%)	(1.470)
Imposto sobre lucros do exercício	<u>8,4%</u>	<u>11.012</u>	<u>7,3%</u>	<u>10.229</u>

Nos termos da legislação em vigor, os rendimentos obtidos em títulos emitidos pelo Tesouro de Cabo Verde e que tenham sido colocados no mercado secundário, estão isentos de tributação. Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, estes rendimentos ascendem a mCve. 74.178 e mCve. 85.524, respectivamente.

Em Setembro de 2010, o Banco foi notificado pela Direcção Geral de Contribuições e Impostos (DGCI), de uma liquidação adicional no montante de mCve. 6.601, referente a correcções ao imposto sobre o rendimento relativo ao exercício de 2009. Em 30 de Setembro de 2010, o Banco procedeu à respectiva liquidação, tendo de seguida contestado a liquidação do montante de mCve. 853, encontrando-se a aguardar a conclusão do processo pela DGCI.

Nos termos do Código Geral Tributário aprovado pela Lei nº 37/IV/92, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correcções ao lucro tributável. Na opinião do Conselho de Administração do Banco, não é previsível que qualquer correcção seja significativa para as demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2011.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)14. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Devedores e outras aplicações		
· Valores a receber do Grupo	8.807	7.659
· Bonificações a receber do Estado de Cabo Verde	6.387	5.690
· Outros	373	1.976
Outros activos		
· Património artístico	606	606
Rendimentos a receber		
· Outros	2.525	4.320
Despesas com encargo diferido		
· Outros gastos administrativos	6.084	3.618
Outras contas de regularização		
· Cheques em trânsito	3.529	2.310
· Outros	1.866	1.645
	<u>30.177</u>	<u>27.824</u>
Imparidade de outros activos (Nota 18)	<u>(4.869)</u>	<u>(3.684)</u>
	<u><u>25.308</u></u>	<u><u>24.140</u></u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)15. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Recursos de instituições de crédito nacionais		
· Empréstimos de empresas seguradoras		
Garantia Companhia Seg Cabo Verde, S.A.	78.010	-
Protege Correctora Seguros	6.000	-
	<u>84.010</u>	<u>-</u>
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro		
· Descobertos em depósitos à ordem:		
Caixa Geral de Depósitos	1.388.792	32.425
ECV - Serviços Financeiros, S.A.	5.061	1
Unicre - Instituição de Crédito, S.A.	1.840	-
	<u>1.395.693</u>	<u>32.426</u>
· Empréstimos		
Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) - Euros	98.182	109.091
Caixa Geral de Depósitos - Euros	93.331	72.808
Banque Européenne d'Investissement (BEI) - Euros	-	105.104
	<u>191.513</u>	<u>287.003</u>
Juros a pagar	<u>3.957</u>	<u>3.063</u>
	<u>1.675.173</u>	<u>322.492</u>

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o saldo da rubrica “Recursos em instituições de crédito no estrangeiro” inclui mCve. 1.388.792 relativos a uma linha de crédito contratada junto da Caixa Geral de Depósitos até ao limite de mCve. 7.500.

Durante o exercício de 2004, o Banco contraiu uma linha de crédito junto do BEI no montante máximo de 5.000.000 Euros (mCve. 551.325), a reembolsar em 5 anos a partir de 30 de Abril de 2007. Este empréstimo vence juros à taxa anual de 3%.

Em 14 de Outubro de 2005, o Banco, o Banco Comercial do Atlântico, a Caixa Económica de Cabo Verde e o Banco Caboverdiano de Negócios contraíram uma linha de crédito junto da Agência Francesa de Desenvolvimento no montante máximo de 5.000.000 Euros, para apoio a projectos de desenvolvimento dos municípios de carácter económico-social, a reembolsar em 10 anos, a partir de 31 de Janeiro de 2010, em prestações semestrais de capital e juros. Este empréstimo vence juros a uma taxa indexada à Euribor a 6 meses. Em 31 de Dezembro de 2010, o Banco tinha esta linha utilizada em 989.352 Euros (mCve. 109.091). Durante o exercício de 2011, o Banco procedeu ao reembolso de capital de 98.935 Euros (mCve. 10.909).

Em 14 de Outubro de 2005, o Banco contraiu uma linha de crédito junto da Caixa Geral de Depósitos no montante máximo de 5.000.000 Euros (mCve. 551.325), pelo prazo de um ano, renovável por períodos iguais. Este empréstimo vence juros a uma taxa indexada à Euribor a 6 meses. Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a linha de crédito encontrava-se utilizada em mCve.93.331 e mCve. 72.808, respectivamente.

No ano de 2011 foram reclassificados para a rubrica de “Recursos de outras instituições de crédito”, os depósitos a prazo efectuados por seguradoras, que até 2010 estavam classificados em “Recursos de clientes”.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)16. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Depósitos de poupança:		
· Poupança jovem	<u>159.905</u>	<u>156.095</u>
Depósitos à ordem		
· De residentes	4.092.456	4.867.817
· De não residentes	783.110	804.905
· De emigrantes	<u>476.941</u>	<u>424.234</u>
	<u>5.352.507</u>	<u>6.096.956</u>
Depósitos a prazo		
· De residentes	4.155.735	5.482.905
· De emigrantes	2.115.867	1.873.262
· De não residentes	<u>874.854</u>	<u>596.835</u>
	<u>7.146.456</u>	<u>7.953.002</u>
Operações de venda com acordo de recompra (Nota 7)		
· Obrigações do Tesouro	1.087.500	1.210.356
Outros débitos		
· Cheques e ordens a pagar	<u>15.075</u>	<u>4.837</u>
	<u>13.761.443</u>	<u>15.421.246</u>
Juros a pagar	<u>141.112</u>	<u>153.088</u>
	<u>13.902.555</u>	<u>15.574.334</u>

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os depósitos à ordem não são remunerados, com excepção de situações específicas definidas de acordo com as orientações do Conselho de Administração do Banco.

17. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Durante o exercício de 2008, o Banco emitiu um empréstimo obrigacionista de 100.000 obrigações com um valor nominal de 5.000 Escudos de Cabo Verde cada. Nos termos das condições definidas na emissão, o empréstimo tinha um prazo de 6 anos e vencia juros à taxa Euribor a 6 meses acrescida de um spread de 0,9%. O reembolso seria realizado de uma só vez na data de vencimento (8 de Julho de 2014). Contudo, existe a opção de reembolso antecipado um ano após a data de emissão, e a partir dessa data de seis em seis meses, mediante o pagamento de um prémio de 0,5% sobre o valor nominal das obrigações a amortizar.

Em 30 de Julho de 2009, o Banco anunciou junto da Bolsa de Valores de Cabo Verde, as seguintes alterações relativas ao empréstimo obrigacionista:

- Alteração da taxa de juro a partir do 3º cupão (inclusivé):
  - taxa de juro de 6% durante 4 anos, com início em 8 de Julho de 2009;
  - taxa de juro igual à taxa de juro da última emissão de Obrigações do Tesouro a 5 anos realizada antes da data de revisão da taxa de juro (8 de Julho de 2013), acrescida de 0,5%, para os últimos 5 anos, com início em 8 de Julho de 2013 a 8 de Julho de 2018;
- Alteração do prazo para 10 anos a partir de Julho de 2008, mantendo-se a opção de reembolso antecipado nos termos acima descritos.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os juros a pagar ascendiam a mCve. 14.348 e mCve. 14.194, respectivamente.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)19. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Credores diversos		
Credores diversos - Por valores a liquidar	116.734	136.730
Recursos diversos		
. Conta caução	62.504	75.787
Sector Público Administrativo		
. Retenção de impostos na fonte	15.006	12.522
. Previdência social	2.441	2.359
. Imposto sobre o valor acrescentado	316	457
Cobrança por conta de terceiros	304	438
Outros	242	203
	<u>197.547</u>	<u>228.496</u>
Encargos a pagar		
Custos administrativos	19.870	33.957
Prémios de produtividade	17.862	17.000
Subsídio de férias	1.588	-
Férias por gozar	10.039	1.822
	<u>49.359</u>	<u>52.779</u>
Receitas com rendimento diferido		
Anuidades de cartões	11.996	9.349
De operações extrapatrimoniais	4.139	4.630
De créditos documentários	1.427	16.945
Outros	338	338
	<u>17.900</u>	<u>31.262</u>
Outras contas de regularização	51.338	50.010
	<u>316.144</u>	<u>362.547</u>

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o saldo da rubrica “Credores diversos – Por valores a liquidar” corresponde a movimentos em trânsito que foram creditados nas contas de clientes no início de 2011 e 2010, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica “Outras contas de regularização” inclui montantes a pagar relacionados com operações efectuadas nas ATM's geridas pela SISP – Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamento, S.A.R.L. nos montantes de mCve. 26.830 e mCve. 24.891, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica “Encargos a pagar – Subsídio de férias” corresponde à provisão para o subsídio de férias relativo ao exercício de 2011, dos colaboradores contratados pelo Banco após Agosto de 2009, cujo pagamento apenas irá ocorrer em Janeiro de 2012.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)20. CAPITAL

Na Assembleia Geral de 25 de Janeiro de 2010, foi deliberado um aumento de capital do Banco no montante de mCve. 400.000, através da emissão de 40.000 acções com um valor nominal de dez mil Escudos de Cabo Verde cada, integralmente realizado em dinheiro. O Banco incorreu em despesas no montante de mCve. 2.091, as quais, no âmbito da Norma IAS 32 foram reflectidas directamente em Capitais Próprios.

Consequentemente, em 31 de Dezembro de 2011 o capital do Banco estava representado por 100.000 acções, com o valor nominal de mCve. 10 cada, integralmente subscritas e realizadas pelos seguintes accionistas:

Entidade	Número de acções	%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	70.000	70,00%
Empreitel Figueiredo, S.A.R.L.	11.110	11,11%
Sita, S.A.R.L.	5.447	5,45%
Edmundo R. Barbosa & Filhos, Lda.	2.782	2,78%
Adega, S.A.R.L.	3.797	3,80%
Pedro José Sapinho Rodrigues Pires	1.545	1,55%
Outros	5.319	5,31%
	100.000	100,00%

21. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCRO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	2011	2010
Prémios de emissão	388	388
Reservas de reavaliação		
· De activos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	32.173	23.341
· De impostos diferidos (Nota 13)	(8.207)	(6.463)
	23.966	16.878
Outras reservas e resultados transitados		
· Reserva legal	111.038	98.030
· Outras reservas	449.215	397.186
· Resultados transitados	(146.396)	(146.396)
	413.857	348.820
Lucro do exercício	120.743	130.074
	558.954	496.160

Reservas de reavaliação

Reflectem as mais e menos-valias potenciais em activos financeiros disponíveis para venda, líquidas do correspondente efeito fiscal.

Reserva legal

Nos termos da legislação em vigor em Cabo Verde (Lei nº 3/V/96), um mínimo de 10% do resultado líquido anual deve ser destinado ao reforço da reserva legal. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação do Banco, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)22. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Juros de crédito a clientes		
. Crédito interno	801.107	728.982
. Crédito ao exterior	57.905	49.487
. Crédito vencido	117.029	71.739
. Crédito ao pessoal	7.672	6.748
. Outros créditos e valores a receber - titulados		
Títulos de dívida		
De emissores públicos nacionais		
. Obrigações do Tesouro	97.374	99.424
. Bilhetes do Tesouro	108	1.037
De outros residentes	45.049	39.204
Juros de aplicações em instituições de crédito		
. No estrangeiro	186	520
. No país	22.781	38.005
Juros de disponibilidades	278	219
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	73.361	67.727
	<u>1.222.850</u>	<u>1.103.092</u>

Nos exercícios de 2011 e 2010, os juros de Obrigações do Tesouro e Bilhetes do Tesouro colocados no mercado secundário ascenderam a mCve. 74.178 e mCve. 85.524, respectivamente (Nota 23).

Nos exercícios de 2011 e 2010, o saldo da rubrica “Juros de crédito a clientes – crédito vencido” inclui mCve. 103.881 e mCve. 61.615, respectivamente, relativos ao recebimento de juros anulados em exercícios anteriores.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)23. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Juros de depósitos		
. Depósitos de poupança		
Poupança Jovem	6.655	6.038
. Depósitos à ordem		
De residentes	24.925	22.608
. Depósitos a prazo		
De residentes	248.387	200.782
De emigrantes	104.345	82.392
De não residentes	45.120	23.724
Juros de passivos subordinados	30.154	29.860
Juros de empréstimos		
. Do Banco de Cabo Verde	700	-
. De residentes	2.655	-
. De não residentes	9.721	10.707
Juros de credores e outros recursos		
. Operações de venda com acordo de recompra (Nota 22)		
Obrigações do Tesouro	74.178	85.506
Bilhetes do Tesouro	-	18
Outros juros e encargos similares	7.769	6.444
Comissões pagas associadas ao custo amortizado	131	85
	<u>554.740</u>	<u>468.164</u>

24. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica corresponde integralmente a dividendos recebidos, apresentando a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Rendimentos de activos disponíveis para venda:		
Emitidos por residentes		
. Banco Comercial do Atlântico, S.A.	17.500	5.947
. Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.	1.100	1.979
. Sociedade Caboverdiana de Tabacos, S.A.	974	974
. VISA International Service Association	40	-
	<u>19.614</u>	<u>8.900</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)25. RENDIMENTOS E ENCARGOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<u>Rendimentos de serviços e comissões</u>		
Por operações sobre instrumentos financeiros	57.951	40.727
Por serviços prestados		
· Comissões de anuidades de cartões	33.424	32.888
· Comissões na emissão de cheques	13.149	11.921
	<u>46.573</u>	<u>44.809</u>
Por garantias prestadas		
· Créditos documentários	21.741	20.609
· Garantias e avales	19.236	16.073
	<u>40.977</u>	<u>36.682</u>
Outras comissões	2.456	2.648
	<u>147.957</u>	<u>124.866</u>
 <u>Encargos com serviços e comissões</u>		
Por garantias recebidas		
· Garantias e avales	1.050	1.338
· Créditos documentários abertos	-	58
	<u>1.050</u>	<u>1.396</u>
Por compromissos assumidos por terceiros		
· Linhas de crédito irrevogáveis	-	276
Por serviços bancários prestados por terceiros		
· Comissões VISA	14.233	14.488
· Outras comissões	10.815	18.801
	<u>25.048</u>	<u>33.289</u>
	<u>26.098</u>	<u>34.961</u>

26. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011			2010		
	<u>Lucros</u>	<u>Prejuízos</u>	<u>Líquido</u>	<u>Lucros</u>	<u>Prejuízos</u>	<u>Líquido</u>
Resultados em divisas	29.352	(13.951)	15.401	27.214	(15.442)	11.772
Resultados em notas e moedas	43.627	(7.763)	35.864	50.368	(21.263)	29.105
	<u>72.979</u>	<u>(21.714)</u>	<u>51.265</u>	<u>77.582</u>	<u>(36.705)</u>	<u>40.877</u>

27. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Nos exercícios de 2011 e 2010, o saldo desta rubrica corresponde a ganhos na alienação de outros activos tangíveis no montante de mCve. 131 e mCve. 182, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)28. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<u>Outros proveitos de exploração</u>		
Prestação de serviços diversos:		
. Taxa de serviço	44.904	37.981
. Cartões de crédito	23.408	20.207
. Outros	9.318	2.874
Reembolso de despesas	190	199
Outros	668	603
	<u>78.488</u>	<u>61.864</u>
 <u>Outros custos de exploração</u>		
Outros impostos	(4.580)	(4.020)
Donativos e quotizações	(3.115)	(5.219)
Outros	(15.341)	(12.343)
	<u>(23.036)</u>	<u>(21.582)</u>
	<u>55.452</u>	<u>40.282</u>

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica “Outros custos de exploração – outros” inclui os montantes de mCve. 13 429 e mCve. 9.165, respectivamente, relativos a comissões cobradas pela CGD sobre cada transferência efectuada para o estrangeiro por clientes do Banco. Esta comissão é debitada ao Banco no momento em que a transferência é executada pela CGD, sendo posteriormente cobrada pelo Banco aos respectivos clientes. As comissões cobradas aos clientes são registadas na rubrica “Outros proveitos de exploração – prestação de serviços diversos - outros” e ascendem a mCve. 8.980 e mCve. 2.519 em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, respectivamente.

29. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	24.677	24.677
Remunerações dos empregados	135.731	124.591
Encargos sociais e obrigatórios	20.220	19.211
Prémios de produtividade	14.630	20.053
Outros	13.282	1.805
	<u>208.540</u>	<u>190.337</u>

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o número de efectivos ao serviço do Banco, distribuído pelas respectivas categorias profissionais, era o seguinte:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Direcção	5	5
Coordenadores de Agências	2	8
Responsáveis / Gerentes	36	17
Administrativos	65	63
Auxiliares	5	6
	<u>113</u>	<u>99</u>

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os números apresentados acima incluem 56 colaboradores com contrato de trabalho a termo certo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)30. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Serviços especializados		
. Serviços especializados - SISP	37.209	32.440
. Serviços de informática	30.534	32.854
. Segurança e vigilância	18.387	17.239
. Outros serviços especializados	14.072	12.765
. Serviços de limpeza	7.221	7.182
. Serviços de auditoria	4.514	4.280
. Serviços de manutenção	3.306	3.081
. Honorários	2.744	15.528
Rendas e alugueres	28.342	27.807
Publicidade e edição de publicações	25.961	37.026
Água, energia e combustíveis	23.286	20.733
Comunicações e despesas de expedição	16.619	18.681
Impressos e material de consumo corrente	12.234	10.900
Deslocações, estadas e representação	8.835	7.139
Seguros	5.270	6.268
Conservação e reparação	4.587	4.579
Transportes	3.452	3.429
Formação de pessoal	3.361	10.145
Outros	1.066	1.364
	<u>251.000</u>	<u>273.440</u>

31. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes e compromissos associados à actividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<u>Passivos eventuais</u>		
. Garantias e avales prestados	1.203.187	1.479.538
. Créditos documentários abertos	<u>2.459.624</u>	<u>2.478.017</u>
	3.662.811	3.957.555
Depósito e guarda de valores	<u>1.778.051</u>	<u>1.813.562</u>
	<u>5.440.862</u>	<u>5.771.117</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)32. SEGMENTOS OPERACIONAIS

O Conselho de Administração prepara numa base anual informação por segmentos para efeitos de reporte para as contas da actividade consolidada da Caixa Geral de Depósitos. Os segmentos operacionais definidos para esse reporte são os seguintes:

- Negociação e vendas – Compreende a actividade bancária relacionada com a gestão da carteira própria de títulos, gestão de instrumentos de dívida emitidos, operações de mercado monetário e cambial, operações do tipo “Repo” e de corretagem. São incluídos neste segmento as aplicações e disponibilidades sobre outras Instituições de Crédito;
- Banca comercial – Inclui as actividades creditícias e de captação de recursos junto de grandes empresas e pequenas e médias empresas. Neste segmento, estão incluídos os empréstimos, contas correntes, financiamento de projectos de investimento, desconto de letras, factoring, locação financeira mobiliária e imobiliária e a tomada de créditos sindicados, bem como o crédito ao Sector Público.
- Banca de retalho - Compreende a actividade bancária junto dos particulares, empresários em nome individual e micro empresas. São incluídos neste segmento o crédito ao consumo, crédito hipotecário, cartões de crédito e também os depósitos captados junto de particulares, bem como as transferências internacionais de dinheiro.

Com referência a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a informação relativa aos segmentos operacionais utilizada do Banco pode ser resumida da seguinte forma:

	2011			Total
	Negociação e vendas	Banca comercial	Banca de retalho	
Juros e rendimentos similares	196.516	733.822	292.512	1.222.850
Juros e encargos similares	(51.130)	(151.431)	(352.179)	(554.740)
<b>MARGEM FINANCEIRA</b>	<b>145.386</b>	<b>582.391</b>	<b>(59.667)</b>	<b>668.110</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	-	19.614	-	19.614
Rendimentos com serviços e comissões	2.037	116.017	29.903	147.957
Encargos com serviços e comissões	(1.371)	(7.435)	(17.292)	(26.098)
Resultado em activos Financeiros	-	(9)	-	(9)
Resultados de reavaliação cambial	-	36.657	14.608	51.265
Resultados de alienação de outros activos	-	131	-	131
Outros resultados de exploração	-	39.646	15.806	55.452
<b>PRODUTO BANCÁRIO</b>	<b>146.052</b>	<b>787.012</b>	<b>(16.642)</b>	<b>916.422</b>
Outros custos e proveitos				(795.679)
<b>Resultado líquido do exercício</b>				<b>120.743</b>
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2.215.700	-	-	2.215.700
Disponibilidades em outras instituições de crédito	156.673	-	-	156.673
Activos financeiros disponíveis para venda	343.532	-	-	343.532
Aplicações em instituições de crédito	274.348	-	-	274.348
Títulos de dívida pública	1.715.870	-	-	1.715.870
Crédito a clientes	-	8.670.882	4.156.718	12.827.600
Recursos de outras instituições de crédito	1.675.173	-	-	1.675.173
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	4.180.375	9.722.180	13.902.555
Outros passivos subordinados	514.017	-	-	514.017

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	2010			Total
	Negociação e vendas	Banca comercial	Banca de retalho	
Juros e rendimentos similares	139.206	678.063	285.823	1.103.092
Juros e encargos similares	(10.707)	(281.078)	(176.379)	(468.164)
<b>MARGEM FINANCEIRA</b>	<b>128.499</b>	<b>396.985</b>	<b>109.444</b>	<b>634.928</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	-	8.900	-	8.900
Rendimentos com serviços e comissões	1.699	96.416	26.751	124.866
Encargos com serviços e comissões	(1.338)	(18.887)	(14.736)	(34.961)
Resultados de reavaliação cambial	-	22.794	18.083	40.877
Resultados de alienação de outros activos	-	-	182	182
Outros resultados de exploração	-	22.562	17.720	40.282
<b>PRODUTO BANCÁRIO</b>	<b>128.860</b>	<b>528.770</b>	<b>157.444</b>	<b>815.074</b>
Outros custos e proveitos				(685.000)
<b>Resultado líquido do exercício</b>				<b>130.074</b>
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3.210.399	-	-	3.210.399
Disponibilidades em outras instituições de crédito	152.402	-	-	152.402
Activos financeiros disponíveis para venda	317.996	-	-	317.996
Aplicações em instituições de crédito	629.204	-	-	629.204
Títulos de dívida pública	1.895.836	-	-	1.895.836
Crédito a clientes	-	8.295.162	3.387.671	11.682.833
Recursos de outras instituições de crédito	322.492	-	-	322.492
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	9.115.265	6.459.069	15.574.334
Outros passivos subordinados	513.823	-	-	513.823

## 33. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas do Banco todas as entidades controladas pelo Grupo Caixa Geral de Depósitos e as empresas associadas.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as demonstrações financeiras do Banco incluem os seguintes saldos e transacções com entidades relacionadas, excluindo os órgãos sociais:

	2011					
	Grupo Caixa Geral de Depósitos					
	Banco Comercial					Associadas
CGD	do Atlântico	Promotora	Garantia	Promoleasing		
<b>Activos:</b>						
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2.711	15.378	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	25.989	-	-	-	-	-
Títulos de dívida pública	-	-	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	265.385	15.307	79.999	5.250	-
Crédito a clientes	-	6.686	-	-	-	6.962
Imparidade	-	10.011	1.880	28.192	-	499
Outros activos	218	4.633	-	18	-	44.130
<b>Passivos:</b>						
Recursos de outras instituições de crédito	1.388.792	-	-	106.858	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	47.491	-	-	26.938
<b>Extrapatrimoniais:</b>						
Garantias prestadas	-	-	-	-	-	25.627
Outros Passivos	-	338	-	-	-	3.563
<b>Proveitos:</b>						
Juros e rendimentos similares	261	383	-	-	-	643
Rendimentos de serviços e comissões	-	17.500	-	1.100	-	31.716
<b>Custos:</b>						
Juros e encargos similares	1.361	-	2.737	3.124	-	-
Outros custos de exploração	-	-	-	6.007	-	37.950

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	2010					
	Grupo Caixa Geral de Depósitos					
	CGD	Banco Comercial do Atlântico	Promotora	Garantia	Promoleasing	Associadas
<b>Activos:</b>						
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	21.614	-	-	-	-	-
Títulos de dívida pública	-	-	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	228.028	15.307	79.478	5.250	-
Crédito a clientes	-	6.668	-	-	-	11.500
Imparidade	-	10.011	1.880	28.191	-	733
Outros activos	1.859	12.621	12	1.132	-	37.873
<b>Passivos:</b>						
Recursos de outras instituições de crédito	289.163	-	-	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	47.289	47.471	-	13.537
<b>Extrapatrimoniais:</b>						
Garantias recebidas	-	-	-	-	-	-
<b>Proveitos:</b>						
Juros e rendimentos similares	721	12	-	-	-	1.578
Rendimentos de serviços e comissões	-	5.947	-	1.987	-	24.723
<b>Custos:</b>						
Juros e encargos similares	2.743	-	2.743	3.441	-	-
Outros custos de exploração	-	8.085	1.380	-	-	32.440

As transacções com entidades relacionadas são efectuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respectivas datas.

Órgãos de gestão

Em 2011, os custos suportados relativos à remuneração e outros benefícios atribuídos aos membros do Conselho de Administração do Banco ascenderam a mCve. 25.147 ( mCve. 27.556 no exercício de 2010).

Em 31 de Dezembro de 2010, o valor do crédito concedido a membros do Conselho de Administração ascendia a mCve. 1.219. Em 31 de Dezembro de 2011 não existia crédito concedido a membros do Conselho de Administração.

34. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROSPolíticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade do Banco

Os limites de risco e os níveis de exposição autorizados são definidos e aprovados pelo Conselho de Administração tendo em conta a estratégia geral do Banco e a sua posição no mercado.

Risco cambial

A existência de paridade fixa entre o Escudo de Cabo Verde e o Euro (110,265/1 Euro), resultante do acordo de convertibilidade existente entre Cabo Verde e Portugal, explica o facto de o Euro não ser considerado para efeito de posição cambial nos regulamentos do Banco de Cabo Verde vigentes e nos que estão em elaboração.

O Banco mantém uma posição cambial neutra em Dólares dos Estados Unidos matching, e praticamente não tem posição em outras moedas, o que só casuisticamente pode aparecer, em pequenas transacções de turismo.



#### Risco de taxa de juro

A generalidade das operações de crédito contratadas são a taxa fixa, o que implica a existência de risco de taxa de juro, mas que é minimizado pela cobertura natural através das operações passivas, como veremos a seguir.

Assim, quanto aos procedimentos de cobertura deste risco devemos destacar alguns aspectos que o Banco tem implementado:

- a base para coberturas activas a taxa fixa é feita através dos depósitos e não existe qualquer indexante nacional que possa ser utilizado como “referência” dos activos ou passivos;
- os contratos de crédito prevêm possibilidade de alteração de taxas de juros sob certas circunstâncias, o que é aceite juridicamente, e no demais funciona com gestão coerente de activos e passivos, pelos instrumentos de informações sistemáticas feitas pelo Gabinete de Mercados Financeiros;
- realização de emissões de obrigações indexadas à Euribor, que vão permitir uma mitigação de risco taxas de juros de operações activas e outras que se encontram no nosso pipe-line, que sendo indexadas à Euribor, encontram a sua cobertura natural nas emissões de obrigações.
- aumento das linhas de crédito em Euro, para atingir os nossos objectivos referidas na linha anterior.

#### Risco de crédito

Para monitorar o risco de crédito foi criado o Gabinete de Gestão de Risco (GGR), o qual é responsável por efectuar a avaliação do risco de crédito, e reporta directamente ao Presidente do Conselho de Administração.

Tem como principal objectivo, analisar o risco de crédito das empresas, centralizar as informações financeiras das empresas e actualizá-las com regularidade, informar a gestão sobre a qualidade da carteira de crédito das empresas. Por outro lado, centraliza as relações/informações com a Central de Risco do Banco de Cabo Verde. Adicionalmente, é da sua responsabilidade acompanhar a evolução das provisões do Banco e informar a Comissão Executiva, tanto a nível de créditos individuais, como a nível da carteira global do Banco.

O GGR emite pareceres de risco sobre propostas elaboradas e/ou montadas pela área comercial, concretizando assim a separação das duas funções. Além disso faz acompanhamento da carteira de empresas, no sentido de identificar e alertar para potenciais situações de risco.

Ainda na vertente do acompanhamento da carteira de crédito, as áreas comerciais apresentam semanalmente no Comité de Crédito o ponto de situação dos créditos vencidos ou em contencioso, para permitir uma tomada de decisão célere pela Comissão Executiva.

Compete ao Comité de Crédito para além da análise, a aprovação dos créditos:

- análise e acompanhamento da Política de Crédito;
- análise e acompanhamento dos riscos de crédito dos clientes;
- análise e acompanhamento dos créditos vencidos e em contencioso;
- análise e aprovação de novos Produtos, seu preçário e procedimentos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)Risco de mercado

A dimensão da Bolsa de Valores de Cabo Verde é reduzida. O Banco tem aplicações em acções e títulos de rendimento fixo.

Risco de CréditoExposição máxima a risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a exposição máxima a risco de crédito do Banco apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Títulos de dívida pública	<u>1.715.870</u>	<u>1.895.836</u>
Aplicações em instituições de crédito	274.348	629.204
Crédito a clientes	<u>12.827.600</u>	<u>11.682.833</u>
	<u>13.101.948</u>	<u>12.312.037</u>
Garantias e avales	1.203.187	1.479.538
Créditos documentários abertos	<u>2.459.624</u>	<u>2.478.017</u>
	<u>3.662.811</u>	<u>3.957.555</u>
Exposição máxima	<u><u>18.480.629</u></u>	<u><u>18.165.428</u></u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)Qualidade de crédito concedido a clientes

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o valor de balanço bruto de crédito concedido a clientes, garantias prestadas e créditos documentários, excluindo outros créditos e valores a receber – titulados e juros corridos, apresentava a seguinte decomposição:

<b>2011</b>				
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em "Default"	Total
Crédito a empresas				
Vincendo	6.481.963	99.605	1.101.321	7.682.889
Vencido	7.208	3.129	735.445	745.782
	<u>6.489.171</u>	<u>102.734</u>	<u>1.836.766</u>	<u>8.428.671</u>
Garantias e créditos documentários a empresas				
Vincendo	1.229.967	-	-	1.229.967
Vencido	-	-	-	-
	<u>1.229.967</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.229.967</u>
Crédito à habitação				
Vincendo	2.435.060	52.094	153.412	2.640.566
Vencido	7	25.565	9.419	34.991
	<u>2.435.067</u>	<u>77.659</u>	<u>162.831</u>	<u>2.675.557</u>
Garantias pessoais				
Vincendo	16.116	-	-	16.116
Outros créditos				
Vincendo	1.502.662	34.946	122.734	1.660.342
Vencido	8.199	2.679	64.002	74.880
	<u>1.510.861</u>	<u>37.625</u>	<u>186.736</u>	<u>1.735.222</u>
Crédito ao Sector Público				
Vincendo	1.139.378	-	1.561.357	2.700.735
Vencido	-	7	-	7
	<u>1.139.378</u>	<u>7</u>	<u>1.561.357</u>	<u>2.700.742</u>
Total crédito vincendo	<u>12.805.146</u>	<u>186.645</u>	<u>2.938.824</u>	<u>15.930.615</u>
Total crédito vencido	<u>15.414</u>	<u>31.380</u>	<u>808.866</u>	<u>855.660</u>
Total de crédito	<u><u>12.820.560</u></u>	<u><u>218.025</u></u>	<u><u>3.747.690</u></u>	<u><u>16.786.275</u></u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

<b>2010</b>				
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em "Default"	Total
Crédito a empresas				
Vincendo	7.097.993	18.913	560.630	7.677.536
Vencido	5.959	5.291	172.470	183.720
	<u>7.103.952</u>	<u>24.204</u>	<u>733.100</u>	<u>7.861.256</u>
Garantias e créditos documentários a empresas				
Vincendo	1.486.929	-	36	1.486.965
	<u>1.486.929</u>	<u>-</u>	<u>36</u>	<u>1.486.965</u>
Crédito à habitação				
Vincendo	2.130.737	30.281	131.530	2.292.548
Vencido	-	491	9.510	10.001
	<u>2.130.737</u>	<u>30.772</u>	<u>141.040</u>	<u>2.302.549</u>
Garantias pessoais				
Vincendo	7.246	-	-	7.246
Outros créditos				
Vincendo	1.223.532	15.838	65.201	1.304.571
Vencido	2.894	5.232	46.658	54.784
	<u>1.226.426</u>	<u>21.070</u>	<u>111.859</u>	<u>1.359.355</u>
Crédito ao Sector Público				
Vincendo	2.709.726	-	1.694	2.711.420
Vencido	-	-	1.080	1.080
	<u>2.709.726</u>	<u>-</u>	<u>2.774</u>	<u>2.712.500</u>
Total crédito vincendo	<u>14.656.163</u>	<u>65.032</u>	<u>759.091</u>	<u>15.480.286</u>
Total crédito vencido	<u>8.853</u>	<u>11.014</u>	<u>229.718</u>	<u>249.585</u>
Total de crédito	<u><u>14.665.016</u></u>	<u><u>76.046</u></u>	<u><u>988.809</u></u>	<u><u>15.729.871</u></u>

Na preparação dos quadros apresentados acima foram consideradas as seguintes classificações:

- “Créditos sem incumprimento”
  - Empresas: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 30 dias;
  - Particulares: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 7 dias;
- “Créditos com incumprimento”
  - Empresas: créditos com saldos vencidos entre 30 dias e 90 dias;
  - Particulares: créditos com saldos vencidos entre 7 dias e 90 dias;
- “Créditos em default” – créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias. No que respeita a créditos concedidos a empresas, caso o cliente apresente pelo menos uma operação com prestações vencidas há mais de 90 dias, a totalidade da exposição perante o Banco foi reclassificada para esta categoria.

Adicionalmente, o crédito vencido inclui apenas os montantes das operações ou prestações vencidas e não pagas na data de referência. Na Nota 8, a rubrica “Crédito vencido” inclui a totalidade do valor a receber relativo a operações com valores em atraso.

Em 31 de Dezembro de 2011, o saldo de créditos aos quais foi atribuída imparidade específica através de análise individual totalizaram mCve. 3.310.874, ascendendo a imparidade a mCve. 612.188. Conforme descrito na Nota 2.2. d) os créditos objecto de análise individual aos quais não foi atribuída imparidade específica foram englobados numa análise colectiva.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o valor de balanço dos créditos concedidos a clientes identificados pelo Banco cujos termos tenham sido objecto de reestruturação pode ser detalhado como segue:

	2011			2010		
	Crédito vivo	Crédito vencido	Total	Crédito vivo	Crédito vencido	Total
Empresas	195.145	2.716	197.861	55.942	993	56.935
Particulares	12.160	8.051	20.211	82.634	2.431	85.065
	<u>207.305</u>	<u>10.767</u>	<u>218.072</u>	<u>138.576</u>	<u>3.424</u>	<u>142.000</u>

Justo valor

No quadro seguinte é apresentada a comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais activos e passivos financeiros mantidos ao custo amortizado em 31 de Dezembro de 2011 e 2010.

	2011				
	Valor de balanço	Saldos analisados Justo valor	Diferença	Saldos não analisados Valor de balanço	Valor de balanço total
<u>Activo</u>					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2.215.700	2.215.700	-	-	2.215.700
Disponibilidades em outras instituições de crédito	156.673	156.673	-	-	156.673
Activos financeiros disponíveis para venda	313.080	313.080	-	30.452	343.532
Aplicações em instituições de crédito	274.348	274.348	-	-	274.348
Títulos de dívida pública	1.715.870	1.702.678	(13.192)	-	1.715.870
Crédito a clientes	12.045.753	12.001.658	(44.095)	781.847	12.827.600
	<u>16.721.424</u>	<u>16.664.136</u>	<u>(57.288)</u>	<u>812.299</u>	<u>17.533.723</u>
<u>Passivo</u>					
Recursos de Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito	1.675.173	1.675.173	-	-	1.675.173
Recursos de clientes e outros empréstimos	13.902.555	13.883.793	(18.762)	-	13.902.555
Outros passivos subordinados	514.017	502.644	(11.373)	-	514.017
	<u>16.091.745</u>	<u>16.061.610</u>	<u>(30.135)</u>	<u>-</u>	<u>16.091.745</u>
<u>2010</u>					
	Valor de balanço	Saldos analisados Justo valor	Diferença	Saldos não analisados Valor de balanço	Valor de balanço total
<u>Activo</u>					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3.210.399	3.210.399	-	-	3.210.399
Disponibilidades em outras instituições de crédito	152.402	152.402	-	-	152.402
Activos financeiros disponíveis para venda	287.504	287.504	-	30.492	317.996
Aplicações em instituições de crédito	629.204	629.204	-	-	629.204
Títulos de dívida pública	1.895.836	1.852.963	(42.873)	-	1.895.836
Crédito a clientes	11.838.590	11.627.755	(210.835)	(155.757)	11.682.833
	<u>18.013.935</u>	<u>17.760.227</u>	<u>(253.708)</u>	<u>(125.265)</u>	<u>17.888.670</u>
<u>Passivo</u>					
Recursos de Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito	322.492	313.169	(9.323)	-	322.492
Recursos de clientes e outros empréstimos	15.574.334	15.490.048	(84.286)	-	15.574.334
Outros passivos subordinados	514.194	493.209	(20.985)	(371)	513.823
	<u>16.411.020</u>	<u>16.296.426</u>	<u>(114.594)</u>	<u>(371)</u>	<u>16.410.649</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

No apuramento do justo valor, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Relativamente aos saldos à vista e às aplicações em instituições de crédito, de curto prazo, o valor de balanço corresponde ao justo valor;
- Relativamente aos activos financeiros disponíveis para venda:
  - As acções da VISA foram valorizadas com base na cotação em bolsa;
  - A participação na Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L. foi registada ao custo histórico, encontrando-se registada imparidade de mCve. 1.880, para reduzir o valor de balanço ao seu valor estimado de realização.
  - O valor das acções da Sociedade Caboverdiana de Tabacos, apurado com base na respectiva cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde nessa data, era inferior ao valor de balanço em mCve. 2.517 e mCve. 1.808, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, respectivamente. O Banco manteve as acções ao custo histórico, considerando que a empresa tem-se mantido estável, tendo inclusivamente distribuído dividendos, e pela reduzida liquidez do título na Bolsa de Valores de Cabo Verde.
  - As participações na Promoleasing, Sociedade de Locação Financeira, Sociedade Unipessoal Anónima, S.A. e no Fundo G.A.R.I., face ao seu reduzido valor de balanço, foram registadas ao custo histórico.
- O justo valor dos restantes instrumentos foi determinado pelo Banco com base em modelos de fluxos de caixa descontados, tendo em consideração as condições contratuais das operações e utilizando taxas de juro apropriadas face ao tipo de instrumento, tendo em consideração as taxas praticadas em instrumentos semelhantes emitidos ou contratados perto do final do exercício.
- A coluna “Saldos não analisados” inclui essencialmente o crédito vencido, líquido das provisões constituídas.

Análise de sensibilidade – Taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro, de deslocações paralelas na curva de taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 “basis points”(bps), respectivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

	2011					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Crédito a clientes (saldos brutos)	11.913	5.467	2.620	(2.411)	(4.627)	(8.531)
<b>Total activo sensível</b>	<b>11.913</b>	<b>5.467</b>	<b>2.620</b>	<b>(2.411)</b>	<b>(4.627)</b>	<b>(8.531)</b>
	2010					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Crédito a clientes (saldos brutos)	44.924	21.460	10.497	(24.705)	(19.724)	(23.296)
<b>Total activo sensível</b>	<b>44.924</b>	<b>21.460</b>	<b>10.497</b>	<b>(24.705)</b>	<b>(19.724)</b>	<b>(23.296)</b>

O impacto de uma deslocação de 50, 100 e 200 bps nas curvas de taxa de juro de referência de activos e passivos sensíveis corresponde aos cenários utilizados internamente pelos órgãos de gestão no acompanhamento e monitorização da exposição a risco de taxa de juro.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

No quadro seguinte é apresentado o efeito na margem financeira projectada para os exercícios de 2011 e 2010, respectivamente, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de 50, 100 e 200 bps que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações na taxa de juro:

	Projeção margem financeira					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Exercício de 2011	(27.601)	(11.897)	(4.422)	9.866	16.711	29.873
Exercício de 2010	(13.849)	(6.894)	(3.404)	3.576	7.066	14.046

No apuramento dos impactos apresentados no quadro acima, foi considerado que os activos e passivos sensíveis a taxa de juro em balanço nas datas de referência do cálculo se manteriam estáveis ao longo dos exercícios de 2011 e 2010, respectivamente, procedendo-se à sua renovação, sempre que aplicável, considerando as condições de mercado vigentes nas referidas datas de renovação e o “spread” médio das operações vivas em 31 de Dezembro de 2012 e 2011.

De referir que a informação contida nos quadros anteriores diz respeito a um cenário estático, não tendo em consideração alterações na estratégia e políticas de gestão do risco de taxa de juro que o Banco possa adoptar em consequência de variações nas taxas de juro de referência.

Risco cambial

Decomposição de instrumentos financeiros por moeda

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	2011				
	Escudos de Cabo Verde	Euros	Dólares Norte Americanos	Outras	Total
<u>Activo</u>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2.019.097	144.810	39.438	12.355	2.215.700
Disponibilidades em outras instituições de crédito	102.988	28.592	21.581	3.512	156.673
Activos financeiros disponíveis para venda	343.532	-	-	-	343.532
Aplicações em instituições de crédito	239.734	7.612	27.002	-	274.348
Títulos de dívida pública	1.715.870	-	-	-	1.715.870
Crédito a clientes (líquido)	11.439.634	1.367.188	20.778	-	12.827.600
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	40.804	-	-	-	40.804
Outros activos	24.308	1.000	-	-	25.308
	<u>15.925.967</u>	<u>1.549.202</u>	<u>108.799</u>	<u>15.867</u>	<u>17.599.835</u>
<u>Passivo</u>					
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	(91.606)	(1.583.567)	-	-	(1.675.173)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(13.547.461)	(250.844)	(103.701)	(549)	(13.902.555)
Outros passivos subordinados	(514.017)	-	-	-	(514.017)
Outros passivos	(295.248)	(479)	(5.099)	(15.318)	(316.144)
	<u>(14.448.332)</u>	<u>(1.834.890)</u>	<u>(108.800)</u>	<u>(15.867)</u>	<u>(16.407.889)</u>
Exposição líquida	<u>1.477.635</u>	<u>(285.688)</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>1.191.946</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	2010				
	Escudos de Cabo Verde	Euros	Dólares Norte Americanos	Outras	Total
<b>Activo</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3.056.274	130.268	10.570	13.287	3.210.399
Disponibilidades em outras instituições de crédito	33.799	45.186	71.636	1.781	152.402
Activos financeiros disponíveis para venda	317.996	-	-	-	317.996
Aplicações em instituições de crédito	599.117	44	30.041	2	629.204
Títulos de dívida pública	1.895.836	-	-	-	1.895.836
Crédito a clientes (líquido)	10.918.704	731.087	33.042	-	11.682.833
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	36.737	-	-	-	36.737
Outros activos	22.680	1.460	-	-	24.140
	<u>16.881.143</u>	<u>908.045</u>	<u>145.289</u>	<u>15.070</u>	<u>17.949.547</u>
<b>Passivo</b>					
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	(1)	(322.491)	-	-	(322.492)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(15.215.662)	(214.376)	(143.716)	(580)	(15.574.334)
Outros passivos subordinados	(513.823)	-	-	-	(513.823)
Outros passivos	(342.813)	(3.607)	(1.637)	(14.491)	(362.548)
	<u>(16.072.299)</u>	<u>(540.474)</u>	<u>(145.353)</u>	<u>(15.071)</u>	<u>(16.773.197)</u>
Exposição líquida	<u>808.844</u>	<u>367.571</u>	<u>(64)</u>	<u>(1)</u>	<u>1.176.350</u>

35. **GESTÃO DE CAPITAL**

Os objectivos de gestão do Capital no Banco, norteiam-se pelos seguintes princípios gerais:

- Cumprir com as exigências regulamentares estabelecidas pelo Banco de Cabo Verde;
- Gerar uma rentabilidade adequada para a empresa, com criação de valor para o accionista, proporcionando-lhe a remuneração dos capitais aplicados;
- Sustentar o desenvolvimento das operações que o Banco está legalmente autorizado a praticar, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder ao crescimento da actividade e que se mostre adequada ao perfil de risco da Instituição;
- Assegurar a reputação da Instituição, através da preservação da integridade das operações praticadas no decurso da sua actividade;

Para atingir os objectivos descritos, o Banco procede a um planeamento das suas necessidades de capital a curto e médio prazo, tendo em vista o financiamento da sua actividade, sobretudo por recurso ao auto-financiamento e à captação de recursos alheios. Esse planeamento é efectuado a partir das estimativas internas de crescimento das operações de balanço e o financiamento através de outros recursos alheios é feito, primordialmente, pela emissão de dívida subordinada, a qual integra os Fundos Próprios Complementares, dentro de determinados limites.

A actividade das instituições de crédito em Cabo Verde é regulada pela Lei nº 3/V/96, de 1 de Julho, a qual assume um papel primordial na regulamentação prudencial. A referida Lei, e instrumentos legais complementares, contemplam diversos domínios de regulação com influência na gestão do Capital, de que se salientam:

- Obrigatoriedade de um Capital Social mínimo de 300 milhões de Escudos de Cabo Verde, para os bancos;
- Determinação de que os Fundos Próprios nunca poderão ser inferiores ao Capital Social mínimo e que pelo menos 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício deverão ser afectos às Reservas Legais, até ao limite do Capital Social;
- A aplicação de instrumentos de carácter preventivo, como seja a exigência de o denominado Rácio de Solvabilidade não poder ser inferior a 10%, o que na prática corresponde à necessidade de as Instituições de Crédito afectarem determinados volumes de Capital para fazer face a perdas inesperadas que possam ocorrer;
- A imposição de limites à concentração de riscos face a um cliente ou grupo de clientes, através da introdução de percentagens indexadas ao valor dos Fundos Próprios, as quais, em termos individuais, se cifram em 20% para o próprio Grupo e em 25% para os restantes. Com esta medida privilegia-se a

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

diversificação das carteiras, atendendo ao risco de contaminação que pode existir num dado grupo, em caso de incumprimento por uma ou mais entidades pertencentes a esse grupo;

- Os limites às participações em outras sociedades – que não sejam outras instituições de crédito, instituições parabancárias, sociedades de serviços auxiliares, sociedades gestoras de fundos de pensões, sociedades gestoras de participações sociais que apenas detenham partes de capital nas sociedades antes referidas e empresas do sector segurador, as quais não devem ultrapassar, se consideradas individualmente, 15% dos Fundos Próprios da instituição participante e 60% desses Fundos, se for tomado o conjunto das participações qualificadas ( $\geq 10\%$  do capital ou dos direitos de voto da entidade participada).

A maioria dos requisitos e limites prudenciais têm por base o conceito de Fundos Próprios, os quais correspondem ao capital regulamentar mínimo imposto pelo regulador. O seu cálculo regular e obrigatório é regulado na legislação nacional pela publicação do Aviso nº 3/2007, de 19 de Dezembro, do Banco de Cabo Verde. O quociente do seu valor pelo montante correspondente às denominadas posições de risco ponderadas constitui o rácio de solvabilidade, regulado pelo Aviso 4/2007, de 25 de Fevereiro de 2008, do Banco de Cabo Verde, cujo valor terá de ser, no mínimo, igual a 10%.

Para analisar e dar resposta ao cumprimento dos requisitos legais impostos pela Supervisão Bancária, o Banco dispõe de mecanismos de articulação entre os diversos Departamentos internos, em especial com a área de Contabilidade, Financeira e de Gestão de Risco.

No quadro seguinte resume-se a composição do Capital Regulamentar do Banco, nos finais de 2011 e de 2010:

Gestão do Capital	Dezembro de 2010	Dezembro de 2011	Varição
<b>Fundos Próprios de Base</b>	<b>1.408.569</b>	<b>1.470.758</b>	<b>62.189</b>
Capital Social	1.000.000	1.000.000	-
Reservas e Prémios	495.604	560.642	65.038
Resultado Líquido	65.038	60.372	(4.666)
Resultados Transitados e outros (Impacto transição para NIRF)	(152.073)	(150.256)	1.817
<b>Fundos Próprios Complementares</b>	<b>508.440</b>	<b>511.983</b>	<b>3.543</b>
Obrigações subordinadas	500.000	500.000	-
Deduções aos Fundos Próprios Complementares	8.440	11.983	3.543
<b>Deduções aos Fundos Próprios totais</b>	<b>40.512</b>	<b>57.101</b>	<b>16.588</b>
Participações em Instituições de Crédito	40.512	57.101	16.588
Excesso na concentração de risco	-	-	-
<b>Total dos Fundos Próprios Elegíveis</b>	<b>1.876.496</b>	<b>1.925.641</b>	<b>49.144</b>
<b>Total do Activo Ponderado</b>	<b>12.833.436</b>	<b>13.371.553</b>	<b>538.117</b>
<b>Rácios</b>	<b>Dezembro de 2010</b>	<b>Dezembro de 2011</b>	<b>Varição</b>
Fundos Próprios de Base	10,98%	11,00%	0,02%
Fundos Próprios Complementares	3,96%	3,83%	-0,13%
Deduções aos Fundos Próprios totais	-0,32%	-0,43%	-0,11%
<b>Rácio de Solvabilidade</b>	<b>14,62%</b>	<b>14,40%</b>	<b>-0,22%</b>

Conforme se pode verificar no quadro anterior, o valor final dos Fundos Próprios resulta do somatório de três grandes agregados, sendo que os montantes considerados apresentam algumas diferenças em relação aos valores constantes do balanço, traduzindo a aplicação de filtros prudenciais pelo regulador. Assim:

- (a) Fundos Próprios de Base: Correspondem aos Capitais de maior estabilidade do Banco. As suas principais componentes e valores considerados nos Fundos Próprios são:
- O Capital Social, as Reservas (excepto as de Reavaliação) e os Resultados Transitados, correspondem, na íntegra, aos valores contabilísticos;
  - O Resultado do Exercício, o qual é incluído nos Fundos Próprios líquido dos impostos e dividendos a entregar aos accionistas e apenas se tiver sido objecto de certificação por Auditor

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Externo;

- As deduções aos Fundos Próprios de Base, as quais correspondem a diversas rubricas que o regulador considerou necessário serem introduzidas, numa perspectiva de prudência, como factor de correcção.
- (ii) Fundos Próprios Complementares: São constituídos por Passivos Subordinados sujeitos a aprovação pelo Banco de Cabo Verde.

O valor destes Fundos Próprios Complementares não pode ultrapassar o referente aos Fundos Próprios de Base e a sua decomposição é a seguinte:

- Dívida Subordinada, de vencimento superior a 5 anos, considerada até ao limite de 50% dos Fundos Próprios de Base;
  - Reservas de Reavaliação positivas se realizadas nos termos da Lei e autorizadas pelo Banco de Cabo Verde.
- (iii) Deduções aos Fundos Próprios: Trata-se de um conjunto de deduções que resultam de imposições do regulador, nomeadamente:
- Nos casos em que Banco disponha de uma participação superior a 10% do capital social de uma instituição de Crédito será deduzido o montante total dessa participação; no caso de participação inferior àquela percentagem, será deduzido apenas na parte que exceda 10% dos fundos próprios da instituição de crédito que delas seja titular.
  - Eventuais ultrapassagens aos limites estabelecidos para efeito de Grandes Riscos que, no caso dos elementos prudenciais individuais, correspondem a 20% dos Fundos Próprios para as exposições perante o próprio Grupo e 25% para as exposições perante outros Grupos;
  - O valor líquido de balanço dos activos não financeiros recebidos em reembolso de crédito próprio, calculado à razão anual de 20% a partir do momento em que se completem dois anos sobre a data em que os activos não financeiros em causa tenham sido recebidos;
  - Excedentes que possam ocorrer nas participações qualificadas (iguais ou superiores a 10%) em empresas que não sejam Financeiras ou Seguradoras, e cujo montante seja superior, individualmente, a 15% dos Fundos Próprios ou a 60% dos mesmos, no caso do montante agregado deste tipo de participações.

Em termos dos Requisitos de Capital, os activos ponderados são hierarquizados em 4 factores de risco (0%, 20%, 50% e 100%), de acordo com a natureza de cada activo e de cada contraparte, bem como de eventuais garantias que existam.

Um tratamento idêntico é adoptado para as posições extra-patrimoniais associadas às garantias prestadas e a outros compromissos potenciais assumidos.

Em 2008 foi também introduzido o risco operacional, dando origem à necessidade de as Instituições calcularem requisitos de fundos próprios adicionais para a sua cobertura, com base em 15% da média do Produto Bancário (quando positivo) dos últimos três anos.

No que respeita à periodicidade de reporte, as instituições devem proceder ao cálculo dos seus fundos próprios pelo menos no final de cada mês e informar o Banco de Cabo Verde, até ao décimo dia do mês seguinte, da composição dos seus fundos próprios do respectivo rácio de solvabilidade.

**BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.**

**FINANCIAL STATEMENTS AS AT DECEMBER 31,  
2011 TOGETHER WITH AUDIT REPORT**

## AUDIT REPORT

(Amounts expressed in thousands of Cape Verde Escudos – tCve.)  
(Translation of a report originally issued in Portuguese – Note 36)

### **Introduction**

1. We have examined the accompanying financial statements of Banco Interatlântico, S.A.R.L. (the "Bank"), which comprise the balance sheet as at December 31, 2011 that presents a total of tCve. 17,978,206 and shareholder's equity of tCve. 1,558,954, including a net income of tCve. 120,743, the statements of income, comprehensive income, changes in shareholder's equity and cash flows for the year then ended and the corresponding notes (Notes 1 to 35).

### **Responsibilities**

2. The preparation of financial statements that present a true and fair view of the financial position of the Bank, the results and comprehensive income of its operations, the changes in shareholders' equity and its cash flows, in accordance with the International Financial Reporting Standards, as well as the adoption of adequate accounting policies and criteria and the maintenance of an appropriate system of internal control are the responsibility of the Bank's Board of Directors. Our responsibility is to express a professional and independent opinion on these financial statements, based on our examination.

### **Scope**

3. Our examination was performed in accordance with the generally accepted standards on auditing, which require the examination to be planned and performed with the objective of obtaining reasonable assurance about whether the financial statements are free of material misstatement. Our examination included verifying, on a sample basis, evidence supporting the amounts and disclosures in the financial statements and assessing the significant estimates, based on judgements and criteria defined by the Board of Directors, used in their preparation. Our examination also included assessing the adequacy of the accounting policies used and their disclosure, taking into consideration the circumstances, verifying the applicability of the going concern concept and assessing the adequacy of the overall presentation of the financial statements. We believe that our examination provides a reasonable basis for expressing our opinion.

### **Opinion**

4. In our opinion, the financial statements referred to in paragraph 1 above, present fairly, in all material respects, the financial position of Banco Interatlântico, S.A.R.L. as at December 31, 2011 and the results and comprehensive income of its operations, the changes in shareholders' equity and its cash flows for the year then ended, in accordance with the International Financial Reporting Standards.

Lisbon, April 23, 2012

BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.R.L.

BALANCE SHEETS AS AT DECEMBER 31, 2011 AND 2010

(Amounts expressed in thousands of Cape Verde Escudos)

ASSETS	Notes	2011			2010		LIABILITIES AND SHAREHOLDERS' EQUITY	Notes	2011	2010
		Amounts before impairment, amortisation and depreciation	Impairment, amortisation and depreciation	Net Assets	Net Assets	Net Assets				
Cash and cash equivalents at central banks	3	2,215,700	-	2,215,700	3,210,399	Resources of other credit institutions	15	1,675,173	322,492	
Cash balances at other credit institutions	4	156,673	-	156,673	152,402	Resources of customers and others	16	13,902,555	15,574,334	
Available-for-sale financial assets	5	383,614	( 40,082)	343,532	317,996	Other subordinated liabilities	17	514,017	513,823	
Loans and advances to credit institutions	6	274,348	-	274,348	629,204	Current tax liabilities	13	-	321	
Government bonds	7	1,715,870	-	1,715,870	1,895,836	Deferred tax liabilities	13	11,363	4,797	
Loans and advances to customers	8	13,840,337	( 1,012,737)	12,827,600	11,682,833	Other liabilities	19	316,144	362,548	
Non-current assets held for sale	9	17,129	-	17,129	-	Total liabilities		<u>16,419,252</u>	<u>16,778,315</u>	
Other tangible assets	10	852,489	( 547,308)	305,181	284,501	Share capital	20	1,000,000	1,000,000	
Intangible assets	11	80,241	( 76,382)	3,859	5,677	Share premium account	21	388	388	
Investments in associates	12	40,804	-	40,804	36,737	Fair value reserves	21	23,966	16,878	
Current tax assets	13	29,079	-	29,079	5,437	Other reserves and retained earnings	21	413,857	348,820	
Deferred tax assets	13	23,123	-	23,123	29,313	Net income	21	120,743	130,074	
Other assets	14	30,177	( 4,869)	25,308	24,140	Total shareholder's equity		<u>1,558,954</u>	<u>1,496,160</u>	
Total assets		<u>19,659,584</u>	<u>(1,681,378)</u>	<u>17,978,206</u>	<u>18,274,475</u>	Total liabilities and shareholders' equity		<u>17,978,206</u>	<u>18,274,475</u>	

The accompanying notes form an integral part of these balance sheets.

BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.R.L.  
STATEMENTS OF INCOME FOR THE YEARS ENDED  
DECEMBER 31, 2011 AND 2010

(Amounts expressed in thousands of Cape Verde Escudos)

	<u>Notes</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Interest and similar income	22	1,222,850	1,103,092
Interest and similar expense	23	(554,740)	(468,164)
<b>NET INTEREST INCOME</b>		<u>668,110</u>	<u>634,928</u>
Income from equity instruments	24	19,614	8,900
Fees and commissions income	25	147,957	124,866
Fees and commissions expense	25	(26,098)	(34,961)
Result of available-for-sale financial assets	5	(9)	-
Result of foreign exchange operations	26	51,265	40,877
Result arising out from the sale of other assets	27	131	182
Other net operating income	28	55,452	40,282
<b>NET INCOME FROM BANKING ACTIVITIES</b>		<u>916,422</u>	<u>815,074</u>
Personnel costs	29	(208,540)	(190,337)
Other administrative expenses	30	(251,000)	(273,442)
Depreciation and amortisation	10 e 11	(65,515)	(63,424)
Impairment of other financial assets, net of reversals and recoveries	18	(265,316)	(164,862)
Impairment of other assets, net of reversals and recoveries	18	(2,103)	12,226
Result from associates	12	7,810	5,068
<b>INCOME BEFORE TAX</b>		<u>131,758</u>	<u>140,303</u>
Income tax			
Current	13	-	(321)
Deferred	13	(11,015)	(9,908)
		<u>(11,015)</u>	<u>(10,229)</u>
<b>NET INCOME</b>		<u>120,743</u>	<u>130,074</u>
Average number of ordinary shares outstanding		100,000	97,260
Earnings per share		1.21	1.34

The accompanying notes form an integral part of these statements.

BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.R.L.

STATEMENT OF CHANGES IN SHAREHOLDERS' EQUITY

FOR THE YEARS ENDED DECEMBER 31, 2011 AND 2010

(Amounts expressed in thousands of Cape Verde Escudos)

	Share capital	Share premium account	Fair value reserve	Other reserves and retained earnings			Net income	Total
				Legal reserve	Other reserves	Retained earnings		
Balance as at December 31, 2009	600,000	388	6,734	78,635	321,695	(146,396)	253,934	1,055,011
Share capital increase	400,000	-	-	-	-	-	-	400,000
Expenses incurred in the share capital increase	-	-	-	-	(2,091)	-	(2,091)	(2,091)
Distribution of the 2009 net income:								
Appropriation to reserves and retained earnings	-	-	-	19,395	77,582	-	96,977	(96,977)
Dividends distributed	-	-	-	-	-	-	-	(96,978)
Comprehensive income for the year	-	-	10,144	-	-	-	-	130,074
Balance as at December 31, 2010	1,000,000	388	16,878	98,030	397,186	(146,396)	348,820	1,496,160
Distribution of the 2010 net income:								
Appropriation to reserves and retained earnings	-	-	-	13,008	52,029	-	65,037	(65,037)
Dividends distributed	-	-	-	-	-	-	-	(65,037)
Comprehensive income for the year	-	-	7,088	-	-	-	-	120,743
Balance as at December 31, 2011	1,000,000	388	23,966	111,038	449,215	(146,396)	413,857	1,558,954

The accompanying notes form an integral part of these statements.

BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.R.L.  
STATEMENTS OF COMPREHENSIVE INCOME FOR THE YEARS  
ENDED DECEMBER 31, 2011 AND 2010

(Amounts expressed in thousands of Cape Verde Escudos)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Changes in fair value of available-for-sale financial assets		
Fair value	8,832	13,617
Tax effect	(1,744)	(3,473)
Total comprehensive income for the year recognized in reserves and retained earnings	<u>7,088</u>	<u>10,144</u>
Net income	120,743	130,074
Total comprehensive income for the year	<u><u>127,831</u></u>	<u><u>140,218</u></u>

The accompanying notes form an integral part of these statements.

BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.R.L.  
STATEMENTS OF CASH FLOW FOR THE YEARS  
ENDED DECEMBER 31, 2011 AND 2010

(Amounts expressed in thousands of Cape Verde Escudos)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<u>Cash flows from operating activities</u>		
Interest and comissions received	1,309,857	1,179,979
Interest and comissions paid	(591,906)	(466,634)
Recoveries arising out from written-off loans and interest	60,416	81,089
Foreign exchange results	51,265	40,877
Other receipts and payments related to the operational activity	42,919	45,215
Payments to personnel and suppliers	(466,366)	(457,822)
Income tax paid	(23,963)	(32,361)
<b>Net cash flows before changes in operating assets and liabilities</b>	<u>382,222</u>	<u>390,343</u>
<b>(Increases) decreases in operating assets:</b>		
Available-for-sale financial assets	(16,714)	(5,250)
Loans and advances to credit institutions	355,455	713,955
Loans and advances to customers	(1,406,286)	(1,710,091)
Government bonds	176,090	(101,090)
Other assets	(16,772)	16,945
	<u>(908,227)</u>	<u>(1,085,531)</u>
<b>Increases (decreases) in operating liabilities:</b>		
Resources of Central Banks and other credit institutions	1,351,787	(415,901)
Resources of costumers	(1,659,803)	2,077,660
Other subordinated liabilities	194	(118)
Other liabilities	(29,629)	(71,895)
	<u>(337,451)</u>	<u>1,589,746</u>
<b>Net cash flow from operating activities</b>	<u>(1,245,678)</u>	<u>504,215</u>
<u>Cash flows from investing activities</u>		
(Increases) decreases in investment assets		
Intangible assets	(1,350)	(5,056)
Other tangible assets	(83,941)	(73,187)
Dividends received	23,357	12,048
<b>Net cash flow from investing activities</b>	<u>(61,934)</u>	<u>(66,195)</u>
<u>Cash flows from financing activities</u>		
Share capital increase	-	400,000
Expenses incurred in the share capital increase	-	(2,091)
Dividends paid out	(65,038)	(96,978)
<b>Net cash flow from financing activities</b>	<u>(65,038)</u>	<u>300,931</u>
<b>Net increase/(decrease) in cash and cash equivalents</b>	(990,428)	1,129,294
Cash and cash equivalents at the beggining of the year	3,362,801	2,233,507
Cash and cash equivalents at the end of the year	2,372,373	3,362,801

The

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS AS AT DECEMBER 31, 2011

(Translation of Notes originally issued in Portuguese – Note 36)

(Amounts expressed in thousands of Cape Verde Escudos – tCve.)

1. INTRODUCTORY NOTE

Banco Interatlântico, S.A.R.L. (the “Bank”) is a commercial bank established in July 1999, that resulted from the integration of the net assets of the Cape Verde Branch of Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD), in which it assumed all the rights and obligations of the Branch on June 30, 1999.

The Bank’s purpose is to carry out banking activity and general credit functions as well as financial transactions or investments in securities, if properly authorized.

The Bank has its headquarters in Praia, Republic of Cape Verde, and has a network of nine branches, five of which are located in Santiago, two in Sal, one in São Vicente and one in Boavista.

The financial statements of the Bank as at December 31, 2011 were approved by the Bank’s Board of Directors on April 23, 2012, and its approval by the General Shareholder’s Meeting in pending. However, the Bank’s Board of Directors expects that the financial statements will be approved without significant changes.

2. BASES OF PRESENTATION AND ACCOUNTING POLICIES

2.1 Bases of presentation

The financial statements were prepared on a going concern basis based on the Bank’s accounting records, prepared in accordance with the International Financial Reporting Standards (IFRS), as set out under Notice no. 2/2007, dated November 19, issued by the Bank of Cape Verde.

2.2 Accounting policies

The most significant accounting policies used in the preparation of the financial statements are as follows:

a) Accruals basis

Costs and income are recognized on an accruals basis and recorded as incurred or earned, regardless of when they are paid or received.

b) Foreign currency operations

The assets and liabilities denominated in foreign currencies are converted into Cape Verde Escudos using the average exchange rate of the Bank on the last working day of each month. Exchange differences are recorded in the statement of income, except for those originated by non-monetary financial instruments, such as equity instruments, classified as available-for-sale financial assets, which are recognized in a separate equity caption until the sale.

In 2011 and 2010, the exchange rate of the Cape Verde Escudo against the Euro has remained fixed at 1 Euro/110.265 Cape Verde Escudos. As at December 31, 2011 and 2010, the exchange rate against the U.S. Dollar (USD) was the following:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
1 USD	85.423	82.908

c) Financial instruments

i) Financial assets

Financial assets are recognized at fair value at the trade date, added up from the costs directly attributable to the transaction. The Bank has no assets held for trading or other financial assets at fair value through profit or loss, thus at initial recognition financial assets were classified in one of the following categories defined under IAS 39:

a) Loans and receivables

These are financial assets with fixed or determinable payments that are not quoted in an active market. This category includes loans and advances to customers (including credit granted in form of securities), amounts receivable from other credit institutions and other receivables recorded in "Other assets". It also includes debt securities issued by the State of Cape Verde, as these were acquired in the primary market by the Bank primarily for holding to maturity and there is no active secondary market.

These assets are initially recognized at fair value, deducted from any charges included in the effective interest rate, added up from all incremental costs directly attributable to the transaction. The assets are subsequently measured in the balance sheet at amortized cost, net of impairment losses.

*Interest recognition*

Interest is recognized based on the effective interest method, allowing to determine the amortized cost and interest over the operations' lifetime. The effective rate equals the present value of the estimated future cash flows arising out from the instruments with its book value at inception.

*Overdue loans and write off of principal and interest*

Interest arising out from overdue loans is reversed three months after the maturity date of the operation or the first installment becomes overdue. Interest not recorded on these loans will only be recognized in the year of collection, being recorded in the caption "Interest and similar income" of the statement of income.

According to the Bank's policies, the total amount of loans with overdue installments is classified as overdue after 30 days in arrears. The Bank periodically writes off the credits considered to be uncollectable against the use of the accumulated impairment losses set up for such credits, upon both specific credit analysis carried out by the Bank's departments responsible for the monitoring and recovery of the credits and the Bank's Board of Directors approval. Any eventual recoveries arising out from previously written off credits are accounted for under the caption "Impairment of other financial assets, net of reversals and recoveries" of the statement of income.

b) Available-for-sale financial assets

Available-for-sale financial assets, which correspond to equity securities, are measured at fair value, except for equity instruments not quoted in an active market and whose fair value cannot be reliably measured, which remain recorded at cost. Unrealized capital gains or losses arising out from changes in fair value are recognized directly in equity under the "Fair value reserves" caption. At the time of sale or if impairment is determined, the cumulative unrealized capital gains or losses are recycled to the statement of income for the year and recognized in the "Result of available-for-sale financial assets" or "Impairment of other financial assets, net of reversals and recoveries" captions, respectively.

Dividends or other income on equity instruments classified in this category are recorded as income in the "Income from equity instruments" caption, when the Bank acquires the right to receive it.

Fair value

As mentioned above, financial assets recorded as available-for-sale financial assets are measured at fair value.

Fair value corresponds to the amount for which a financial asset can be sold or a financial liability settled between independent, knowledgeable and willing parties in an arm's length transaction.

The fair value of financial assets is determined based on:

- The closing price at the balance sheet date, for instruments traded in active markets;
- For equity securities not traded in active markets (including unlisted securities or with reduced liquidity) the Bank uses valuations of external entities, which take into account the market data that would be used in setting a price for the financial instrument, reflecting amongst other things the expectation of the future trends of the company, interest rates and the risk premium and market volatility.

ii) Impairment of financial assets

Financial assets at amortized cost

The Bank periodically performs impairment tests on its financial assets measured at amortized cost, namely on loans and receivables.

Evidence of impairment is assessed individually in the case of financial assets with significant exposure and collectively in the case of homogenous assets, which are not individually significant.

The following events may be considered evidence of impairment:

- Contractual breaches, such as delay in paying interest or principal;
- A record of defaults in the financial system;
- Restructured loans or negotiations underway to restructure loans;
- Difficulties in terms of the capacity of the shareholders and management, namely when major shareholders and key staff leave the company or when the shareholders are in dispute;
- Significant financial difficulties of the debtor or debt issuer;
- High probability of the debtor or debt issuer being declared bankrupt;
- Decrease of the debtor's competitive position;
- Historical collections log suggesting that the nominal value will not be fully recovered.

The Bank performs individual loan impairment assessments on clients whose responsibilities exceed tCve. 20,000 (tCve. 50.000 as at December 31, 2010) or those with overdue installments for more than 180 days.

Whenever evidence of impairment on assets individually assessed is identified, the eventual impairment loss corresponds to the difference between the present value of the estimated future cash flows (i.e. recoverable value), discounted at the original effective interest rate of the asset, and the book value at the time of the analysis.

Assets not individually assessed for impairment losses are included in homogenous groups with similar risk characteristics (on the basis of counterpart and credit type) being collectively assessed for impairment. Future cash flows are estimated based on historical information of defaults and recoveries on assets with similar characteristics.

For this purpose, the Bank established the following homogeneous groups regarding its loan portfolio:

- Corporate loans
- Mortgage loans
- Guarantees given
- Other loans to individuals

Additionally, assets individually assessed on which no objective evidence of impairment has been identified are also subject to collective impairment assessments, as described in the preceding paragraphs.

Impairment losses calculated on a collective basis include the time effect of discounting estimated cash flows receivable on each operation to the balance sheet date.

The impairment loss is accounted for under the caption “Impairment of other financial assets, net of reversals and recoveries” being recognized separately in the balance sheet as a deduction to the respective credit.

#### Available-for-sale financial assets

As mentioned in Note 2.2. c) i), available-for-sale financial assets are measured at fair value, with fair value changes being recognized directly in equity under the “Fair value reserve” caption.

The Bank performs impairment loss assessments on available-for-sale financial assets at each balance sheet date.

Whenever there is objective evidence of impairment, the accumulated unrealized capital losses recognized in equity are transferred to the caption “Impairment of other financial assets, net of reversals and recoveries” of the statement of income.

In addition to the above mentioned events of impairment on assets recognized at amortized cost, IAS 39 defines the following objective evidence of impairment for equity instruments:

- Information regarding significant changes with an adverse effect that have taken place in the technological, market, economic or legal environment in which the issuer operates, indicating that the cost of the investment may not be fully recovered;
- A significant or prolonged decline in fair value below cost.

Impairment losses on equity instruments cannot be reversed. Therefore, any unrealized capital gains arising after the recognition of impairment losses are recognized in the “Fair value reserve”. Subsequent additional losses are always considered to be impairment and therefore reflected in the year profit or loss.

The Bank also performs periodical impairment loss assessments on financial assets measured at cost, namely unlisted equity instruments whose fair value cannot be reliably measured. The recoverable value in this case corresponds to the best estimate of the future cash flows receivable from the asset, discounted at a rate that reflects the risk of holding the asset.

The amount of the impairment loss determined is directly recognized in the year profit or loss. Impairment losses on such assets cannot be reversed.

d) Financial liabilities

Financial liabilities are recognized at inception, at fair value, including the costs and profits directly attributable to the transaction. Financial liabilities include resources of other credit institutions, resources of costumers, debt issued and liabilities arising out from services received or the purchase of assets, recognized in “Other liabilities”.

Sale operations with repurchase agreements, namely of Treasury Bonds and Treasury Bills, are recorded in the caption “Resources of customers and others”. The securities remain recorded in the Bank’s portfolio.

Financial liabilities are carried at amortized cost, interest being recognized in accordance with the effective interest rate method when applicable.

e) Assets received as settlement of non-performing loans

Property and other assets received as settlement of non-performing loans are recorded in the caption “Non-current assets held for sale”.

The assets recognized under this caption are not amortized. Periodical appraisals of the property received as settlement of non-performing loans are obtained. Impairment losses are recognized whenever the appraisal amount, deducted from the estimated costs to be incurred on the sale of the property, is lower than book value.

Gains or losses arising out from the sale of the assets received as settlement of non-performing loans are recognized under the caption “Other net operating income”.

f) Other tangible assets

Other tangible assets are recognized at cost, less accumulated depreciation and impairment losses. The cost of repairs and maintenance and other expenses associated with their use are recognized in the statement of income under the “Other administrative expenses” caption.

Depreciation of tangible assets is recorded on a straight-line basis over the estimated useful lifetime of the assets, as follows:

	<u>Years of useful life</u>
Property for own use	50
Furniture and materials	12
Machines and tools	5 - 6
Computer hardware	4
Interior fittings	8
Vehicles	5 - 4
Security equipment	5
Other equipment	6

Land is not depreciated.

Leasehold improvements are capitalised under this caption and depreciated over an average period of 10 years.

Depreciation is recorded as a loss in the statement of income.

Impairment loss assessments are carried out on a regular basis in order to identify any evidence of impairment on other tangible assets, in accordance with IAS 36 – “Impairment of assets”. Whenever the net book value of tangible assets exceeds the recoverable value (the highest between the value in use and fair value) an impairment loss is recognized in the statement of income under the caption “Impairment of other assets, net of reversals and recoveries”. Impairment losses can be reversed against the year profit or loss if the recoverable value of an asset subsequently increases.

The calculation of the depreciation takes into account an estimated residual value of the equipment, namely in the case of vehicles.

The Bank periodically assesses the adequacy of the useful life of its tangible assets.

g) Intangible assets

Comprises essentially the expenses paid out in acquiring, developing and preparing the software used for the Bank's operations.

Intangible assets are carried at cost less accumulated amortisation and impairment losses.

Depreciation of intangible assets is recorded on a straight-line basis over the estimated useful lifetime of the assets, which corresponds to three years. Depreciation is accounted for as a loss on the statement of income.

Software maintenance expenses are recognized as a cost of the year in which it occurs.

h) Investments in associates

Includes investments in companies in which the Bank has significant influence but does not exercise effective control over its management ("associates"). Significant influence is presumed to exist whenever the Bank has a direct or indirect participation ranging between 20% and 50% of the share capital or voting rights or, if lower than 20%, the Bank is part of the governing body and has direct influence in the definition of the company's relevant policies.

Investments in associates are accounted for using the equity method of accounting. In accordance with this method, investments are initially recognized at acquisition cost which is subsequently adjusted for the Bank's share in the changes in the equity of associates (including the year profit or loss).

i) Income tax

As at December 31, 2011, the Bank is subject to Corporate Income Tax – *Imposto Único sobre os Rendimentos* (IUR) – at the rate of 25% and a fire rate of 2% on the computed tax, corresponding to an aggregate tax rate of 25.5%.

The year tax burden comprises current and deferred taxes.

Current tax

Current tax is calculated based on taxable income for the year, which differs from the accounting net income due to adjustments to the taxable income resulting from costs or income that are not considered for income tax purposes or that will be considered in future accounting periods.

Deferred tax

The year tax burden comprises current and deferred taxes.

Deferred tax consists of the impact on the tax to be recoverable/payable in future periods resulting from temporary deductible or taxable differences between the book value of assets and liabilities and their tax basis, used to determine taxable income.

Deferred tax liabilities are normally recognized for all temporary taxable differences, whereas deferred tax assets are only recognized to the extent that it is probable that sufficient future taxable income will be generated, allowing the use of the corresponding deductible tax differences or tax losses carried forward. In addition, deferred tax assets are not recognized if the recoverability may be questioned due to other situations, including issues regarding the interpretation of the tax legislation in force.

Despite the above, no deferred taxes related to temporary differences arising on initial recognition of assets and liabilities in transactions that do not affect the accounting or taxable income are recorded.

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS AS AT DECEMBER 31, 2011

(Translation of Notes originally issued in Portuguese – Note 36)

(Amounts expressed in thousands of Cape Verde Escudos – tCve.)

The main situations originating temporary differences in the Bank are the adjustments arising out from the transition to the International Financial Reporting Standards and the fair value adjustments on the available-for-sale financial assets.

Deferred taxes are calculated at the tax rates expected to apply in the period in which the temporary differences reverse, based on the tax rules that have been enacted or substantially enacted at the balance sheet date.

The income taxes (current and deferred) are reflected in the year profit or loss, except in the cases where the underlying transactions were accounted for under an equity caption (v.g., revaluation of the available-for-sale financial assets). In these situations the corresponding tax entry is also accounted for under an equity caption, not affecting the year profit or loss.

j) Provisions and contingent liabilities

A provision is recorded whenever a present obligation (legal or constructive) exists as a result of a past event involving a probable future outflow of resources that can be reliably determined. The amount of the provision corresponds to the best estimate of the amount to be paid to settle the liability as at the balance sheet date.

When the outflow of resources is not probable, a contingent liability exists. Contingent liabilities should only be disclosed, unless the probability of their payment is remote.

k) Employee benefits

Liabilities for employee benefits are recognized in accordance with IAS 19 – “Employee Benefits”.

Productivity bonuses paid to employees are recognized on an accruals basis under the “Personnel costs” caption in the period to which the bonus relates.

l) Commissions

Commissions on credit operations, namely amounts charged or paid for originating such operations, are recognized over the course of the operation, using the effective interest rate method, regardless of when they are charged or paid.

Commissions associated with guarantees given, documentary credits and card annuities are deferred on a straight-line basis over the corresponding period.

Commissions and fees for services rendered are usually recognized as income during the period the service is rendered or up front if resulting from single acts.

m) Securities and other items held under custody

Securities and other items held under custody, namely customers' securities, are recognized in off-balance sheet captions, at their nominal value.

n) Cash and cash equivalents

For purposes of preparing the statement of cash flows, the Bank classifies as “Cash and cash equivalents” the balances of the “Cash and cash equivalents at central banks” and “Cash balances at other credit institutions” captions.

o) Critical accounting estimates and key judgmental matters in applying accounting policies

The preparation of financial statements requires estimates and assumptions to be made by the Bank's Board of Directors. The estimates with the greatest impact on the Bank's financial statements include those set out below:

Determination of the impairment losses on the credit granted

Impairment losses on the credit granted are determined in accordance with the methodology described in Note 2.2. c) ii). In this sense, the determination of impairment losses on loans individually assessed results from a specific assessment carried out by the Bank based on the knowledge of the clients' situation and collaterals backing such operations.

The determination of impairment losses on collectively assessed loans is carried out based on the historical data for comparable operations, taking into consideration defaulting and recovery estimates.

The Bank considers that the impairment determined using this methodology enables the risks arising out from its loan portfolio to be adequately recognized, in accordance with IAS 39.

Determination of impairment losses on available-for-sale financial assets

As described in Note 2.2. c) i) b) the unrealised capital losses resulting from the measurement of these assets are recognized against "Fair value reserves". Whenever there is objective evidence of impairment, accumulated unrealized capital losses previously recognized in "Fair value reserves" shall be recycled to the year profit or loss.

In the case of equity instruments, the determination of impairment losses involves some subjectivity. The Bank determines whether or not an impairment loss exists on these assets through a specific assessment at each balance sheet date bearing in mind the events set out under IAS 39 (see Note 2.2. c) ii)).

Measurement of financial instruments not traded in active markets

As required by IAS 39, the Bank measures at fair value some instruments classified under the available-for-sale financial assets category. The valuation models and techniques described in Note 2.2. c) are used to value financial instruments not traded in active markets. The valuations obtained correspond to the best estimate of the fair value of the instruments as at the balance sheet date.

Determination of income tax

Income tax (current and deferred) is determined by the Bank based on the rules established in the tax legislation in force. However, in several cases, the tax legislation is not sufficiently clear and objective and thus may give rise to different interpretations. Although the amounts recorded in such cases represent the best understanding of the Bank's responsible bodies regarding the tax treatment appropriateness of its operations, these can be challenged by the Tax Authorities.

## NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS AS AT DECEMBER 31, 2011

(Translation of Notes originally issued in Portuguese – Note 36)

(Amounts expressed in thousands of Cape Verde Escudos – tCve.)

p) Adoption of new Standards (IAS / IFRS) or revision of Standards already issued

As mentioned in the Note 2.1, in the preparation of the financial statements, the Bank has considered the Standards and Interpretations issued by the International Accounting Standards Board (IASB) and by the International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) that are relevant for its operations in force as at December 31, 2011.

The following standards, interpretations, amendments and revisions enforceable for the financial years started as from January 1, 2011 were first adopted in the year ended December 31, 2011:

<b>Standard/Interpretation</b>	<b>Effective Date (financial years beginning on or after)</b>	
<b>NEW AND REVISED STANDARDS OR INTERPRETATIONS</b>		
IAS 24 - Related Party Disclosures	January 1, 2011	This revision clarifies the disclosures to be provided regarding related parties, namely those related to public entities.
IFRIC 19 - Extinguishing Financial Liabilities with Equity Instruments	July 1, 2010	The Interpretation provides guidance on how to account for transactions whereas a debtor and creditor renegotiate the terms of a financial liability with the result that that debtor extinguishes the financial liability fully or partially by issuing equity instruments to the creditor.
IAS 32 - Financial Instruments: Presentation	February 1, 2010	Clarification regarding the presentation between equity and liabilities.
<b>AMENDMENTS</b>		
IFRIC 14 and IAS 19 - The limit on a defined benefit asset, minimum funding requirements and their interaction	January 1, 2011	Clarifies the composition and accounting treatment of the minimum funding requirements of an employee benefit plan and the availability of a refund on reduction in future contributions.

The implementation of these standards had no material effect on the Bank's financial statements as at December 31, 2011.

## NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS AS AT DECEMBER 31, 2011

(Translation of Notes originally issued in Portuguese – Note 36)

(Amounts expressed in thousands of Cape Verde Escudos – tCve.)

The following standards, interpretations, amendments and revisions are enforceable in future financial years, although they are available for early adoption as at the date of approval of these financial statements.

Standard/Interpretation	Effective Date (financial years beginning on or after)	
<b>NEW AND REVISED STANDARDS OR INTERPRETATIONS</b>		
IAS 27 - Consolidated and Separate Financial Statements	January 1, 2013	The standard establishes principles to be applied in accounting for investments in subsidiaries, joint ventures and associates when an entity opts, or is required by local regulators, to present separate financial statements (non-consolidated).
IAS 9 - Financial Instruments (amended in 2009)	January 1, 2015	<p>This Standard corresponds to the first phase of the underway process of changes to IAS 39 – “Financial Instruments: Recognition and Measurement” and IFRS 7 – “Financial Instruments: Disclosures”. The new text introduces changes on the recognition and measurement criteria of financial assets, namely:</p> <p>a) The debt instruments not held for trading and held with the purpose to collect the contractual cash flows of principal and interest on the initial investment shall be measured at amortized cost. All other debt instruments shall be recorded at fair value through profit or loss;</p> <p>b) The equity instruments shall be recorded at fair value through profit or loss. Notwithstanding, at initial recognition, an entity may make an irrevocable election to present in other comprehensive income subsequent changes in the fair value of equity instruments not held for trading. The use of this option determines that subsequent capital gains or losses on the instrument (including realized capital gains or losses on sales, but excluding dividends received) are recognized in other comprehensive income;</p> <p>c) The classification and measurement of financial instruments with embedded derivatives shall be made considering all the features of the instrument, no longer being possible to separate the embedded derivative from the host contract;</p> <p>d) On October 28, 2010 the IASB has introduced amendments to IFRS 9, foreseeing new accounting requirements regarding financial liabilities and transposing to the IFRS 9 the requirements of IAS 39 related to the recognition and derecognition of financial assets and liabilities. The classification and measurement of financial liabilities are broadly similar to IAS 39, with the exception of the own credit risk effect.</p>

## NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS AS AT DECEMBER 31, 2011

(Translation of Notes originally issued in Portuguese – Note 36)

(Amounts expressed in thousands of Cape Verde Escudos – tCve.)

Standard/Interpretation	Effective Date (financial years beginning on or after)	
IFRS 11 - Joint Arrangements	January 1, 2013	This standard sets out that an entity shall determine the type of joint arrangement in which it is involved in. The classification of a joint arrangement as a joint operation on a joint venture depends upon the rights and obligations of the parties to the arrangement. A joint operation is a joint arrangement whereby the parties that have joint control of the arrangement have rights to the assets, and obligations for the liabilities, relating to the arrangement (joint operators). A joint venture is a joint arrangement whereby the parties that have joint control of the arrangement have rights to the net assets of the arrangement (joint ventures).
IFRS 12 - "Disclosure of interests in other entities"	January 1, 2013	The objective of this Standard is to require an entity to disclose information that enables users of its financial statements to evaluate the nature of, and the risks associated with, its interests in other entities and the effects of those interests on its financial position, financial performance and cash flows.
IFRS 13 - "Fair Value Measurement"	January 1, 2013	The standard defines what is fair value and establishes a framework for its determination. It also establishes a hierarchy for fair value, according to the inputs used in valuation models. The standard also establishes disclosure requirements related to the determination of fair value.
IFRS 7 - Financial instruments: Disclosures (Amendment)	July 1, 2011	The amendment aims to further enhance the disclosures on the financial assets subject of transference that continue to be recognized in the accounts even partially in consequence of not meeting the derecognition criteria, and financial assets that have been derecognized but the entity continues to have some involvement. The objective of the amendment is to clarify the situations where the entity transfers assets by significant amounts close to the reporting date for window dressing purposes.
IAS 12 - Income taxes (Amendment related to the recovery of underlying assets)	January 1, 2012	The objective is to allow an exception to the principle that the measurement of deferred tax liabilities and deferred tax assets shall reflect the tax consequences that would follow from the manner in which the entity expects, at the end of the reporting period, to recover or settle the carrying amount of its assets and liabilities. The proposed measurement allows that, under specific circumstances, the deferred tax liabilities and deferred tax assets be based on the presumption that the carrying amount of the underlying asset is fully recoverable by sale.
IAS 1 - Presentation of Financial Statements (Amendment)	July 1, 2012	The amendments includes some changes concerning the comprehensive income presentation.

These standards, although approved by IASB, have not been adopted by the Bank in the year ended December 31, 2011, as their application is not yet mandatory. No significant impacts are expected in the financial statements as result of the implementation of these standards.

## NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS AS AT DECEMBER 31, 2011

(Translation of Notes originally issued in Portuguese – Note 36)

(Amounts expressed in thousands of Cape Verde Escudos – tCve.)

3. CASH AND CASH EQUIVALENTS AT CENTRAL BANKS

This caption is made up as follows:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Cash		
· National currency	256,912	236,779
· Foreign currency	196,603	154,125
Demand deposits at the Bank of Cape Verde		
· National currency	1,762,185	2,819,495
	<u>2,215,700</u>	<u>3,210,399</u>

The demand deposits at the Bank of Cape Verde are to comply with the legal requirements for minimum cash reserves. According to the Bank of Cape Verde's regulations, these deposits should correspond to 16% of the average liabilities in national and foreign currencies, to residents and migrants.

In 2011 and 2010 these deposits did not earn any interest.

4. CASH BALANCES AT OTHER CREDIT INSTITUTIONS

This caption is made up as follows:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Demand deposits		
· Caixa Geral de Depósitos, S.A.	2,711	3,612
· In other foreign credit institutions	19,710	72,821
· In domestic credit institutions	15,381	582
	<u>37,802</u>	<u>77,015</u>
Cheques for collection:		
· On other foreign credit institutions	31,265	42,171
· On domestic credit institutions	87,606	33,216
	<u>118,871</u>	<u>75,387</u>
	<u>156,673</u>	<u>152,402</u>

"Cheques for collection" correspond to cheques on other banks' customers pending to be settled. These amounts are collected on the first days of the subsequent period.

5. AVAILABLE-FOR-SALE FINANCIAL ASSETS

This caption is made up as follows:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<u>Equity instruments</u>		
Measured at fair value	351,282	325,707
Measured at historical cost	32,332	32,371
	<u>383,614</u>	<u>358,078</u>
<u>Impairment:</u>		
Equity instruments (Note 18)	(40,082)	(40,082)
	<u>343,532</u>	<u>317,996</u>

## NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS AS AT DECEMBER 31, 2011

(Translation of Notes originally issued in Portuguese – Note 36)

(Amounts expressed in thousands of Cape Verde Escudos – tCve.)

Equity instruments	2011				
	Acquisition cost	% of stake	Net book value	Fair value reserve (Note 21)	Impairment (Note 18)
<u>Equity instruments measured at fair value</u>					
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	238,746	5.40%	255,374	26,639	(10,011)
Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.	79,043	4.35%	51,809	956	(28,191)
Visa International Service Association	1,323	n.a.	5,897	4,578	-
	<u>319,112</u>		<u>313,080</u>	<u>32,173</u>	<u>(38,202)</u>
<u>Equity instruments measured at historical cost</u>					
A Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L.	15,307	3.79%	13,427	-	(1,880)
Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A.	10,094	0.65%	10,094	-	-
Promoleasing, Sociedade de Locação Financeira, Sociedade Unipessoal Anónima, S.A.	5,250	17.50%	5,250	-	-
Fundo G.A.R.I.	1,681	0.08%	1,681	-	-
	<u>32,332</u>		<u>30,452</u>	<u>-</u>	<u>(1,880)</u>
	<u>351,444</u>		<u>343,532</u>	<u>32,173</u>	<u>(40,082)</u>

n.a. - not available

Equity instruments	2010				
	Acquisition cost	% of stake	Net book value	Fair value reserve (Note 21)	Impairment (Note 18)
<u>Equity instruments measured at fair value</u>					
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	222,000	4.99%	232,213	20,224	(10,011)
Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.	79,043	4.35%	51,323	471	(28,191)
Visa International Service Association	1,323	n.a.	3,969	2,646	-
	<u>302,366</u>		<u>287,505</u>	<u>23,341</u>	<u>(38,202)</u>
<u>Equity instruments measured at historical cost</u>					
A Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L.	15,307	3.79%	13,427	-	(1,880)
Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A.	10,133	0.65%	10,133	-	-
Promoleasing, Sociedade de Locação Financeira, Sociedade Unipessoal Anónima, S.A.	5,250	17.50%	5,250	-	-
Fundo G.A.R.I.	1,681	0.08%	1,681	-	-
	<u>32,371</u>		<u>30,491</u>	<u>-</u>	<u>(1,880)</u>
	<u>334,737</u>		<u>317,996</u>	<u>23,341</u>	<u>(40,082)</u>

n.a. - not available

Banco Comercial do Atlântico, S.A. and Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.

The shares of Banco Comercial do Atlântico, S.A. and Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L. were measured based on an external entity's valuation.

As at December 31, 2011 and 2010, the market value of the shares of BCA, as per the quote in the Stock Exchange of Cape Verde as at those dates, was higher than and lower than the net book value by the amount of tCve. 28,199 and tCve. 10,504, respectively. The Bank has decided to value the shares based on the above mentioned external valuation, given the limited liquidity of the security in the Stock Exchange of Cape Verde.

A Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L.

The Bank has maintained its participation in Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L. at historical cost. An impairment of tCve. 1,880 was recorded to reduce the book value to its estimated realizable value.

## NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS AS AT DECEMBER 31, 2011

(Translation of Notes originally issued in Portuguese – Note 36)

(Amounts expressed in thousands of Cape Verde Escudos – tCve.)

Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A.

As at December 31, 2011 and 2010, the market value of the shares of the Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A., as per the quote in the Cape Verde's Stock Exchange as at that date, was lower than its net book value in tCve. 1,047 and tCve. 2,517, respectively. The Bank has maintained the shares at its historical cost, considering that the company has remained stable, has distributed dividends and given the reduced liquidity of the security on the Cape Verde's Stock Exchange.

The main movements of the equity instruments classified as available-for-sale financial assets during 2011 and 2010 were as follows:

Banco Comercial do Atlântico, S.A.

During 2011, the Bank has purchased 5,402 shares of Banco Comercial do Atlântico, S.A., with an acquisition cost of tCve. 16,746.

Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A.

During 2011, the Bank has sold six shares of Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A. by the amount of tCve. 39, having recognized a realized capital loss of tCve. 9 in the caption "Results of available-for-sale financial assets".

Promoleasing, Sociedade de Locação Financeira, Sociedade Unipessoal Anónima, S.A.

During 2010, the Bank has subscribed 5,250 shares of Promoleasing – Sociedade de Locação Financeira Unipessoal Anónima, S.A., representing 17.5% of the entity's share capital by nominal value at tCve. 1 per share.

6. LOANS AND ADVANCES TO CREDIT INSTITUTIONS

This caption is made up as follows:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Loans and advances to domestic credit institutions:		
· At Bank of Cape Verde:		
- Títulos de intervenção monetária ("Currency intervention securities")	100,000	200,000
- Títulos de regularização monetária ("Currency regularization securities")	140,000	400,000
	<u>240,000</u>	<u>600,000</u>
Loans and advances to foreign credit institutions:		
· At Caixa Geral de Depósitos:		
- Deposits	25,892	21,614
· Other credit institutions	8,625	8,358
	<u>34,517</u>	<u>29,972</u>
Accrued interest	97	116
Deferred income	(266)	(884)
	<u>274,348</u>	<u>629,204</u>

## NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS AS AT DECEMBER 31, 2011

(Translation of Notes originally issued in Portuguese – Note 36)

(Amounts expressed in thousands of Cape Verde Escudos – tCve.)

7. GOVERNMENT BONDS

This caption is made up as follows:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<u>Treasury Bonds</u>		
Nominal value	1,695,940	1,845,940
<u>Treasury Bills</u>		
Nominal value	-	26,090
Accrued interest	19,930	23,806
	<u>1,715,870</u>	<u>1,895,836</u>

As described in Note 2.2. c) i) a) these securities are recorded at amortized cost.

As at December 31, 2011 and 2010, the nominal value of Treasury bonds and Treasury bills sold under repurchase agreements amounted to tCve. 1,087,500 and tCve. 1,210,356, respectively (Note 16).

8. LOANS AND ADVANCES TO CUSTOMERS

This caption is made up as follows:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Short-term domestic loans		
. Trade discounts	92,524	93,828
. Loans	29,757	52,538
. Overdrafts	280,842	211,154
. Other loans	109,027	94,977
Medium and long-term domestic loans:		
. Loans	7,608,222	7,378,297
. Current account loans	2,125,804	2,369,663
Short-term foreign loans:		
. Trade discounts	7,951	10,247
. Overdrafts	11,048	5,916
. Mortgage	42,580	40,901
. Other loans	18,268	27,984
Medium and long-term foreign loans:		
. Loans	463,027	426,707
. Current account loans	160,918	115,375
Loans to employees	261,633	235,757
Other loans and receivables - debt securities	783,034	728,415
	<u>11,994,635</u>	<u>11,791,759</u>
Accrued interest	51,117	46,888
Commissions and other deferred income	(117,546)	(120,489)
Deferred cost	268	282
Overdue loans and interest	1,911,863	708,973
	<u>13,840,337</u>	<u>12,427,413</u>
Loans impairment (Note 18)	(1,012,737)	(744,580)
	<u>12,827,600</u>	<u>11,682,833</u>

As at December 31, 2011 and 2010, loans to employees earned interest at reduced rates.

## NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS AS AT DECEMBER 31, 2011

(Translation of Notes originally issued in Portuguese – Note 36)

(Amounts expressed in thousands of Cape Verde Escudos – tCve.)

As at December 31, 2011 and 2010, the balance of the "Other loans and receivables – debt securities" caption reflects the value of bonds issued by domestic companies classified as "Loans and receivables" (Note 2.2. c)). These bonds have the following detail:

Bond	2011	2010
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche A	136,203	130,424
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche B	156,776	156,936
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche C	32,199	32,199
ASA - Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A.	180,000	180,000
Tecnicil - Sociedade Imobiliária de Construções, S.A.	200,000	150,000
IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A.	30,000	30,000
Cabo Verde Fast Ferry, S.A.	19,996	19,996
Câmara Municipal do Sal	14,000	15,000
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	6,668	6,668
Tecnicil Indústria, S.A.	6,193	6,193
Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda.	999	999
	<b>783,034</b>	<b>728,415</b>

The bonds issued by Electra – Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. and IFH – Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. are guaranteed by the State of Cape Verde.

As at December 31, 2011 and 2010, loans granted to customers, excluding "Other loans and receivables – debt securities" and its respective accrued interest, had the following structure by industry:

	2011								
	Central government and state companies			Companies and individuals			Total		
	Performing loans	Overdue loans	Total	Performing loans	Overdue loans	Total	Performing loans	Overdue loans	Total
<b>Companies</b>									
Agriculture, cattle breeding, hunting and forestry	-	-	-	5,019	-	5,019	5,019	-	5,019
Fishing	-	-	-	6,407	586	6,993	6,407	586	6,993
Mining industries	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Manufacturing industries									
Food, beverages and tobacco	129	-	129	192,467	18,129	210,596	192,596	18,129	210,725
Textiles	-	-	-	2,032	584	2,616	2,032	584	2,616
Chemical products and synthetic or artificial fibres	-	-	-	232	178	410	232	178	410
Basic metallurgy and metallic products	-	-	-	1,291	839	2,130	1,291	839	2,130
Miscellaneous manufacturing industries	-	-	-	171,393	2,469	173,862	171,393	2,469	173,862
Electricity, water and gas	-	-	-	18,439	151	18,590	18,439	151	18,590
Building	47,117	-	47,117	1,867,488	49,046	1,916,534	1,914,605	49,046	1,963,651
Wholesale/retail trade and repair of cars, motorcycles and personal and domestic goods	-	-	-	639,696	14,977	654,673	639,696	14,977	654,673
Transports, warehousing and communications	100,090	-	100,090	407,659	531,453	939,112	507,749	531,453	1,039,202
Restaurants and hotels	-	-	-	369,570	283,188	652,758	369,570	283,188	652,758
Information and communications activities	-	-	-	142,876	4,172	147,048	142,876	4,172	147,048
Financial activities	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Real estate and estate agencies									
Real estate activities	-	-	-	895,393	327,081	1,222,474	895,393	327,081	1,222,474
Administrative and backup activities	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Public administration, defense and mandatory social security	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Education	-	-	-	121,657	19	121,676	121,657	19	121,676
Healthcare and welfare	-	-	-	50,614	5,546	56,160	50,614	5,546	56,160
Other activities and social and personal services	343,528	7	343,535	1,799,651	276,561	2,076,212	2,143,179	276,568	2,419,747
Families with domestic employees	-	-	-	14,346	601	14,947	14,346	601	14,947
International organizations and other extraterritorial institutes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>490,864</b>	<b>7</b>	<b>490,871</b>	<b>6,706,230</b>	<b>1,515,580</b>	<b>8,221,810</b>	<b>7,197,094</b>	<b>1,515,587</b>	<b>8,712,681</b>
<b>Individuals</b>									
Mortgages	-	-	-	2,190,259	231,367	2,421,626	2,190,259	231,367	2,421,626
Other	-	-	-	1,824,248	164,909	1,989,157	1,824,248	164,909	1,989,157
	<b>490,864</b>	<b>7</b>	<b>490,871</b>	<b>10,720,737</b>	<b>1,911,856</b>	<b>12,632,593</b>	<b>11,211,601</b>	<b>1,911,863</b>	<b>13,123,464</b>

## NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS AS AT DECEMBER 31, 2011

(Translation of Notes originally issued in Portuguese – Note 36)

(Amounts expressed in thousands of Cape Verde Escudos – tCve.)

	2010								
	Central government			Companies and individuals			Total		
	Performing loans	Overdue loans	Total	Performing loans	Overdue loans	Total	Performing loans	Overdue loans	Total
<b>Companies</b>									
Agriculture, cattle breeding, hunting and forestry	-	-	-	16,828	-	16,828	16,828	-	16,828
Fishing	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mining industries	-	-	-	20,913	-	20,913	20,913	-	20,913
<b>Manufacturing industries</b>									
Food, beverages and tobacco	-	-	-	260,195	10,154	270,349	260,195	10,154	270,349
Textiles	-	-	-	2,498	883	3,381	2,498	883	3,381
Chemical products and synthetic or artificial fibres	-	-	-	198	1,823	2,021	198	1,823	2,021
Basic metallurgy and metallic products	-	-	-	2,943	905	3,848	2,943	905	3,848
Miscellaneous manufacturing industries	-	-	-	524,870	2,751	527,621	524,870	2,751	527,621
Electricity, water and gas	-	-	-	21,031	1,685	22,716	21,031	1,685	22,716
Building	-	-	-	1,519,780	55,696	1,575,476	1,519,780	55,696	1,575,476
Wholesale/retail trade and repair of cars, motorcycles and personal and domestic goods	-	-	-	656,391	48,267	704,658	656,391	48,267	704,658
Transports, warehousing and communications	32,893	-	32,893	830,474	6,857	837,331	863,367	6,857	870,224
Restaurants and hotels	-	-	-	550,881	45,745	596,626	550,881	45,745	596,626
Information and communications activities	-	-	-	166,838	2,565	169,403	166,838	2,565	169,403
Financial activities	-	-	-	32,392	2,104	34,496	32,392	2,104	34,496
<b>Real estate and estate agencies</b>									
Real estate activities	-	-	-	1,005,618	54,510	1,060,128	1,005,618	54,510	1,060,128
Administrative and backup activities	-	-	-	-	2,252	2,252	-	2,252	2,252
Education	-	-	-	128,802	170	128,972	128,802	170	128,972
Healthcare and welfare	-	-	-	34,868	-	34,868	34,868	-	34,868
Other activities and social and personal services	356,293	-	356,293	1,516,593	176,143	1,692,736	1,872,886	176,143	2,049,029
Families with domestic employees	-	-	-	16,606	-	16,606	16,606	-	16,606
International organizations and other extraterritorial institutes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>389,186</b>	<b>-</b>	<b>389,186</b>	<b>7,308,719</b>	<b>412,510</b>	<b>7,721,229</b>	<b>7,697,905</b>	<b>412,510</b>	<b>8,110,415</b>
<b>Individuals</b>									
Mortgages	-	-	-	1,939,348	168,777	2,108,125	1,939,348	168,777	2,108,125
Other	-	-	-	1,426,091	127,686	1,553,777	1,426,091	127,686	1,553,777
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3,365,439</b>	<b>296,463</b>	<b>3,661,902</b>	<b>3,365,439</b>	<b>296,463</b>	<b>3,661,902</b>
	<b>389,186</b>	<b>-</b>	<b>389,186</b>	<b>10,674,158</b>	<b>708,973</b>	<b>11,383,131</b>	<b>11,063,344</b>	<b>708,973</b>	<b>11,772,317</b>

9. NON-CURRENT ASSETS HELD FOR SALE

As at December 31, 2011 this balance was made up of two lands and one property received as settlement of non-performing loans.

10. OTHER TANGIBLE ASSETS

The movements in the caption "Other tangible assets" in 2011 and 2010 were as follows:

Description	2011								
	Balance as at 12/31/2010				2011				Netbook value as at 31/12/2011
	Gross Value	Accumulated depreciation and impairment losses	Additions	Transfers	Sales and Write-offs	Depreciation for the year	Others		
<b>Premises for own use</b>									
Land	38,733	-	-	-	-	-	-	38,733	
Buildings	76,637	(44,195)	27,360	9,096	-	(1,530)	-	67,368	
Leasehold improvements	272,859	(165,247)	-	(7,960)	-	(14,641)	-	85,011	
	<b>388,229</b>	<b>(209,442)</b>	<b>27,360</b>	<b>1,136</b>	<b>-</b>	<b>(16,171)</b>	<b>-</b>	<b>191,112</b>	
<b>Equipment</b>									
Furniture and office equipment	43,283	(22,944)	896	(18)	-	(2,474)	-	18,743	
Machinery and tools	21,249	(14,477)	1,396	18	-	(1,943)	-	6,243	
Hardware	212,326	(178,698)	30,408	2,364	-	(24,544)	-	41,856	
Indoor facilities	12,575	(8,772)	825	-	-	(1,044)	-	3,584	
Transport equipment	53,669	(29,997)	13,300	-	-	(12,079)	-	24,893	
Security equipment	11,486	(8,004)	53	-	-	(894)	-	2,641	
Other equipment	25,351	(15,393)	5,050	-	(214)	(3,183)	-	11,611	
Other tangible assets	157	(71)	-	-	-	(16)	-	70	
	<b>380,096</b>	<b>(278,356)</b>	<b>51,928</b>	<b>2,364</b>	<b>(214)</b>	<b>(46,177)</b>	<b>-</b>	<b>109,641</b>	
<b>Tangible assets in progress</b>									
Leasehold improvements	691	-	1,796	(1,136)	-	-	-	1,351	
Equipment	6,294	(3,011)	3,076	(2,364)	-	-	(918)	3,077	
	<b>6,985</b>	<b>(3,011)</b>	<b>4,872</b>	<b>(3,500)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(918)</b>	<b>4,428</b>	
	<b>775,310</b>	<b>(490,809)</b>	<b>84,160</b>	<b>-</b>	<b>(214)</b>	<b>(62,348)</b>	<b>(918)</b>	<b>305,181</b>	

## NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS AS AT DECEMBER 31, 2011

(Translation of Notes originally issued in Portuguese – Note 36)

(Amounts expressed in thousands of Cape Verde Escudos – tCve.)

Descrição	2010								
	Balance as at 12/31/2009				Transfers	Sales and Write-offs	Depreciation for the year	Others	Net book value as at 31/12/2010
	Gross Value	Accumulated depreciation and impairment losses	Additions						
Premises for own use									
· Land	2,056	-	36,449	-	-	-	228	38,733	
· Buildings	71,000	(42,946)	-	-	-	(1,249)	5,637	32,442	
Leasehold improvements	233,572	(150,681)	2,705	37,213	(512)	(14,685)	-	107,612	
	<u>306,628</u>	<u>(193,627)</u>	<u>39,154</u>	<u>37,213</u>	<u>(512)</u>	<u>(15,934)</u>	<u>5,865</u>	<u>178,787</u>	
Equipment									
· Furniture and office equipment	41,291	(20,210)	1,992	-	-	(2,734)	-	20,339	
· Machinery and tools	19,080	(12,534)	2,169	-	-	(1,943)	-	6,772	
· Hardware	203,900	(153,080)	8,426	-	-	(25,618)	-	33,628	
· Indoor facilities	12,044	(7,745)	531	-	-	(1,027)	-	3,803	
· Transport equipment	49,219	(21,005)	4,448	-	-	(8,990)	-	23,672	
· Security equipment	9,172	(7,317)	2,314	-	-	(687)	-	3,482	
· Other equipment	23,532	(14,744)	4,232	-	(257)	(2,805)	-	9,958	
Other tangible assets	157	(55)	-	-	-	(16)	-	86	
	<u>358,395</u>	<u>(236,690)</u>	<u>24,112</u>	<u>-</u>	<u>(257)</u>	<u>(43,820)</u>	<u>-</u>	<u>101,740</u>	
Tangible assets in progress									
· Leasehold improvements	35,624	-	3,994	(37,213)	(1,714)	-	-	691	
· Equipment	3,748	(3,011)	2,546	-	-	-	-	3,283	
	<u>39,372</u>	<u>(3,011)</u>	<u>6,540</u>	<u>(37,213)</u>	<u>(1,714)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3,974</u>	
	<u>704,395</u>	<u>(433,328)</u>	<u>69,806</u>	<u>-</u>	<u>(2,483)</u>	<u>(59,754)</u>	<u>5,865</u>	<u>284,501</u>	

As at December 31, 2011 and 2010, the caption "Tangible assets in progress – Equipment" includes tCve. 3,929 and tCve. 3,011 related to the purchase of an ATM equipment with access to the Bank's website. However, the project was not completed due to financial difficulties of the equipment supplier, having the Bank recognized impairment by that amount (Note 18).

In the transition to IFRS, the Bank has recorded a negative adjustment in equity of tCve. 17,724, resulting from impairment losses on a premise for own use, based on an independent external appraisal. As at December 31, 2011 and 2010, the impairment recorded for that property amounts to tCve. 13,743 (Note 18).

11. INTANGIBLE ASSETS

The movements in this caption in 2011 and 2010 were as follows:

Description	Balance as at 12/31/2009				Balance as at 12/31/2010				Balance as at 12/31/2011	
	Gross Value	Accumulated Depreciation	Additions	Depreciation for the year	Gross Value	Accumulated Depreciation	Additions	Depreciation for the year	Gross Value	Accumulated Depreciation
Software	73,835	(69,545)	5,057	(3,670)	78,892	(73,215)	1,349	(3,167)	80,241	(76,382)

12. INVESTMENTS IN ASSOCIATES

As at December 31, 2011 and 2010, the balance of this caption is made up as follows:

Entity	% Stake	Acquisition cost	2011					2010				
			Bank's book value	Associate's assets	Associate's liabilities	Associate's total income	Associate's net income	Bank's book value	Associate's assets	Associate's liabilities	Associate's total income	Associate's net income
SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L.	10%	10,000	40,804	577,509	169,473	431,379	78,109	36,737	619,157	251,797	385,028	62,390

The Bank's participation in SISP was classified as investment in associates, despite its participation of only 10%, as the Bank is part of SISP's Board of Directors, which in the opinion of the Board of Directors gives it significant influence over the activity of SISP, thus this shareholding is under the scope of IAS 28 - Investments in Associates.

## NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS AS AT DECEMBER 31, 2011

(Translation of Notes originally issued in Portuguese – Note 36)

(Amounts expressed in thousands of Cape Verde Escudos – tCve.)

The movements in the book value of this participation in 2011 and 2010 and respective impact on the financial statements can be demonstrated as follows:

Balance as at December 31, 2009	34,816
Result from associates	5,068
Dividends received	(3,147)
Balance as at December 31, 2010	<u>36,737</u>
Result from associates	7,810
Dividends received	(3,743)
Balance as at December 31, 2011	<u><u>40,804</u></u>

13. INCOME TAX

The Bank is subject to Corporate Income Tax – *Imposto Único sobre os Rendimentos* (IUR) at the rate of 25% and a fire rate of 2% over the determined IUR, corresponding to an aggregate tax rate of 25.5%.

Income tax assets and liabilities as at December 31, 2011 and 2010 were as follows:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<u>Current tax assets</u>		
. Advance payments	29,079	5,437
<u>Current tax liabilities</u>		
. Income tax payable	-	(321)
	<u>29,079</u>	<u>5,116</u>
<u>Deferred tax assets</u>		
. Temporary deductible differences	23,123	29,313
<u>Deferred tax liabilities</u>		
. Temporary taxable differences	(11,363)	(4,797)
	<u>11,760</u>	<u>24,516</u>

The movements in deferred taxes in 2011 and 2010 were as follows:

	2011			
	Balance as at 12-31-2010	Change in		Balance as at 12-31-2011
		Equity	Profit or Loss	
<u>First-time adoption adjustments to IFRS</u>	30,979	-	(11,015)	19,967
<u>Movements with impact on equity</u>				
Measurement of available-for-sale financial assets (Note 21)	(6,463)	(1,744)	-	(8,207)
	<u>24,516</u>	<u>(1,744)</u>	<u>(11,015)</u>	<u>11,760</u>

## NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS AS AT DECEMBER 31, 2011

(Translation of Notes originally issued in Portuguese – Note 36)

(Amounts expressed in thousands of Cape Verde Escudos – tCve.)

	2010			Balance as at 12-31-2010
	Balance as at 12-31-2009	Change in		
		Equity	Profit or loss	
<u>First-time adoption adjustments to IFRS</u>	40,887	-	(9,908)	30,979
<u>Movements with impact on equity</u>				
Measurement of available-for-sale financial assets (Note 21)	(2,990)	(3,473)	-	(6,463)
	<u>37,897</u>	<u>(3,473)</u>	<u>(9,908)</u>	<u>24,516</u>

According to the Decree-Law No. 14/2010 dated April 26, the impacts of the transition to IFRS calculated with reference to January 1, 2008 with impact on equity, considered to be relevant for tax purposes under the IUR regulation, concur to the determination of the taxable income in equal parts over five years.

The reconciliation between the nominal tax rate and the effective tax rate for 2011 and 2010 is as follows:

	2011		2010	
	Rate	Tax	Rate	Tax
Income before taxes		131,755		140,305
Tax at the nominal rate	25.5%	33,598	25.5%	35,778
Tax benefits				
. Income from government bonds placed in the secondary market	(14.36%)	(18,915)	(15.54%)	(21,809)
. Dividends	(3.80%)	(5,002)	(1.62%)	(2,270)
. Others	1.01%	1,331	(1.05%)	(1,470)
Corporate income tax	<u>8.4%</u>	<u>11,012</u>	<u>7.3%</u>	<u>10,229</u>

Under the current legislation, interest income from securities issued by the Treasury of Cape Verde that have been placed in the secondary market is not taxable. In the years ended December 31, 2011 and 2010, this income amounts to tCve. 74,178 and tCve. 85,524, respectively.

In September 2010, the Bank was notified by the Tax Authorities (“Direcção Geral de Contribuições e Impostos – DGCI”) of an additional settlement in the amount of tCve. 6,601 related to corrections to the income tax of 2009. On September 30, 2010, the Bank has paid out the additional amount and challenged the payment of tCve. 853, currently awaiting for the completion of the process by DGCI.

Under the General Tax Code (“Código Geral Tributário”) approved by the Law No. 37/IV/92, the tax authorities may review the tax situation of the Bank for a period of five years. Due to different interpretations of tax legislation, such reviews may result in possible corrections of the taxable income. However, the Bank’s Board of Directors believes that any correction will not have a significant effect on the financial statements as at December 31, 2011.

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS AS AT DECEMBER 31, 2011  
 (Translation of Notes originally issued in Portuguese – Note 36)  
 (Amounts expressed in thousands of Cape Verde Escudos – tCve.)

14. OTHER ASSETS

This caption is made up as follows:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Debtors and other applications		
· Receivables from the Group	8,807	7,659
· Receivable credit subsidies from the state of Cape Verde	6,387	5,690
· Others	373	1,976
Other assets		
· Art portfolio	606	606
Accrued income		
· Other	2,525	4,320
Deferred costs		
· Other administrative costs	6,084	3,618
Operations pending to be settled		
· Cheques pending to be cleared	3,529	2,310
· Other	1,866	1,645
	<u>30,177</u>	<u>27,824</u>
Impairment on other assets (Note 18)	(4,869)	(3,684)
	<u>25,308</u>	<u>24,140</u>

15. RESOURCES OF OTHER CREDIT INSTITUTIONS

This caption is made up as follows:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Resources of domestic credit institutions		
· Loans from insurance companies		
Garantia Companhia Seg Cabo Verde, S.A.	78,010	-
Protege Correctora Seguros	6,000	-
	<u>84,010</u>	<u>-</u>
Resources of foreign credit institutions		
· Overdrafts:		
Caixa Geral de Depósitos	1,388,792	32,425
ECV - Serviços Financeiros, S.A.	5,061	1
Unicre - Instituição de Crédito, S.A.	1,840	-
	<u>1,395,693</u>	<u>32,426</u>
· Loans		
Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) - Euros	98,182	109,091
Caixa Geral de Depósitos - Euros	93,331	72,808
Banque Européenne d'Investissement (BEI) - Euros	-	105,104
	<u>191,513</u>	<u>287,003</u>
Accrued interest	3,957	3,063
	<u>1,675,173</u>	<u>322,492</u>

## NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS AS AT DECEMBER 31, 2011

(Translation of Notes originally issued in Portuguese – Note 36)

(Amounts expressed in thousands of Cape Verde Escudos – tCve.)

As at December 31, 2011 and 2010, the balance of the caption "Resources of foreign credit institutions" includes tCve. 1,388,792 related to a credit line obtained from Caixa Geral de Depósitos up to the limit of tCve. 7,500.

In 2004, the Bank has entered into a credit line from BEI up to 5,000,000 Euros (tCve. 551,325), to be repaid in 5 years starting on April 30, 2007. This loan bears interest at the annual rate of 3%.

On October 14, 2005, the Bank, Banco Comercial do Atlântico, Caixa Económica de Cabo Verde and Banco Caboverdiano de Negócios have entered into a credit line from the French Development Agency up to 5,000,000 Euros, to support economic and social development projects of the municipalities. This line will be repaid in 10 years, starting on January 31, 2010, in half yearly installments of principal and interest. This loan bears interest at a rate indexed to the 6 month Euribor. As at December 31, 2010, the amount used by the Bank amounted to 989,352 Euros (tCve. 109,091). During 2011, the Bank repaid capital in the amount of 98,935 Euros (tCve. 10,909).

As at October 14, 2005, the Bank entered into a credit line with Caixa Geral de Depósitos up to 5,000,000 Euros (tCve. 551,325), for one year, renewable for equal periods. This loan bears interest at a rate indexed to the 6 month Euribor. As at December 31 2011 and 2010, the amount used was tCve. 93,331 and tCve. 72,808, respectively.

In 2011, the deposits made by insurance companies were reclassified to "Resources from other credit institutions", which until 2010 were classified as "Resources of customers and others".

16. RESOURCES OF CUSTOMERS AND OTHERS

This caption is made up as follows:

	2011	2010
Saving deposits		
· Youngsters's savings	159,905	156,095
Demand deposits		
· Residents	4,092,456	4,867,817
· Non-residents	783,110	804,905
· Emigrants	476,941	424,234
	<u>5,352,507</u>	<u>6,096,956</u>
Term deposits		
· Residents	4,155,735	5,482,905
· Emigrants	2,115,867	1,873,262
· Non-residents	874,854	596,835
	<u>7,146,456</u>	<u>7,953,002</u>
Securities sold with repurchase agreement (Note 7)		
· Treasury bonds	1,087,500	1,210,356
Other resources		
· Cheques and orders payable	15,075	4,837
	<u>13,761,443</u>	<u>15,421,246</u>
Accrued interest	141,112	153,088
	<u>13,902,555</u>	<u>15,574,334</u>

As at December 31, 2011 and 2010, demand deposits do not earn any interest, except in specific circumstances defined in accordance with the Bank's Board of Directors guidelines.

## NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS AS AT DECEMBER 31, 2011

(Translation of Notes originally issued in Portuguese – Note 36)

(Amounts expressed in thousands of Cape Verde Escudos – tCve.)

17. OTHER SUBORDINATED LIABILITIES

In 2008, the Bank issued 100,000 bonds with a nominal value of 5,000 Cape Verde Escudos each. This loan had a 6 year term and bore interest at 6 month Euribor added up from a spread of 0.9%. The reimbursement would be made bullet at maturity (July 8, 2014). However, there was the option of early redemption one year after of the issue date, and every six months thereafter, upon payment of a premium of 0.5% on the nominal value of the bonds to be amortized.

On July 30, 2009, the Bank announced on the Stock Exchange of Cape Verde the following changes to this debt security:

- Change of the interest rate as from the 3<sup>rd</sup> coupon (inclusive):
  - interest rate of 6% during a 4-year period, starting on July 8, 2009;
  - interest rate equal to the interest rate of the last issue of five year Treasury bonds before the review of the interest rate (July 8, 2013), added up from 0.5%, for the last five years, beginning on July 8, 2013 to July 8, 2018;
- Extension of the term to 10 years counting from July 2008, maintaining the early redemption option as described above.

As at December 31, 2011 and 2010, the accrued interest payable amounted to tCve. 14,348 and tCve. 14,194, respectively.

18. IMPAIRMENT

The movements in impairment in 2011 and 2010 were as follows:

	2011				
	Balance as at 12/31/2010	Net impairment loss	Write-offs	Balance as at 12/31/2011	Recoveries
<u>Impairment</u>					
Loan impairment (Note 8)	744,580	268,676	(519)	1,012,737	(3,360)
Impairment on available-for-sale financial assets (Note 5)	40,082	-	-	40,082	
	<u>784,662</u>	<u>268,676</u>	<u>(519)</u>	<u>1,052,819</u>	
Impairment on other tangible assets (Note 10)	16,754	918	-	17,672	
Impairment on other assets (Note 14)	3,684	1,185	-	4,869	
	<u>20,438</u>	<u>2,103</u>	<u>-</u>	<u>22,541</u>	
	<u>805,100</u>	<u>270,779</u>	<u>(519)</u>	<u>1,075,360</u>	
	2010				
	Balance as at 12/31/2009	Net impairment loss	Write-offs	Balance as at 12/31/2010	Recoveries
<u>Impairment</u>					
Loan impairment (Note 8)	585,715	184,336	(25,471)	744,580	(19,472)
Impairment on available-for-sale financial assets (Note 5)	40,082	-	-	40,082	
	<u>625,797</u>	<u>184,336</u>	<u>(25,471)</u>	<u>784,662</u>	
Impairment on other tangible assets (Note 10)	16,754	-	-	16,754	
Impairment on other assets (Note 14)	15,910	(12,226)	-	3,684	
	<u>32,664</u>	<u>(12,226)</u>	<u>-</u>	<u>20,438</u>	
	<u>658,461</u>	<u>172,110</u>	<u>(25,471)</u>	<u>805,100</u>	

## NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS AS AT DECEMBER 31, 2011

(Translation of Notes originally issued in Portuguese – Note 36)

(Amounts expressed in thousands of Cape Verde Escudos – tCve.)

19. OTHER LIABILITIES

This caption is made up as follows:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Sundry creditors		
Other creditors - transactions pending to be settled	116,734	136,730
Other resources		
. Escrow account	62,504	75,787
Administrative Public Sector		
. Withheld income taxes	15,006	12,522
. Social security	2,441	2,359
. Value added tax (VAT) payable	316	457
Collections on behalf of third parties	304	438
Other	242	203
	<u>197,547</u>	<u>228,496</u>
Accrued costs		
Administrative	19,870	33,957
Productivity bonuses	17,862	17,000
Holiday subsidy	1,588	-
Available holidays	10,039	1,822
	<u>49,359</u>	<u>52,779</u>
Deferred income		
Cards annuities	11,996	9,349
Off balance sheet operations	4,139	4,630
Documentary credits	1,427	16,945
Other	338	338
	<u>17,900</u>	<u>31,262</u>
Other liabilities pending to be cleared	51,338	50,010
	<u>316,144</u>	<u>362,547</u>

As at December 31, 2011 and 2010, the balance of caption "Other creditors – transactions pending to be settled" corresponds to transactions that were credited in the clients' accounts in early 2011 and 2010, respectively.

As at December 31, 2011 and 2010, the caption "Other liabilities pending to be cleared" includes amounts payable related to operations on the ATMs managed by SISP – Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamento, S.A.R.L. in the amount of tCve. 26,830 and tCve. 24,891, respectively.

As at December 31, 2011, the caption "Accrued costs – Holiday subsidy" is the holiday pay accrual for the year 2011, related to the employees hired by the Bank after August 2009, which payment will occur in January 2012 only.

20. SHARE CAPITAL

The Bank's shareholders General Meeting on January 25, 2010 approved a share capital increase in the amount of tCve. 400.000 through the issue of 40,000 shares with a nominal value of ten thousand Cape Verde escudos each, fully paid up. The Bank has incurred on expenses related to this share capital increase in the amount of tCve. 2,091, which were directly recorded in shareholders' Equity, according with IAS 32.

## NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS AS AT DECEMBER 31, 2011

(Translation of Notes originally issued in Portuguese – Note 36)

(Amounts expressed in thousands of Cape Verde Escudos – tCve.)

Consequently, as at December 31, 2011 the Bank's capital was represented by 100,000 shares with a nominal value of tCve. 10 each, fully subscribed for and paid up by the following shareholders:

Entity	Number of shares	%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	70,000	70.00%
Empreitel Figueiredo, S.A.R.L.	11,110	11.11%
Sita, S.A.R.L.	5,447	5.45%
Edmundo R. Barbosa & Filhos, Lda.	2,782	2.78%
Adega, S.A.R.L.	3,797	3.80%
Pedro José Sapinho Rodrigues Pires	1,545	1.55%
Others	5,319	5.31%
	100,000	100.00%

21. RESERVES, RETAINED EARNINGS AND NET INCOME FOR THE YEAR

As at December 31, 2011 and 2010, the headings reserves and retained earnings comprise the following:

	2011	2010
Share premium	388	388
Fair value reserve		
· Available-for-sale financial assets (Note 5)	32,173	23,341
· Deferred taxes (Note 13)	(8,207)	(6,463)
	23,966	16,878
Other reserves and retained earnings		
· Legal reserve	111,038	98,030
· Other reserves	449,215	397,186
· Retained earnings	(146,396)	(146,396)
	413,857	348,820
Net income for the year	120,743	130,074
	558,954	496,160

Fair value reserve

The “Fair value reserve” reflects the unrealized capital gains and losses arising out from the available-for-sale financial assets, net of the corresponding tax effect.

Legal reserve

Under the legislation in force in Cape Verde (Law No. 3/V/96), at least 10% of annual net income shall be allocated to the legal reserve. This reserve is not distributable except in case of liquidation of the Bank and may be used to increase the share capital or cover up losses, after all other reserves are used.

## NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS AS AT DECEMBER 31, 2011

(Translation of Notes originally issued in Portuguese – Note 36)

(Amounts expressed in thousands of Cape Verde Escudos – tCve.)

22. INTEREST AND SIMILAR INCOME

This caption is made up as follows:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Interest on loans to customers		
· Domestic credit	801,107	728,982
· Foreign credit	57,905	49,487
· Overdue credit	117,029	71,739
· Credit to employees	7,672	6,748
· Other loans and receivables - debt securities		
Debt securities		
From national public issuers		
· Treasury Bonds	97,374	99,424
· Treasury Bills	108	1,037
From other residents	45,049	39,204
Interest on loans and advances to other credit institutions		
· Foreign	186	520
· Domestic	22,781	38,005
Interest on cash equivalents	278	219
Commissions received related to amortized cost	73,361	67,727
	<u>1,222,850</u>	<u>1,103,092</u>

In 2011 and 2010, interest on Treasury bonds and Treasury bills placed on the secondary market amounted to tCve. 74,178 and tCve. 85,524, respectively (Note 23).

In 2011 and 2010, the caption "Interest on loans to customers – Overdue credit" includes tCve. 103,881 and tCve. 61,615, respectively, related to interest that has been written-off in previous years.

23. INTEREST AND SIMILAR EXPENSE

This caption is made up as follows:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Interest on deposits		
· Saving deposits		
Youngsters' savings	6,655	6,038
· Demand deposits		
Residents	24,925	22,608
· Term deposits		
Residents	248,387	200,782
Emigrants	104,345	82,392
Non-residents	45,120	23,724
Interest on subordinated liabilities	30,154	29,860
Interest on loans		
· Bank of Cape Verde	700	-
· Residents	2,655	-
· Non-residents	9,721	10,707
Interest on other creditors and resources		
· From sale operations with repurchase agreement		
Treasury Bonds	74,178	85,506
Treasury Bills	-	18
Other interest and similar costs	7,769	6,444
Commissions paid related to amortized cost	131	85
	<u>554,740</u>	<u>468,164</u>

## NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS AS AT DECEMBER 31, 2011

(Translation of Notes originally issued in Portuguese – Note 36)

(Amounts expressed in thousands of Cape Verde Escudos – tCve.)

24. INCOME FROM EQUITY INSTRUMENTS

This caption fully corresponds to dividends received by the Bank, and is made up as follows:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Income from available-for-sale financial assets		
Issued by residents		
. Banco Comercial do Atlântico, S.A.	17,500	5,947
. Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.	1,100	1,979
. Sociedade Caboverdiana de Tabacos, S.A.	974	974
. VISA International Service Association	40	-
	<u>19,614</u>	<u>8,900</u>

25. FEEES AND COMMISSIONS INCOME AND EXPENSE

This caption is made up as follows:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<u>Income from services rendered and commissions</u>		
Operations on financial instruments	57,951	40,727
Services rendered		
. Commissions on card annuities	33,424	32,888
. Commissions on the issuance of cheques	13,149	11,921
	<u>46,573</u>	<u>44,809</u>
Guarantees given		
. Documentary credits	21,741	20,609
. Guarantees and sureties given	19,236	16,073
	<u>40,977</u>	<u>36,682</u>
Other commissions	2,456	2,648
	<u>147,957</u>	<u>124,866</u>
 <u>Fees and commissions expense</u>		
Guarantees received		
. Guarantees and sureties	1,050	1,338
. Open documentary credits	-	58
	<u>1,050</u>	<u>1,396</u>
Commitments assumed by third parties		
. Irrevocable credit lines	-	276
Banking services rendered by third parties		
. VISA commissions	14,233	14,488
. Other commissions	10,815	18,801
	<u>25,048</u>	<u>33,289</u>
	<u>26,098</u>	<u>34,961</u>

## NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS AS AT DECEMBER 31, 2011

(Translation of Notes originally issued in Portuguese – Note 36)

(Amounts expressed in thousands of Cape Verde Escudos – tCve.)

26. RESULT OF FOREIGN EXCHANGE OPERATIONS

This caption is made up as follows:

	2011			2010		
	Gains	Losses	Total	Gains	Losses	Total
Gains and losses on foreign currency	29,352	(13,951)	15,401	27,214	(15,442)	11,772
Gains and losses on cash	43,627	(7,763)	35,864	50,368	(21,263)	29,105
	<u>72,979</u>	<u>(21,714)</u>	<u>51,265</u>	<u>77,582</u>	<u>(36,705)</u>	<u>40,877</u>

27. RESULT ARISING OUT FROM THE SALE OF OTHER ASSETS

In 2011 and 2010, this caption respects to the gains on sale of other tangible assets, in the amount of tCve. 131 and tCve 182, respectively.

28. OTHER NET OPERATING INCOME

This caption is made up as follows:

	2011	2010
<u>Other operation income</u>		
Rendering of miscellaneous services:		
· Servicing fare	44,904	37,981
· Credit cards	23,408	20,207
· Other	9,318	2,874
Reimbursement of expenses	190	199
Other	668	603
	<u>78,488</u>	<u>61,864</u>
<u>Other operating expenses</u>		
Other taxes	(4,580)	(4,020)
Donations and subscriptions	(3,115)	(5,219)
Other	(15,341)	(12,343)
	<u>(23,036)</u>	<u>(21,582)</u>
	<u>55,452</u>	<u>40,282</u>

As at December 31, 2011 and 2010, the caption “Other operating expenses – other” includes the amounts of tCve. 13,429 and tCve. 9,165, respectively, related to fees charged by CGD on each transfer made abroad by customers of the Bank. This commission is charged to the Bank at the time the transfer is made by CGD and is subsequently charged by the Bank to its clients. The commissions charged to customers are recorded under “Other operating income – rendering of miscellaneous services – other” amounting to tCve. 8,980 and tCve. 2,519, as at December 31, 2011 and 2010, respectively.

29. PERSONNEL COSTS

This caption is made up as follows:

	2011	2010
Remuneration of management and supervisory bodies	24,677	24,677
Remuneration of staff	135,731	124,591
Mandatory social charges	20,220	19,211
Productivity bonuses	14,630	20,053
Other	13,282	1,805
	<u>208,540</u>	<u>190,337</u>

As at December 31, 2011 and 2010, the number of staff employed by the Bank, distributed by the respective professional categories, was as follows:

## NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS AS AT DECEMBER 31, 2011

(Translation of Notes originally issued in Portuguese – Note 36)

(Amounts expressed in thousands of Cape Verde Escudos – tCve.)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Executive directors	5	5
Branch coordinators	2	8
Managers	36	17
Administrative staff	65	63
Support staff	5	6
	<u>113</u>	<u>99</u>

As at December 31, 2011 and 2010, the figures presented above include 56 employees with term contracts.

30. OTHER ADMINISTRATIVE EXPENSES

This caption is made up as follows:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Specialized services		
· Specialized services - SISP	37,209	32,440
· IT services	30,534	32,854
· Security and surveillance	18,387	17,239
· Other specialized services	14,072	12,765
· Hygiene and cleaning	7,221	7,182
· Audit services	4,514	4,280
· Maintenance services	3,306	3,081
· Professional fees	2,744	15,528
Rents and leasings	28,342	27,807
Advertising and publications	25,961	37,026
Water, energy and fuel	23,286	20,733
Communications and postage	16,619	18,681
Standard forms and office supplies	12,234	10,900
Travel, lodging and representation expenses	8,835	7,139
Insurance	5,270	6,268
Maintenance and repairs	4,587	4,579
Transportation	3,452	3,429
Training	3,361	10,145
Other	1,066	1,364
	<u>251,000</u>	<u>273,440</u>

## NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS AS AT DECEMBER 31, 2011

(Translation of Notes originally issued in Portuguese – Note 36)

(Amounts expressed in thousands of Cape Verde Escudos – tCve.)

31. CONTINGENT LIABILITIES AND COMMITMENTS

The contingent liabilities and commitments related to the banking activity are reflected in the off-balance sheet captions and are made up as follows:

	2011	2010
<u>Contingent liabilities</u>		
. Guarantees and sureties given	1,203,187	1,479,538
. Open documentary credits	2,459,624	2,478,017
	<u>3,662,811</u>	<u>3,957,555</u>
Deposit and custody of securities	1,778,051	1,813,562
	<u>5,440,862</u>	<u>5,771,117</u>

32. SEGMENT REPORTING

The Board of Directors prepares on an annual basis segment information for reporting purposes to the consolidated accounts of Caixa Geral de Depósitos. Operating segments defined for this report are the following:

- Trading and sales - comprises banking activity relating to the management of the securities portfolio, management of issued debt instruments, money and foreign exchange markets operations, repo and security loan operations and wholesale brokerage. Loans and advances to other credit institutions are also included in this segment;
- Commercial banking - includes the granting of loans and resources catchment from large companies and small and medium companies. This segment also includes loans, current accounts, investment project financing, discounting bills, factoring, equipment and property leasing, syndicated loans underwriting, as well as loans to the Public sector;
- Retail banking - comprises banking operations with individuals, self-employed customers and micro-companies. This segment also includes consumer finance, mortgage lending, credit cards, deposits taken from private customers and international money transfers.

As at December 31, 2011 and 2010, the financial statements by operating segments are as follows:

	2011			
	Trading and sales	Commercial banking	Retail banking	
Interest and similar income	196,516	733,822	292,512	1,222,850
Interest and similar expense	(51,130)	(151,431)	(352,179)	(554,740)
<b>NET INTEREST INCOME</b>	<u>145,386</u>	<u>582,391</u>	<u>(59,667)</u>	<u>668,110</u>
Income from equity instruments	-	19,614	-	19,614
Fees and commissions income	2,037	116,017	29,903	147,957
Fees and commissions expense	(1,371)	(7,435)	(17,292)	(26,098)
Result of available-for-sale financial assets	-	(9)	-	(9)
Result of foreign exchange operations	-	36,657	14,608	51,265
Result arising out from the sale of other assets	-	131	-	131
Other net operating income	-	39,646	15,806	55,452
<b>NET INCOME FROM BANKING ACTIVITIES</b>	<u>146,052</u>	<u>787,012</u>	<u>(16,642)</u>	<u>916,422</u>
Other income and costs				(795,679)
<b>Net income for the year</b>				<u><u>120,743</u></u>
Cash and cash equivalents at central banks	2,215,700	-	-	2,215,700
Cash balances at other credit institutions	156,673	-	-	156,673
Available-for-sale financial assets	343,532	-	-	343,532
Loans and advances to credit institutions	274,348	-	-	274,348
Government bonds	1,715,870	-	-	1,715,870
Loans and advances to customers	-	8,670,882	4,156,718	12,827,600
Resources of other credit institutions	1,675,173	-	-	1,675,173
Resources of customers and others	-	4,180,375	9,722,180	13,902,555
Other subordinated liabilities	514,017	-	-	514,017

## NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS AS AT DECEMBER 31, 2011

(Translation of Notes originally issued in Portuguese – Note 36)

(Amounts expressed in thousands of Cape Verde Escudos – tCve.)

	2010			
	Trading and sales	Commercial banking	Retail banking	Total
Interest and similar income	139,206	678,063	285,823	1,103,092
Interest and similar expense	(10,707)	(281,078)	(176,379)	(468,164)
<b>NET INTEREST INCOME</b>	<b>128,499</b>	<b>396,985</b>	<b>109,444</b>	<b>634,928</b>
Income from equity instruments	-	8,900	-	8,900
Fees and commissions income	1,699	96,416	26,751	124,866
Fees and commissions expense	(1,338)	(18,887)	(14,736)	(34,961)
Result of foreign exchange operations	-	22,794	18,083	40,877
Result arising out from the sale of other assets	-	-	182	182
Other net operating income	-	22,562	17,720	40,282
<b>NET INCOME FROM BANKING ACTIVITIES</b>	<b>128,860</b>	<b>528,770</b>	<b>157,444</b>	<b>815,074</b>
Other income and costs				(685,000)
<b>Net income for the year</b>				<b>130,074</b>
Cash and cash equivalents at central banks	3,210,399	-	-	3,210,399
Cash balances at other credit institutions	152,402	-	-	152,402
Available-for-sale financial assets	317,996	-	-	317,996
Loans and advances to credit institutions	629,204	-	-	629,204
Government bonds	1,895,836	-	-	1,895,836
Loans and advances to customers	-	8,295,162	3,387,671	11,682,833
Resources of other credit institutions	322,492	-	-	322,492
Resources of customers and others	-	9,115,265	6,459,069	15,574,334
Other subordinated liabilities	513,823	-	-	513,823

33. RELATED PARTIES

All companies controlled by the Caixa Geral de Depósitos Group and associated companies are considered to be related parties of the Bank.

The Bank's financial statements as at December 31, 2011 and 2010 include the following balances and transactions with related parties, excluding corporate bodies:

	2011					
	Caixa Geral de Depósitos Group					
	Banco					Associate Companies
	CGD	Comercial do Atlântico	Promotora	Garantia	Promoleasing	
<b>Assets:</b>						
Cash balances at other credit institutions	2,711	15,378	-	-	-	-
Loans and advances to credit institutions	25,989	-	-	-	-	-
Government bonds	-	-	-	-	-	-
Available-for-sale financial assets	-	265,385	15,307	79,999	5,250	-
Loans and advances to customers	-	6,686	-	-	-	6,962
Impairment	-	10,011	1,880	28,192	-	499
Other assets	218	4,633	-	18	-	44,130
<b>Liabilities</b>						
Resources of other credit institutions	1,388,792	-	-	106,858	-	-
Resources of customers and others	-	-	47,491	-	-	26,938
<b>Off-balance sheet</b>						
Guarantees given	-	-	-	-	-	25,627
Other liabilities	-	338	-	-	-	3,563
<b>Income:</b>						
Interest and similar income	261	383	-	-	-	643
Fees and commissions income	-	17,500	-	1,100	-	31,716
<b>Costs:</b>						
Interest and similar expense	1,361	-	2,737	3,124	-	-
Other operating costs	-	-	-	6,007	-	37,950

## NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS AS AT DECEMBER 31, 2011

(Translation of Notes originally issued in Portuguese – Note 36)

(Amounts expressed in thousands of Cape Verde Escudos – tCve.)

	2010					
	Caixa Geral de Depósitos Group					
	Banco					Associate
	CGD	do Atlântico	Promotora	Garantia	Promoleasing	Companies
<b>Assets:</b>						
Cash balances at other credit institutions	-	15,378	-	-	-	-
Loans and advances to credit institutions	21,614	-	-	-	-	-
Government bonds	-	-	-	-	-	-
Available-for-sale financial assets	-	255,375	15,307	79,478	5,250	-
Loans and advances to customers	-	6,668	-	-	-	11,500
Impairment	-	10,011	1,880	28,191	-	733
Other assets	1,859	12,621	12	1,132	-	37,873
<b>Liabilities</b>						
Resources of other credit institutions	289,163	-	-	-	-	-
Resources of customers and others	-	-	47,289	47,471	-	13,537
<b>Income:</b>						
Interest and similar income	721	12	-	-	-	1,578
Fees and commissions income	-	5,947	-	1,987	-	24,723
<b>Costs:</b>						
Interest and similar expense	2,743	-	2,743	3,441	-	-
Other operating costs	-	8,085	1,380	-	-	32,440

Transactions with related parties are arm's length transactions.

#### Board of Directors

In 2011 costs incurred with the remuneration and other benefits of the Bank's Boards of Directors amounted to tCve. 25,147 (tCve. 27,556 in 2010).

As at December 31, 2010, the loans granted to members of the Board of Directors amounted to tCve. 1,219. As at December 31, 2011 there was no credit granted to the members of the Board of Directors.

### 34. DISCLOSURES RELATING TO FINANCIAL INSTRUMENTS

#### Management policies on financial risks regarding the Bank's activity

Risk limits and authorized exposure levels are defined and approved by the Board of Directors taking into account the overall strategy of the Bank and its market position.

#### Foreign exchange risk

As a result of the fixed exchange rate between the Cape Verde Escudo and the Euro (110.265 / 1 Euro), resulting from the convertibility agreement between Cape Verde and Portugal, the Euro is not considered as foreign exchange position under Bank of Cape Verde's current regulations and those that are to be issued.

The Bank maintains a neutral currency position in U.S. Dollars and virtually no position in other currencies, as those arise from small transactions related to tourism only.

#### Liquidity risk

The Bank's liquidity management is monitored and measured through the daily cash flow, whose policies and standards emanate from the Asset and Liability Committee, being systematically updated during the day, for the shorter period, and also with coverage for longer periods. Cash flow takes into account the unused balance of approved credits.

Given the nature of the Cape Verdean market, that presents a structural excess liquidity, as does the Bank, liquidity management presents no risk.

## NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS AS AT DECEMBER 31, 2011

(Translation of Notes originally issued in Portuguese – Note 36)

(Amounts expressed in thousands of Cape Verde Escudos – tCve.)

The portfolio of government bonds is an alternative to the application of the Bank's liquidity, whether through securities of the Bank of Cape Verde or in Government debt. In turn, the public debt can also be passed to the secondary market. Due to the existing ease on the buying and selling of foreign currencies at the Bank of Cape Verde, the Bank can also apply its liquidity excess abroad.

The Bank also has a credit line agreed with Caixa Geral de Depósitos, with the purpose of dealing with any occasional need for liquidity.

In compliance with the requirements of IFRS 7, the residual contractual periods to maturity of financial instruments as at December 31, 2011 and 2010, are as follows:

	2011									
	Residual periods to maturity									
	Up to 1 month	1 to 3 months	3 to 6 months	6 months to 1 year	1 to 3 years	3 to 5 years	5 to 10 years	Over 10 years	Unspecified	Total
<b>Assets</b>										
Cash and cash equivalents at central banks	2,215,700	-	-	-	-	-	-	-	-	2,215,700
Cash balances at other credit institutions	156,673	-	-	-	-	-	-	-	-	156,673
Loans and advances to credit institutions	250,076	8,460	3,766	3,422	-	-	-	-	8,624	274,348
Government bonds	3,457	109,479	106,994	160,000	567,610	368,330	400,000	-	-	1,715,870
Loans and advances to customers (gross value)	1,679,401	1,280,866	884,104	1,761,757	1,332,331	1,169,837	2,127,592	3,604,449	-	13,840,337
	<u>4,305,307</u>	<u>1,398,805</u>	<u>994,864</u>	<u>1,925,179</u>	<u>1,899,941</u>	<u>1,538,167</u>	<u>2,527,592</u>	<u>3,604,449</u>	<u>8,624</u>	<u>18,202,928</u>
<b>Liabilities</b>										
Resources of other credit institutions	(1,410,788)	(121,219)	(44,324)	(11,568)	(21,818)	(21,818)	(43,638)	-	-	(1,675,173)
Resources of customers and others	(7,646,413)	(1,156,763)	(1,598,702)	(1,727,708)	(1,735,876)	(36,389)	(704)	-	-	(13,902,555)
Other subordinated liabilities	(14,017)	-	-	-	-	-	(500,000)	-	-	(514,017)
	<u>(9,071,218)</u>	<u>(1,277,982)</u>	<u>(1,643,026)</u>	<u>(1,739,276)</u>	<u>(1,757,694)</u>	<u>(58,207)</u>	<u>(544,342)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(16,091,745)</u>
Diferential	<u>(4,765,911)</u>	<u>120,823</u>	<u>(648,162)</u>	<u>185,903</u>	<u>142,247</u>	<u>1,479,960</u>	<u>1,983,250</u>	<u>3,604,449</u>	<u>8,624</u>	<u>2,111,183</u>
<b>2010</b>										
Residual periods to maturity										
	Up to 1 month	1 to 3 months	3 to 6 months	6 months to 1 year	1 to 3 years	3 to 5 years	5 to 10 years	Over 10 years	Unspecified	Total
<b>Assets</b>										
Cash and cash equivalents at central banks	3,210,399	-	-	-	-	-	-	-	-	3,210,399
Cash balances at other credit institutions	-	152,402	-	-	-	-	-	-	-	152,402
Loans and advances to credit institutions	601,912	3,566	8,038	7,330	-	-	-	-	8,358	629,204
Government bonds	-	28,688	150,000	-	827,610	418,330	450,000	-	21,208	1,895,836
Loans and advances to customers (gross value)	438,739	2,009,506	36,253	1,236,038	1,580,120	949,624	1,818,161	3,722,917	636,054	12,427,412
	<u>4,251,050</u>	<u>2,194,162</u>	<u>194,291</u>	<u>1,243,368</u>	<u>2,407,730</u>	<u>1,367,954</u>	<u>2,268,161</u>	<u>3,722,917</u>	<u>665,620</u>	<u>18,315,253</u>
<b>Liabilities</b>										
Resources of other credit institutions	(32,426)	-	(105,104)	(72,808)	-	-	-	(109,090)	(3,064)	(322,492)
Resources of customers and others	(7,195,437)	(1,944,583)	(2,440,777)	(1,903,998)	(1,525,577)	(33,222)	-	-	(530,740)	(15,574,334)
Other subordinated liabilities	-	-	-	-	-	-	(500,000)	-	(13,823)	(513,823)
	<u>(7,227,863)</u>	<u>(1,944,583)</u>	<u>(2,545,881)</u>	<u>(1,976,806)</u>	<u>(1,525,577)</u>	<u>(33,222)</u>	<u>(500,000)</u>	<u>(109,090)</u>	<u>(547,627)</u>	<u>(16,410,649)</u>
Diferential	<u>(2,976,813)</u>	<u>249,579</u>	<u>(2,351,590)</u>	<u>(733,438)</u>	<u>882,153</u>	<u>1,334,732</u>	<u>1,768,161</u>	<u>3,613,827</u>	<u>117,993</u>	<u>1,904,604</u>

Interest rate risk

The majority of the credit operations are fixed rate, which implies the existence of interest rate risk, but that is minimized by the natural hedge through liabilities, as presented below.

Regarding the procedures for the hedging of this risk, we highlight below some aspects that the Bank has implemented:

- the basis for active hedging at fixed rate is done through the deposits and there is no national index that can be used as "reference" for assets or liabilities;
- credit agreements provide the possibility of changing interest rates under certain circumstances, which is legally accepted, and it works with consistent management of assets and liabilities, through the instruments of systematic information assembled by the Financial Markets Office;
- debt issuing indexed to Euribor, which will allow risk mitigation on interest rates of lending and others who are in our pipeline, which is indexed to Euribor, finding their natural hedging in bond issues;
- increase of credit lines in Euro, in order to achieve the objectives mentioned in the previous line.

## NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS AS AT DECEMBER 31, 2011

(Translation of Notes originally issued in Portuguese – Note 36)

(Amounts expressed in thousands of Cape Verde Escudos – tCve.)

Credit risk

In order to monitor credit risk, the Bank created the Risk Management Office (GGR), which is responsible for carrying out the assessment of credit risk, reporting directly to the Chairman of the Board of Directors.

Its main objective is to analyze the credit risk of companies, centralize financial information from companies and update them regularly and inform the management about the quality of credit portfolio. Furthermore, it centralizes relations / information with the Risk Central of Bank of Cape Verde. Additionally, it has the responsibility to follow the evolution of the Bank's impairment and to inform the Executive Committee, both at individual credits and overall portfolio level of the Bank.

The GGR issues opinions about risk proposals prepared and / or assembled by the commercial area, thereby implementing the separation of the two functions. It also performs a close monitoring on the portfolio of companies to identify and prevent potential risk situations.

Still related to the function of monitoring the loan portfolio, commercial areas have weekly Credit Committee meetings in order to present the position of overdue loans or loans in litigation, with the purpose of enabling a quick decision by the Executive Committee.

Beyond the analysis and approval of loans the functions of the Credit Committee include:

- analysis and monitoring of the Bank's Credit Policy;
- analysis and monitoring of the credit risk of customers;
- analysis and monitoring of overdue loans and under litigation;
- review and approval of new products, their pricing and procedures.

Market risk

Cape Verde Stock Exchange's size is reduced. The Bank holds equity instruments and fixed income securities.

Credit riskMaximum exposure to credit risk

As at December 31, 2011 and 2010, the Bank's maximum exposure to credit risk is detailed as follows:

	2011	2010
Governments bonds	1,715,870	1,895,836
Loans and advances to credit institutions	274,348	629,204
Loans and advances to customers	12,827,600	11,682,833
	<u>13,101,948</u>	<u>12,312,037</u>
Guarantees and sureties	1,203,187	1,479,538
Open documentary credits	2,459,624	2,478,017
	<u>3,662,811</u>	<u>3,957,555</u>
Maximum exposure to credit risk	<u>18,480,629</u>	<u>18,165,428</u>

## NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS AS AT DECEMBER 31, 2011

(Translation of Notes originally issued in Portuguese – Note 36)

(Amounts expressed in thousands of Cape Verde Escudos – tCve.)

Credit quality of loans and advances to customers

As at December 31, 2011 and 2010, the gross balances of loans and advances to customers, guarantees given and documentary credits, excluding other loans and receivables – debt securities and accrued interest, is broken down as follows:

	2011			Total
	Performing loans	Non-performing loans	Defaulting loans	
Corporate loans				
Maturing	6,481,963	99,605	1,101,321	7,682,889
Overdue	7,208	3,129	735,445	745,782
	<u>6,489,171</u>	<u>102,734</u>	<u>1,836,766</u>	<u>8,428,671</u>
Guarantees and documentary credits to companies				
Maturing	1,229,967	-	-	1,229,967
Overdue	-	-	-	-
	<u>1,229,967</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1,229,967</u>
Mortgages				
Maturing	2,435,060	52,094	153,412	2,640,566
Overdue	7	25,565	9,419	34,991
	<u>2,435,067</u>	<u>77,659</u>	<u>162,831</u>	<u>2,675,557</u>
Individual guarantees				
Maturing	16,116	-	-	16,116
Other loans				
Maturing	1,502,662	34,946	122,734	1,660,342
Overdue	8,199	2,679	64,002	74,880
	<u>1,510,861</u>	<u>37,625</u>	<u>186,736</u>	<u>1,735,222</u>
Loans to public sector				
Maturing	1,139,378	-	1,561,357	2,700,735
Overdue	-	7	-	7
	<u>1,139,378</u>	<u>7</u>	<u>1,561,357</u>	<u>2,700,742</u>
Total maturing loans	<u>12,805,146</u>	<u>186,645</u>	<u>2,938,824</u>	<u>15,930,615</u>
Total overdue loans	<u>15,414</u>	<u>31,380</u>	<u>808,866</u>	<u>855,660</u>
Total loans	<u>12,820,560</u>	<u>218,025</u>	<u>3,747,690</u>	<u>16,786,275</u>

## NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS AS AT DECEMBER 31, 2011

(Translation of Notes originally issued in Portuguese – Note 36)

(Amounts expressed in thousands of Cape Verde Escudos – tCve.)

	2010			Total
	Performing loans	Non-performing loans	Defaulting loans	
Corporate loans				
Maturing	7,097,993	18,913	560,630	7,677,536
Overdue	5,959	5,291	172,470	183,720
	<u>7,103,952</u>	<u>24,204</u>	<u>733,100</u>	<u>7,861,256</u>
Guarantees and documentary credits to companies				
Maturing	1,486,929	-	36	1,486,965
Overdue	-	-	-	-
	<u>1,486,929</u>	<u>-</u>	<u>36</u>	<u>1,486,965</u>
Mortgages				
Maturing	2,130,737	30,281	131,530	2,292,548
Overdue	-	491	9,510	10,001
	<u>2,130,737</u>	<u>30,772</u>	<u>141,040</u>	<u>2,302,549</u>
Individual guarantees				
Maturing	7,246	-	-	7,246
Other loans				
Maturing	1,223,532	15,838	65,201	1,304,571
Overdue	2,894	5,232	46,658	54,784
	<u>1,226,426</u>	<u>21,070</u>	<u>111,859</u>	<u>1,359,355</u>
Loans to public sector				
Maturing	2,709,726	-	1,694	2,711,420
Overdue	-	-	1,080	1,080
	<u>2,709,726</u>	<u>-</u>	<u>2,774</u>	<u>2,712,500</u>
Total maturing loans	<u>14,656,163</u>	<u>65,032</u>	<u>759,091</u>	<u>15,480,286</u>
Total overdue loans	<u>8,853</u>	<u>11,014</u>	<u>229,718</u>	<u>249,585</u>
Total loans	<u>14,665,016</u>	<u>76,046</u>	<u>988,809</u>	<u>15,729,871</u>

In the preparation of the tables above, the following classifications were considered:

- “Performing loans”
  - Corporate: loans with no overdue installments or balances less than 30 days overdue;
  - Individuals: loans with no overdue installments or balances less than 7 days overdue.
- “Non-performing loans”
  - Corporate: loans with overdue balances between 30 and 90 days;
  - Individuals: loans with overdue balances between 7 and 90 days.
- “Defaulting loans” - loans with overdue balances over 90 days. Concerning corporate loans, if the customer presents, at least, one operation with installments more than 90 days overdue, the total exposure of the client will be reclassified in this category.

Additionally, overdue credit includes only the amounts of operations or installments due and unpaid on the date of reference. In Note 8, section "Overdue loans and interest" includes the full amount receivable on loans with overdue payments.

As at December 31, 2011, the balance of credits with specific impairment resulting from individual assessment totaled tCve. 3,310,874, with impairment amounting to tCve. 612,188. As described in Note 2.2. d), credits subject to individual assessment for which no impairment was determined have been included in a collective assessment.

## NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS AS AT DECEMBER 31, 2011

(Translation of Notes originally issued in Portuguese – Note 36)

(Amounts expressed in thousands of Cape Verde Escudos – tCve.)

As at December 31, 2011 and 2010, the book value of the loans granted to customers identified by the Bank, whose terms have been restructured can be detailed as follows:

	2011			2010		
	Performing loans	Overdue loans	Total	Performing loans	Overdue loans	Total
Corporate	195,145	2,716	197,861	55,942	993	56,935
Individuals	12,160	8,051	20,211	82,634	2,431	85,065
	<u>207,305</u>	<u>10,767</u>	<u>218,072</u>	<u>138,576</u>	<u>3,424</u>	<u>142,000</u>

Fair value

The following table includes a comparison between the fair value and book value of the main assets and liabilities measured at amortized cost as at December 31, 2011 and 2010:

	2011				
	Analysed balances			Non analysed balances	
	Book value	Fair value	Difference	Book value	Total book value
<u>Assets</u>					
Cash and cash equivalents at central banks	2,215,700	2,215,700	-	-	2,215,700
Cash balances at other credit institutions	156,673	156,673	-	-	156,673
Available-for-sale financial assets	313,080	313,080	-	30,452	343,532
Loans and advances to credit institutions	274,348	274,348	-	-	274,348
Government bonds	1,715,870	1,702,678	(13,192)	-	1,715,870
Loans and advances to customers	12,045,753	12,001,658	(44,095)	781,847	12,827,600
	<u>16,721,424</u>	<u>16,664,136</u>	<u>(57,288)</u>	<u>812,299</u>	<u>17,533,723</u>
<u>Liabilities</u>					
Resources of other credit institutions	1,675,173	1,675,173	-	-	1,675,173
Resources of customers and others	13,902,555	13,883,793	(18,762)	-	13,902,555
Other subordinated liabilities	514,017	502,644	(11,373)	-	514,017
	<u>16,091,745</u>	<u>16,061,610</u>	<u>(30,135)</u>	<u>-</u>	<u>16,091,745</u>
	2010				
	Analysed balances			Non analysed balances	
	Book value	Fair value	Difference	Book value	Total book value
<u>Assets</u>					
Cash and cash equivalents at central banks	3,210,399	3,210,399	-	-	3,210,399
Cash balances at other credit institutions	152,402	152,402	-	-	152,402
Available-for-sale financial assets	287,504	287,504	-	30,492	317,996
Loans and advances to credit institutions	629,204	629,204	-	-	629,204
Government bonds	1,895,836	1,852,963	(42,873)	-	1,895,836
Loans and advances to customers	11,838,590	11,627,755	(210,835)	(155,757)	11,682,833
	<u>18,013,935</u>	<u>17,760,227</u>	<u>(253,708)</u>	<u>(125,265)</u>	<u>17,888,670</u>
<u>Liabilities</u>					
Resources of other credit institutions	322,492	313,169	(9,323)	-	322,492
Resources of customers and others	15,574,334	15,490,048	(84,286)	-	15,574,334
Other subordinated liabilities	514,194	493,209	(20,985)	(371)	513,823
	<u>16,411,020</u>	<u>16,296,426</u>	<u>(114,594)</u>	<u>(371)</u>	<u>16,410,649</u>

## NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS AS AT DECEMBER 31, 2011

(Translation of Notes originally issued in Portuguese – Note 36)

(Amounts expressed in thousands of Cape Verde Escudos – tCve.)

Fair value was determined using the following assumptions:

- With respect to cash and short term loans and advances to credit institutions, the book value is fair value;
- Regarding available-for-sale financial assets:
  - VISA's shares were valued according to stock market price;
  - Investment in Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L. was recorded at historical cost, with impairment of tCve. 1,880 being recorded to reduce the book value to its estimated realizable value;
  - As at December 31, 2011 and 2010, the market value of the shares of the Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A., calculated based upon its listing price on Cape Verde Stock Exchange as at that date, was lower than its balance value in tCve. 2,517 and tCve. 1,808, respectively. The Bank maintained the shares at historical cost, considering that the company has remained stable, has distributed dividends, and by the reduced liquidity of the security on the Cape Verde Stock Exchange;
  - Investments in Promoleasing, Sociedade de Locação Financeira, Sociedade Unipessoal Anónima, S.A. and Fundo G.A.R.I., given its reduced book value were recorded at historical cost.
- The Bank determined the fair value of the remaining instruments using discounted cash flow models, taking into consideration the contractual terms of the operations and the use of appropriate discount rates to the type of instrument.
- The "Not analysed balances" column includes essentially overdue loans, net of provisions.

Sensitivity analysis – Interest rate

As at December 31, 2011 and 2010, the impact in fair value of sensitive financial instruments to the interest rate risk, resulting from parallel shifts in the interest rate curve of 50, 100 and 200 bps, respectively, is presented in the following tables:

	2011					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Loans and advances to customers (gross)	11,913	5,467	2,620	(2,411)	(4,627)	(8,531)
<u>Total sensitive assets</u>	<u>11,913</u>	<u>5,467</u>	<u>2,620</u>	<u>(2,411)</u>	<u>(4,627)</u>	<u>(8,531)</u>
	2010					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Loans and advances to customers (gross)	44,924	21,460	10,497	(24,705)	(19,724)	(23,296)
<u>Total sensitive assets</u>	<u>44,924</u>	<u>21,460</u>	<u>10,497</u>	<u>(24,705)</u>	<u>(19,724)</u>	<u>(23,296)</u>

The impact of a movement of 50, 100 and 200 bps in the reference interest rate curves of sensitive assets and liabilities corresponds to the scenarios used internally by the management of the Bank to monitor the exposure to interest rate risk.

The following table presents the effect in the Bank's estimated net interest income for 2011 and 2010, respectively, of the parallel movement of the interest rate curve of 50, 100 and 200 bps that index the sensitive financial instruments to interest rates changes:

	Net interest income projection					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
For the year 2011	(27,601)	(11,897)	(4,422)	9,866	16,711	29,873
For the year 2010	(13,849)	(6,894)	(3,404)	3,576	7,066	14,046

In the calculation of the impacts presented in the table above, it was assumed that the assets and liabilities sensitive to interest rate in the reference dates would be stable during 2011 and 2010, respectively, being renewed, whenever applicable, considering the market conditions in force at the renewal dates and the average spread of the outstanding operations as at 31 December 2011 and 2010.

## NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS AS AT DECEMBER 31, 2011

(Translation of Notes originally issued in Portuguese – Note 36)

(Amounts expressed in thousands of Cape Verde Escudos – tCve.)

It should be mentioned that the information of the tables above represents a static scenario, reflecting no changes in the strategy and policies of the interest rate risk management that the Bank may adopt as a result of changes in the reference interest rates.

*Foreign exchange risk**Breakdown of financial instruments by currency*

As at 31 December 2011 and 2010 the financial instruments are broken down by currency as follows:

	2011				
	Cape Verde	Euros	United States	Other	Total
	Escudos		Dollars		
<b>Assets</b>					
Cash and cash equivalents at central banks	2,019,097	144,810	39,438	12,355	2,215,700
Cash balances at other credit institutions	102,988	28,592	21,581	3,512	156,673
Available-for-sale financial assets	343,532	-	-	-	343,532
Loans and advances to credit institutions	239,734	7,612	27,002	-	274,348
Government bonds	1,715,870	-	-	-	1,715,870
Loans and advances to customers	11,439,634	1,367,188	20,778	-	12,827,600
Investments in associates	40,804	-	-	-	40,804
Other assets	24,308	1,000	-	-	25,308
	<u>15,925,967</u>	<u>1,549,202</u>	<u>108,799</u>	<u>15,867</u>	<u>17,599,835</u>
<b>Liabilities</b>					
Resources of other credit institutions	(91,606)	(1,583,567)	-	-	(1,675,173)
Resources of customers and others	(13,547,461)	(250,844)	(103,701)	(549)	(13,902,555)
Other subordinated liabilities	(514,017)	-	-	-	(514,017)
Other liabilities	(295,248)	(479)	(5,099)	(15,318)	(316,144)
	<u>(14,448,332)</u>	<u>(1,834,890)</u>	<u>(108,800)</u>	<u>(15,867)</u>	<u>(16,407,889)</u>
Net exposure	<u>1,477,635</u>	<u>(285,688)</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>1,191,946</u>
	2010				
	Cape Verde	Euros	United States	Other	Total
	Escudos		Dollars		
<b>Assets</b>					
Cash and cash equivalents at central banks	3,056,274	130,268	10,570	13,287	3,210,399
Cash balances at other credit institutions	33,799	45,186	71,636	1,781	152,402
Available-for-sale financial assets	317,996	-	-	-	317,996
Loans and advances to credit institutions	599,117	44	30,041	2	629,204
Government bonds	1,895,836	-	-	-	1,895,836
Loans and advances to customers	10,918,704	731,087	33,042	-	11,682,833
Investments in associates	36,737	-	-	-	36,737
Other assets	22,680	1,460	-	-	24,140
	<u>16,881,143</u>	<u>908,045</u>	<u>145,289</u>	<u>15,070</u>	<u>17,949,547</u>
<b>Liabilities</b>					
Resources of other credit institutions	(1)	(322,491)	-	-	(322,492)
Resources of customers and others	(15,215,662)	(214,376)	(143,716)	(580)	(15,574,334)
Other subordinated liabilities	(513,823)	-	-	-	(513,823)
Other liabilities	(342,813)	(3,607)	(1,637)	(14,491)	(362,548)
	<u>(16,072,299)</u>	<u>(540,474)</u>	<u>(145,353)</u>	<u>(15,071)</u>	<u>(16,773,197)</u>
Net exposure	<u>808,844</u>	<u>367,571</u>	<u>(64)</u>	<u>(1)</u>	<u>1,176,350</u>

### 35. CAPITAL MANAGEMENT

Capital management objectives in Banco Interatlântico are in line with the following general principles:

- To comply with the regulatory requirements of the Bank of Cape Verde;
- To generate an adequate level of return for the Bank, creating value for its shareholders and return on the capital employed;
- To sustain the development of operations that the Bank is legally authorized to carry out, maintaining a solid capital structure, capable of providing for the growth in operations and respective risks;
- To ensure the Bank's reputation, through the preservation of the reliability of the operations performed in the course of the activity.

To achieve these objectives, the Bank estimates its short and medium term capital requirements to finance its operations, mainly using its own and other resources. This planning is based on in-house estimates of balance sheet growth operations and through other sources of external funding made primarily through the issue of subordinated debt, that is part of the complementary own funds, subject to certain limits.

The activity of credit institutions in Cape Verde is regulated by Law No. 3/V/96 of July 1, which plays a major role in prudential regulation. This law, along with complementary legal instruments, approaches several areas of regulation that influence capital management, mainly:

- The obligation for credit institutions to maintain a minimum share capital of Cape Verde Escudos 300 million;
- The requirement that own funds cannot be lower than the minimum share capital and at least 10% of each year's net income is appropriated to legal reserves up to the amount of the share capital;
- The adoption of preventive instruments, such as the requirement for a minimum solvency ratio of 10%, which, in practice, comprises the need for credit institutions to appropriate certain amounts of capital to provide for any unexpected losses;
- The introduction of concentration risk limits on a single or group of customers, based on the introduction of percentages indexed to the amount of own funds, which, in individual terms, are around 20% for the Group and 25% for third parties. This measure was implemented to enable portfolio diversification, preventing the risk of "contamination" which may exist within a specific group, in the event of any default by one or more entities belonging to that group;
- Investment limits in other companies - other than credit institutions, insurance sector companies or any other financial companies - which if considered separately should not exceed 15% of the investing institution's own funds and 60% of the said funds taking into account the qualified investments as a whole ( $\geq 10\%$  of share capital or voting rights of the invested entity).

Most of the requirements and prudential limits are based on the own funds concept, which comprises the minimum amount of regulatory capital imposed by the regulator. Its regular mandatory calculation was enacted in 2007 by the Bank of Cape Verde's publication of Official Notice no. 3/2007, dated December, 19. The solvency ratio, regulated by Official Notice no. 4/2008, dated February, 25, is the result of own funds over the amount of weighted risk positions and should reach a minimum of 10%.

For the purpose of analysing and complying with the legal requirements set out by the banking supervisory authority, the Bank relies on the collaboration between several internal departments, particularly Accounting, Financial and Risk Management.

## NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS AS AT DECEMBER 31, 2011

(Translation of Notes originally issued in Portuguese – Note 36)

(Amounts expressed in thousands of Cape Verde Escudos – tCve.)

The following table provides information on the Bank's regulatory capital as at the end of 2011 and 2010:

Capital management	December 2010	December 2011	Change
<b>Core own funds</b>	<b>1,408,569</b>	<b>1,470,758</b>	<b>62,189</b>
Share capital	1,000,000	1,000,000	-
Reserves and share premium account	495,604	560,642	65,038
Net income for the year	65,038	60,372	(4,666)
Retained earnings and others (First-time adoption of IFRS)	(152,073)	(150,256)	1,817
<b>Complementary funds</b>	<b>508,440</b>	<b>511,983</b>	<b>3,543</b>
Subordinated liabilities	500,000	500,000	-
Deductions to complementary own funds	8,440	11,983	3,543
<b>Deductions to total own funds</b>	<b>40,512</b>	<b>57,101</b>	<b>16,588</b>
Participation in credit institutions	40,512	57,101	16,588
Excessive concentration of risk	-	-	-
<b>Total eligible own funds</b>	<b>1,876,496</b>	<b>1,925,641</b>	<b>49,144</b>
<b>Weighted risk positions</b>	<b>12,833,436</b>	<b>13,371,553</b>	<b>538,117</b>
Ratios	December 2010	December 2011	Change
Core own funds	10.98%	11.00%	0.02%
Complementary own funds	3.96%	3.83%	-0.13%
Deductions to total own funds	-0.32%	-0.43%	-0.11%
<b>Solvency ratio</b>	<b>14.62%</b>	<b>14.40%</b>	<b>-0.22%</b>

The above table shows that the final amount of own funds is based on the sum of 3 major aggregates, whose respective amounts differ in several aspects from those recognized in the balance sheet and reflect the regulator's application of prudential filters, i.e.:

- a) Core own funds, which comprise the bank's more stable capital. The principal components and amounts considered in own funds are:
  - Share capital, reserves (excluding the fair value reserve), minority shareholders' interests and retained earnings that fully correspond to the accounting balances;
  - Net income for the year, which is included in the own funds, net of taxes and from dividends payable to shareholders, only if it has been subject to certification by the External Auditor;
  - Deductions to the core own funds, comprising various captions whose recognition was considered necessary by the regulator, based on a prudential approach, as correction factors.
- b) Complementary own funds essentially comprise subordinated liabilities subject to the Bank of Cape Verde's prior approval.

The amount of such funds cannot exceed the amount of the core own funds and breaks down as follows:

- Subordinated debt, with maturity over 5 years, only up to a limit of 50% of the core own funds;
- Positive fair value reserves if realized under the legal terms and approved by the Bank of Cape Verde.

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS AS AT DECEMBER 31, 2011

(Translation of Notes originally issued in Portuguese – Note 36)

(Amounts expressed in thousands of Cape Verde Escudos – tCve.)

- c) Deductions from own funds refer to several deductions resulting from regulatory requirements, namely:
- In the cases where the Bank has a participation higher than 10% of the share capital of a credit institution, the total amount of such participation shall be deducted; in the case of the participation being lower than that percentage, it will be deducted only to the extent it exceeds 10% of the share capital of the credit institution that owns them.
  - Any amounts exceeding the limits established for purposes of the major risks which, in the case of individual prudential elements, correspond to 20% of own funds for exposure to the Group companies and 25% for exposure to other groups;
  - The net balance of non-financial assets received in repayment of own credit, calculated at the annual rate of 20% from the moment they complete two years over the date on which the non-financial assets in question have been received;
  - Any qualified investment surpluses (equal or higher than 10%) in non-financial or non-insurance companies, whose amount is higher than 15% of the own funds or 60% for the aggregate amount of such shareholdings.

In terms of the capital requirements in force, the weighted assets are ranked in four risk factors (0%, 20%, 50% e 100%), in accordance with the nature of each asset and counterparty, as well as any eventual existing collateral.

Equal treatment is adopted for off-balance sheet positions regarding guarantees given and other potential commitments assumed.

Operational risk was also introduced in 2008, creating the need for institutions to calculate additional own funds requirements for its coverage, based on 15% of the average Net Operating Income (if positive) of the latest three years.

Regarding the periodicity of reporting, institutions shall calculate their own funds at least at the end of each month and inform the Bank of Cape Verde until the tenth day of the following month, regarding the composition of its own funds and solvency ratio.

36. NOTE ADDED FOR TRANSLATION

These financial statements are a translation of financial statements originally issued in the Portuguese language in accordance with International Financial Reporting Standards. In the event of discrepancies, the Portuguese language version prevails.